

VALDIR SPECIAN

Camponeses no Cerrado Goiano

Resistência socioambiental
e as novas ofensivas do capital



Camponeses no Cerrado Goiano

Resistência socioambiental
e as novas ofensivas do capital



**EDITORA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS**

Presidente

Antonio Cruvinel Borges Neto (Reitor)

Vice-Presidente

Claudio Roberto Stacheira
(Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral

Elisabete Tomomi Kowata

Assessor

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Analista de Gestão Governamental – Biblioteconomia

Andressa de Oliveira Sussai

Preparação de Originais

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Técnica

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Ortográfica e Gramatical

Paulo Moretti

Capa, Projeto Gráfico e Editoração

Apoena Editorial

Conselho Editorial

Adolfo José de Souza Andre (UEG-IAEL)
Daniel Blamires (UEG-IACSB)
Juliano Rodrigues da Silva (UEG-IACT)
Maise Borges Costa (UEG-IACT)
Raphaella Christina Costa Gomes (UEG-IACAS)
Renata Carvalho dos Santos (UEG-IACSB)
Roseli Vieira Pires (UEG-IACSA)
Sebastião Avelino Neto (UEG-IACAS)
Sônia Bessa da Costa Nicácio Silva (UEG-IAEL)
Thiago Henrique Costa Silva (UEG-IACSA)

VALDIR SPECIAN

Camponeses no Cerrado Goiano

Resistência socioambiental
e as novas ofensivas do capital



ANÁPOLIS-GO | 2025



IMPORTANTE

Cuidamos para que a produção deste ebook tivesse o mesmo padrão de qualidade das nossas obras impressas. Mas poderá ter variação na apresentação do conteúdo de acordo com cada dispositivo de leitura.

© 2025 – Editora UEG

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Catálogo na Fonte
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, Brasil)

S741c Specian, Valdir

Camponeses no cerrado goiano: resistência socioambiental e as novas ofensivas do capital
/ Valdir Specian – 1. ed. - Anápolis, GO : Editora UEG, 2025.
220 p. : il.

ISBN: 978-65-83606-34-1 (e-book)

ISBN: 978-65-83606-33-4 (físico)

1. Geografia - ensino e pesquisa. 2. Cerrado - Recursos hídricos. 3. Conservação ambiental.
4. Resistência socioambiental. 5. Reforma agrária - Goiás (Brasil). I. Specian, Valdir. II. Título.

CDU - 911.3:556

Elaborado por Andressa de Oliveira Sussai – CRB 1 / 3032

Esta obra foi elaborada sob os formatos e-book e impresso e foi produzida com recurso da Convocatória Pró-Projetos – Plataforma Institucional de Pesquisa e Inovação em Segurança Hídrica n. 04/2024 – Custeio. Processo SEI nº 202300020023369. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade do autor.



EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

BR-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903

Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO

www.ueg.br/editora | e-mail: editora@ueg.br

Sumário

Agradecimentos	9
Lista de Abreviaturas e Siglas	14
Prefácio – <i>Eguimar Felício Chaveiro</i>	17
Apresentação – Por uma Geografia da vida	23
Introdução	35

Capítulo 1

67 Resistência socioambiental: outra dimensão da atividade camponesa

1.1 Resistência: palavra-chave para os acampados e assentados da Reforma Agrária	71
1.2 Desafios Socioambientais no Cerrado: lugares e moradias dos povos cerradeiros	79
1.3 Resistência Socioambiental: os camponeses e a possibilidade de conservação do Cerrado goiano	82

Capítulo 2

91 Água: um território líquido em disputa no Cerrado

2.1 Cerrado, um berço de Águas dependente e inseguro	95
2.2 A mercantilização das águas no Cerrado goiano	100
2.3 A esperança brota da terra: água e camponeses	107

Capítulo 3

113 Assentamento Canudos: resistência socioambiental de um território cercado pelo agronegócio

3.1	Estratégias da pesquisa e organização do capítulo	119
3.2	Transformações de um território: a conquista da Fazenda Palmeiras e a (trans)formação do PA Canudos: 1997 a 2020	120
3.2.1	Os primeiros passos do PA Canudos: entre as ocupações e o pré-assentamento (1997/2000)	122
3.2.2	PA Canudos – a retirada dos arrendatários e a consolidação do assentamento (2005/2010)	128
3.2.3	O avanço do agronegócio nas fronteiras do PA Canudos: pressão, resistências e transformações (2015/2020)	133
3.2.4	Os impactos socioambientais do avanço do agronegócio	141

Capítulo 4

147 A esperança brota da Terra: entre a resistência socioambiental e a nova ocupação de Canudos

4.1	Os caminhos percorridos	154
4.2	Assentamentos Rurais – histórias de lutas e futuro de (in)certezas	159
4.3	PA Canudos: território de conflito e de resistências	160
4.4	Resistência Socioambiental, Soberania Alimentar e Agroecologia: possibilidades para os camponeses no Cerrado	174
4.4.1	A Unidade de Produção Agroecológica Colmeia – onde a utopia e a realidade se misturam	175
	Considerações Finais	187
	Referências	197
	Sobre o autor	219

*Aos que olham o ambiente como
parte de sua existência. Aos que lutam
por um mundo sem fome.
Aos que trabalham para produzir
alimentos com respeito à vida, dedico.*

Agradecimentos

Comecei a escrever este texto, “Agradecimentos”, muito antes do término do trabalho, talvez estivesse tocado pela leitura do livro *O que é ser geógrafo* (Ab’Saber, 2011), mas, sobretudo, pelas lembranças e introspecções afloradas naquela tarde quente. Minha leitura era preparatória para uma apresentação no “Projeto Clássicos”, vinculado ao Grupo de Estudos, Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira. As lembranças me levaram à Profa. Maria Teresa de Nóbrega – minha orientadora de Iniciação Científica na Universidade Estadual de Maringá – UEM. Mantenho sempre na memória seus ensinamentos em momentos de atividades de campo, a forma simples e educada para me explicar as correlações nas paisagens. Sinto que tenho uma dívida com ela, como não tivesse devolvido a ela toda a confiança depositada em mim. Obrigado, Teresa.

Citarei alguns nomes, com certeza faltarão outros tantos. O esquecimento neste papel não significa muito, pois o maior agradecimento é do coração. Além da primeira orientadora, devo agradecimento ao Prof. Francisco Arthur da Silva Vecchia (EESC/USP), orientador de Mestrado e do meu primeiro curso de doutorado (interrompido). Chico Vecchia, procuro guardar as boas lembranças do período em que fui seu orientando.

O Prof. Eguimar Felício Chaveiro (PPGGEO/UFJ), não foi diferente. Abriu as portas para alguém que para muitos gerava desconfiança. O que um burocrata e da área física vai fazer na Geografia Humana?!? O Prof. Eguimar, com muita ética, me acolheu e com ele aprendi e aprendo muito.

Muito além da formalidade do Doutorado. Suas orientações são contínuas, a cada conversa, trabalho de campo, breves ligações ou mensagens. Nos projetos que ele me oportunizou. A possibilidade de viajar por vários lugares – destaque Cuba e Moçambique, mas não foram os únicos. A forma organizada de trabalhar, a humildade em aprender em todos os lugares e com todas as pessoas. Não vou me estender aqui, mas que fique claro que os demais agradecimentos acadêmicos – abaixo, estão inseridos na rede de orientados e ex-orientados do Eguimar e do Grupo Dona Alzira. Obrigado, Eguimar.

Agradeço aos professores que avaliaram o relatório de qualificação e sugeriram um norte para a finalização do trabalho. Mais que avaliação do relatório, o contato com vocês nestes últimos anos foi de grande aprendizado para a vida – Profa. Ana Carolina de O. Marques, Profa. Márcia Cunha e Prof. Adão Francisco de Oliveira.

Agradeço o apoio do pessoal da Pós-Graduação em Geografia de Jataí (UFJ), professores e funcionários. Em especial à técnica Micaeli; às Profas. Márcia Cristina da Cunha, Regina Maria Lopes e aos Profs. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Dimas Moraes Peixinho, com eles aprendi muito. Agradeço, igualmente, a acolhida do Prof. Marcelo Lopes de Souza (UFRJ) nas aulas da disciplina de Ecologia Política no PPGeo/UFRJ.

Agradeço o aprendizado e a amizade dos amigos de turma no doutorado: Alexandre, Michaela, Iolanda, Juliana, Winder e Zaqueu. Gostaria de ter compartilhado mais tempo com vocês.

Aos amigos com os quais dividi residência durante o ano de 2018, Thiago Rocha e Hyago Ernani. Pessoas por quem tenho muito apreço como ex-alunos e amigos para a vida. Thiago é parceiro para todas as horas, um exemplo de humildade e dedicação.

A todos os(as) amigos(as)/participantes do Grupo de Estudos Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira. Cada membro, de alguma forma, contribuiu nesse processo de doutoramento. Para cada um tenho um agradecimento, uma lembrança.

Ao amigo Rodrigo Emídio, contador de histórias. Dividimos bons momentos de discussão e conselhos – nunca cumpridos. Ao amigo Alisson, sujeito que enxerga a alma. Dialogar com ele é sempre um grande aprendizado de vida.

Ao amigo Fernando Uhlmann Soares – companheiro de missões; pessoa que tive o prazer de conhecer nesse processo e que contribuiu de várias formas no período de execução da pesquisa. Uma grande, conquista do Doutorado.

Aos amigos do Curso de Geografia de Iporá, que permitiram meu afastamento para a Pós-Graduação – muito mais que um direito, o afastamento só foi possível com o apoio de vocês: Flávio A. de Sousa, Ricardo J. de Assis F. Gonçalves, Washington S. Alves, Divino J. Lemes de Oliveira, Paula J. da Silva, Antônio F. dos Anjos e Núbia Natália A. Pereira. Estendo o agradecimento à gestão da Unidade de Iporá na pessoa do Prof. Saulo H. de Oliveira e ao atual Reitor da Universidade Estadual de Goiás – Prof. Antônio Cruvinel B. Neto e ao Prof. Francisco Rocha (Ex-Diretor do Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas– Iael/UEG) – que não mediram esforços para a manutenção do meu direito de afastamento junto à reitoria da UEG em 2020.

Agradeço de forma muito carinhosa ao Prof. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (Fadel) e a todos os membros do Grupo de Estudos em Saúde do Trabalhador (DIHS/ENSP/Fiocruz), em especial a Isa, Rosângela, Alex, Luciene, Ernani, Dimitri, Adelany... Com vocês aprendi muita Geografia traduzida da linguagem de médicos/as, assistentes sociais, enfermeiras, fisioterapeutas etc etc.

Agradecimento especial ofertado ao companheiro Lindomar Neres da Silva – Agente Liberado da Comissão Pastoral de Terra (CPT), Diocese de São Luís dos Montes Belos-GO. Lindomar me levou a alguns assentamentos da Reforma Agrária na Região Oeste de Goiás. Nesses Projetos de Assentamento (PAs) foi possível perceber a diferença de uso do solo nas áreas de assentamento em comparação com o entorno, pergunta-chave para a pesquisa que permitiu escrever esse livro.

Agradeço aos companheiros do Assentamento Canudos pela acolhida em todas as vezes que visitei o assentamento, em especial os companheiros: Gilvan, Antônio e Dona Marialva (Tonho da Pampa), Pastor Ferreira, Dona Alzira, Dona Dorcelina e Ludmilla Carvalho (Incra).

Aos companheiros José Valdir Misnerovicz e Waldir Barbosa, um agradecimento especial pela acolhida na Parcela Colmeia. José Valdir é um exemplo de ser humano, não apenas por abrir sua casa, sua biblioteca para eu me acomodar. José Valdir confiou a mim os cuidados da Colmeia e de sua casa. A Colmeia e toda a sua produção é o exemplo que defendo como agricultura sustentável. Sem Valdir(s) não tem Colmeia, sem Colmeia não haveria este livro.

Agradeço o apoio distante de minha família. Em especial a minha mãe – Dona Maria – com sua energia sempre positiva, suas rezas e vibrações e as minhas irmãs Nina, Vânia e Nega, com as quais dividi parte de minhas angústias.

Por fim, agradeço especialmente à minha esposa Viviane Specian e aos meus filhos Renan e Heitor. Vivi segurou todas as barras possíveis em minhas ausências, a maioria eu nunca saberei. Sua contribuição, compreensão e carinho tornam meu percurso mais leve. Obrigado, Vivi, o seu apoio é sempre fundamental.

A preservação das identidades e dos valores culturais e o enraizamento à terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema. São as populações que habitam as matas, os cerrados e as caatingas e as áreas rurais, onde expressam sua cultura ecológica, que têm condições de manter a base de recursos como legado de um patrimônio histórico e cultural.

Maria Geralda de Almeida (2005, p. 342).

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANA	Agência Nacional de Águas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Comunidade que Sustenta Agricultura
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEAT	Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nera	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PA Canudos	Projeto de Assentamento Canudos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAM	Produção Agrícola Municipal
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PCMP	Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PL	Projeto de Lei
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPM	Produção da Pecuária Municipal
PQMT	Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho
Proinfra	Programa Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
QGIS	Sistema de Informação Geográfica Quântica
RGI	Regiões Geográficas Imediatas
RGINT	Regiões Geográficas Intermediárias
RNAI	Rede Nacional de Irrigantes
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RSA	Ribeirão Santo Antônio
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIEG	Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC	Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta
UDR	União Democrática Ruralista
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica
UnB	Universidade de Brasília

Prefácio

Eguimar Felício Chaveiro¹

Em 2022, coincidente com rescaldo do evento global da Covid-19, que na época deixava dúvidas – a ainda até hoje – deixa consoante aos efeitos na saúde humana de pessoas de todos os países do mundo, Valdir Specian, com a tese “Camponeses no cerrado goiano: resistência socioambiental e as novas ofensivas do capital”, corou uma caminhada de trabalho acadêmico, envolvendo formação, pesquisa, ensino, extensão, trabalhos de campo, missões científicas, diálogos com agentes dos Movimentos Sociais e sindicais; organização, participação e coordenação de grupos de estudos.

O trabalho de tese, proclamado pelos membros da banca de arguição e com o merecimento de quem tem uma visão ampla e unitária da geografia, recebeu a sugestão para que se tornasse um livro. Assim, aberto e disposto a leitores de outros lugares que não apenas os da academia universitária, uma vez transformada em livro poderia gerar um benefício de conhecimento a um público maior, esse que é um dos princípios éticos do trabalho docente de Valdir Specian: a democratização do saber.

Os leitores e as leitoras vão abrir as páginas desse livro. Logo no início se depararão com o último parágrafo de agradecimento. Eis que Valdir Specian diz:

1 Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG.

Por fim, agradeço especial à minha esposa Viviane Specian e aos meus filhos Renan e Heitor. Vivi segurou todas as barras possíveis em minhas ausências, a maioria eu nunca saberei. Sua contribuição, compreensão e carinho tornam meu percurso mais leve. Obrigado Vivi, o seu apoio é sempre fundamental.

Os leitores e as leitoras possivelmente irão ler esse trecho e se comoverão com o zelo afetivo do autor deste livro com a parte íntima de sua família. Não saberão que, junto ao zelo afetivo, característica de Specian, há uma entrelinha significativa: Valdir lançou o corpo inteiro no Assentamento Canudos-GO, local de campo de sua pesquisa.

A sua imersão pode ter nome: imersão participativa. Junto a camponeses e líderes do Movimento Social, andou no enorme território do assentamento, ajudou a cuidar de sementes e mudas; jogou água nas plantas; fez almoço e janta; cuidou de animais; colheu alface, repolho e tomate; participou de místicas; acompanhou o debate interno, especialmente do Movimento Social da Terra (MST), de Goiás e do Brasil; elaborou mapas, levantou dados, construiu princípios teóricos para, enfim, inventar uma teoria com vergão político: a Resistência Socioambiental.

Ninguém vai ao campo, imergindo em sua realidade, sem levar a cabeça. O longo trabalho com os estudos de clima e leituras ambientais; com PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas e com a questão da água; com a estrutura do espaço agrário a partir de um diálogo com o mestre Ariovaldo Umbelino de Oliveira; com Saúde do Trabalhador mediante o diálogo respeitoso junto à rede de Saúde do Trabalhador – Fiocruz-RJ estiveram presentes em toda o seu rico percurso no doutoramento.

Soma-se ainda a sua militância geográfica e acadêmica junto à AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros e ao grupo Dona Alzira, Espaço, Sujeito e Existência, em que é um líder; a rebeldia organizada que enfrenta a ideologia nacional do agronegócio; os estudos feitos junto ao professor Marcelo Lopes de Souza, especialmente ligados à geografia socioambiental e à ecologia política; a atenção e a crítica ao escopo da sociabilidade creditada pelas sociedades mundializadas, especificamente no desmantelamento da comunicação entre pares face ao vício da virtualidade; o gosto pela escrita literária; a concepção de que se deve saber comunicar com os trabalhadores e as trabalhadoras, conformam a cabeça singular de Valdir Specian.

É com essa cabeça que Valdir foi ao campo, organizou fontes, levantou dados, desenhou mapas e escreveu este texto. É com essa cabeça que passeia na vida e nos lugares.

Zeloso com os mestres e com as mestras, a fortuna dessa cabeça se encontra no introito em que cita a inesquecível professora Maria Geralda de Almeida. Citando-a toma as palavras de Geralda para esclarecer a sua visão de mundo:

A preservação das identidades e dos valores culturais e o enraizamento à terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema. São as populações que habitam as matas, os cerrados e as caatingas e as áreas rurais, onde expressam sua cultura ecológica, que têm condições de manter a base de recursos como legado de um patrimônio histórico e cultural. Maria Geralda de Almeida (2005, p. 342).

O que vem depois tem correspondência com as palavras de Geraldinha. Ao demonstrar os desafios socioambientais do Cerrado e as possibilidades de sua conservação; o modo como a água, esse patrimônio do Cerrado, sob a dominação do atual modelo, gera uma insegurança do futuro de vida humana e biológica desse imenso território e a maneira pela qual os camponeses fazem brotar esperança, são abordados com força teórica, equilíbrio político e consciência combativa. O autor diz que,

O avanço do agronegócio tem como premissa o desequilíbrio ambiental. Esperar que os camponeses resolvam a questão é um equívoco. Espera-se que a própria urgência global em relação à fome e a degradação dos recursos naturais, permita uma mudança de curso e isso só pode ser feito pelo conjunto da sociedade e por políticas públicas (p. 194).

Valdir não neutraliza o conhecimento face ao que se denomina rigor do método afastado da leitura política do território. Ao contrário: consta no rigor do método e no longo alcance da teoria que procede a leitura da realidade, o chamamento para a luta mediatizada por candura e lucidez.

Contra qualquer indiferença, mesmo sabendo que os camponeses de Goiás desenvolveram – e desenvolvem – esperanças mediante resistências socioambientais, sabe que não basta. Este livro é um dedo corajoso na ferida do Cerrado brasileiro e um grito contra a indiferença. É também a certificação que, a despeito dos problemas socioambientais que repercutem em todas as escalas da terra atualmente, há gente, grupos e Movimentos que elaboram resistências. Sem percebê-las, corre-se o risco de a esperança ceder-se à melancolia. Contra a melancolia, ensina Valdir Specian, somente a luta e a lucidez. As páginas estão aí para isso.

Apresentação



Recomeça...
Se puderes,
Sem angústia e sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro,
Dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras só metade.
E, nunca saciado,
Vai colhendo
Ilusões sucessivas no pomar.
Sempre a sonhar
E vendo,
Acordado,
O logro da aventura.
És homem, não te esqueças!
Só é tua a loucura
Onde, com lucidez, te reconheças.
(Miguel Torga, 1977)

Por uma Geografia da vida

O texto que segue, apresentação, poderia ter sido retirado dessa obra, uma tese de doutorado, que agora é apresentada em forma de livro. A decisão de mantê-lo é devido a importância de situar os leitores sobre as dificuldades de se construir um trabalho científico, estudar nem sempre é uma possibilidade em um país socialmente desigual como o Brasil, mas pode ser uma busca para transformar a realidade social, não simplesmente por uma questão pessoal, mas pelo coletivo.

O retorno ao doutorado¹, em 2018, após a passagem por várias funções junto à Universidade Estadual de Goiás, me permitiu uma pequena liberdade acadêmica, promovida pela experiência dos anos e pela maturidade profissional de escolher a área e o tema de estudo. Não sou mais um jovem em começo de carreira. Minha vida acadêmica, enquanto profissional, começa em 1997 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* de Aquidauana. Mas é preciso mergulhar em outros momentos da história para chegar ao ano de 2018.

Nasci em uma cidade da Grande São Paulo – Mauá. Minha história nessa cidade começou quando meu pai, minha mãe e quatro irmãos – a última ainda no ventre de minha mãe – resolveram morar na cidade grande.

1 Em 2010, iniciei o curso de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – EESC/USP. Infelizmente esse curso não foi concluído.

Apesar de São Paulo ser a referência, meu pai levou a família para a periferia de Mauá – Jardim Miranda Aviz, local sem água encanada e energia elétrica. A casa, pelo que sei, foi construída com água carregada do rio Tamanduateí. O lugar se caracterizava pelas vertentes íngremes recortadas por novas ruas que começaram a dar “vida” aos loteamentos. A avenida Barão de Mauá serpenteava o rio Tamanduateí, margeando o talvegue que separa/une os morros. Mauá era abrigo de antigas fazendas e local de muitas olarias.

Nasci no ano de 1973. Entre as lembranças que tenho da infância, destaco a de um lugar distante, com muito mato. Era possível encontrar água limpa nos riachos – hoje todos são cursos de esgoto, e o principal é o rio Tamanduateí, que atravessa o ABC² paulista, passando pela Avenida dos Estados (BR 050) até desaguar no rio Tietê. Acho que meu pai procurou o mato na cidade grande, talvez por medo de colocar a família na metrópole, afinal tinha condições para isso, havia vendido seus dois sítios no interior do Paraná – um em Céu Azul, ainda por desbravar, e outro dedicado à lavoura de café, em Marialva (hoje Sarandi). Infelizmente não consegui tempo para conversar com meu pai e entender o porquê de algumas de suas decisões – ele já não está entre nós. Sou o sexto filho de um total de sete (7), minha irmã, Vânia Specian, nasceu nove anos após minha chegada. Fui caçula por um bom tempo.

Faço essa breve descrição da família migrante como um fator para entender minha relação com a Geografia e com seus inúmeros temas de pesquisa.

Sou filho de pequenos agricultores, camponeses, que em meio à crise da lavoura cafeeira na década de 1960 (Oliveira, 2009) resolveram migrar para a cidade grande. A “revolução verde” chegara ao Norte do Estado do Paraná, e meu pai, lavrador, plantou e colheu soja com as mãos nesse processo de transição das lavouras permanentes de café para a agricultura temporária. Minha família migrou para a Grande São Paulo um ano antes (novembro/1967) da publicação do Ato Institucional n. 05 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968 – o início do processo mais cruel da ditadura brasileira. Sobre o assunto ditadura, meu pai faleceu falando bem dos governos militares que ocuparam o poder entre 1964 e 1985. Ele lamentava apenas a falta de apoio aos cafeicultores.

2 ABC – Originalmente, as letras referem-se às cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul – hoje a referência é dada à região do ABC paulista ou ABCDM, incluindo as cidades de Diadema, Mauá e Ribeirão Pires.

O êxodo rural no Norte do Paraná foi intenso. O modelo de colonização dessa região em pequenas e médias propriedades rurais dedicadas à produção de café, e que mantinham as colônias de camponeses na propriedade, se desfez em poucos anos. O caminho desses trabalhadores foi tentar se manter nas cidades próximas, como Maringá e Londrina, e/ou partir para as grandes cidades, sobretudo São Paulo e sua região metropolitana.

Minha história tem a marca do êxodo rural no Brasil. O meu nascimento até a juventude é marcado pela própria formação da periferia de Mauá, SP – sou da periferia. Meu pai, antes agricultor que trabalhava na própria roça de café, se transformou em trabalhador urbano na cidade de São Paulo, distante do local de moradia em Mauá. Portanto, nesse período, minha mãe, dona de casa, era um pouco mãe e um pouco pai – considerando a ausência do patriarca. No final da década de 1970 e início de 1980, lembro-me de meu pai falando em migrar para Rondônia (Território Federal de Rondônia). Os governos militares usavam a televisão para fazer propaganda do novo Eldorado brasileiro (Santos *et al.*, 2016). Acredito que ele tenha sonhado, como muitos camponeses que perderam as terras, em buscar uma nova oportunidade. Essa possível migração para Rondônia não se concretizou.

Filho de migrantes, nascido e criado na periferia no período da ditadura, comecei a frequentar a escola aos sete anos/1ª série. Meu grupo escolar funcionava em quatro turnos contínuos, era pouca escola para muitos alunos em uma periferia crescente. Por algum motivo, lembro dos meus professores de Geografia e História do Ensino Fundamental (Angelita e Toninho). Esses primeiros anos de escola (1980) marcaram o início da grande crise humanitária do Brasil, a seca no Nordeste, o fim do milagre econômico da ditadura e a própria ditadura (1985). Para muitos, 1980/1990 foi a década perdida, foi o período em que a desnutrição infantil e as marchas das panelas vazias³ eram marcas de nossa sociedade (Alvim, 2016).

A crise financeira do início da década de 1980 atingiu igualmente a minha família. Enquanto os filhos cresciam junto com a necessidade de absorver mais alimentos, meu pai se via com menos condições de suprir essas necessidades. Meus irmãos, adolescentes e jovens, precisavam conseguir empregos para auxiliar na renda familiar – mas não havia empregos. Na roça, ter três filhos homens era uma questão de sorte, mais braços para lavrar a terra, colher café. Na cidade a história não era a mesma.

3 Movimento realizado em várias capitais brasileiras que pedia o congelamento de preços dos alimentos de primeira necessidade e era contra o aumento do preço do leite.

No final da década de 1980 (setembro/1988), meu pai resolveu regressar ao Paraná. Vendeu o pouco que construiu em 21 anos de moradia em Mauá-SP. O Paraná já não era mais o mesmo, pouco restou da grande lavoura de café. Agora, o norte do Paraná era dominado pelas lavouras de soja, milho, algodão e trigo.

Terminei meu ensino médio em Maringá-PR, apesar de morar na cidade vizinha, Sarandi. Não havia 2º grau (Ensino Médio) próximo de minha casa, assim como não havia transporte entre o bairro que residia e o centro da cidade de Sarandi, local onde funcionava a escola de 2º Grau. Isso pode passar despercebido, mas é preciso pontuar que, no final da década de 1980, a moderna Maringá tinha em seu entorno cidades dormitórios. Eu migrava diariamente para estudar, com isso vinham outros desafios, um deles o preconceito, pois os moradores de Sarandi eram os pobres, mão de obra barata, as domésticas, as prostitutas, os marginais e tantos outros trabalhadores/trabalhadoras a serviço da “metrópole” Maringá.

Ao final do Ensino Médio e perto de completar a maioridade, uma opção que se descortinava era de migrar para a cidade grande, o retorno para o ABC paulista, onde residiam meus irmãos, e/ou escolher outra cidade. Nessa época, eu trabalhava como funcionário de uma empresa de transporte rodoviário de passageiros, local onde executei todas as funções, com exceção de motorista. Outra opção era tentar o vestibular na Universidade Estadual de Maringá (UEM), a única universidade pública da Região. Optei pela segunda, estimulado por um chefe da empresa onde eu trabalhava. Ele disse: “O que você irá fazer em São Paulo? Aqui a concorrência para o vestibular é menor, aqui você pode estudar”. Por falta de coragem e/ou opção, acatei o conselho do meu chefe e amigo Paulo Chagas.

Eis que no último dia de inscrição para o vestibular da UEM, uma noite chuvosa de abril de 1991, eu me vi na fila com outros jovens esperando minha vez de entregar a inscrição. Na época, quem não sabia que curso escolher e/ou não tinha recursos para fazer um curso integral, como eu, optava por fazer bacharelado em Administração. Até a metade do percurso da fila eu era um postulante a futuro administrador de empresas. Mas o pensamento mudou: me perguntei: “Vou administrar o quê? Não tenho absolutamente nada e a perspectiva era perder o que não tinha”. Mudei a escolha e optei pela inscrição no vestibular para o curso de Geografia, e nela continuo até hoje. Acredito que meu olhar sobre a paisagem na infância e a vontade de entender a ocupação do espaço, bem como o entendimento da trajetória de vida de minha família, fizeram com que eu optasse pela Geografia.

Esse relato é apenas um pequeno resumo de minha existência até o ingresso na Universidade. Muitos detalhes não estão aqui. Outras pinceladas dessa época já ofertei na forma de crônica na Coluna de Opinião do Blog Multiplicadores de Visat – ENSP/Fiocruz. É preciso destacar, com essa breve narrativa, que minha relação com a Geografia não começa no dia de inscrição do vestibular. É anterior: são as marcas que já carregava junto com as pessoas de minha classe social. Filho de camponês destituído de suas terras, migrante, morador da periferia e jovem sem perspectiva.

A Geografia, como todas as ciências, é multifacetada. No caso da Geografia, como aprendi mais tarde, existe um problema com o método – qual o Método desta Ciência? Talvez não seja um problema, uma assertiva que permite o mergulho em diferentes áreas, desde que se tenha o cuidado em usar conceitos/teorias e métodos de forma consciente, entendendo que determinadas respostas só podem ser conquistadas com esse cuidado de organização.

Digo isso, pois segui o “curso do Curso” de forma a me envolver entre tantos meandros. Gostava da Geografia Física, queria explicar a paisagem. Contudo, muitas das respostas de minha breve existência, narrada nos parágrafos anteriores, foram possíveis com as disciplinas de Geografia Agrária, Sociologia e Geografia Regional. Meu primeiro trabalho de campo foi na Região Noroeste do Paraná – arenito Caiuá, região esvaziada do Paraná, sobretudo na área rural; lá o café durou pouco. Os solos arenosos e de alta susceptibilidade erosiva deram o tom da ocupação. Visitei os relevos residuais de Três Morrinhos, as voçorocas incontroladas de Paranavaí, surgindo uma primeira explicação geral: “Um geógrafo no campo consegue ver para além daquilo que os olhos mostram”. As marcas da sociedade são travadas na paisagem. As paisagens “naturais” se articulam com a sociedade.

As oportunidades começaram a aparecer. A primeira proposta de desenvolver pesquisa surgiu no Curso de Física da UEM. Agradeço ao Prof. Jonas Teixeira Nery por oportunizar concorrer à bolsa de Iniciação Científica (IC) no Departamento de Física. Ele queria trabalhar com alguém da Geografia – Climatologia. Eu não consegui a bolsa, mas o Prof. Jonas acabou migrando para a Geografia e, entre muitas orientações, foi o orientador de minha grande amiga Maria Cleide Baldo.

A segunda oportunidade surgiu na Climatologia com a Profa. Glau-
cia Deffune, a quem agradeço pela oportunidade/convite para desenvolver a pesquisa. No meio do caminho, antes de submeter o projeto, recebi um outro convite, da Profa. Maria Teresa de Nóbrega. Esse convite era um grande

reconhecimento diante do prestígio que a Profa. Teresa tinha entre os alunos. Virei bolsista de IC, orientado pela Profa. Teresa, da qual guardo um profundo respeito/admiração. Com ela aprendi outras geografias.

Com a Profa. Maria Teresa aprendi que é possível correlacionar natureza e sociedade, tipos de rocha e erosão, formas de uso do solo e degradação, climatologia e solos – entre tantas outras correlações. Ela, ex-aluna do Prof. Aziz Nacib Ab'Saber, foi a minha maior incentivadora a continuar uma carreira acadêmica. Com ela aprendi muito do pouco que eu sei de Geografia. Comecei a correlacionar tudo.

Ao final do tempo da graduação estava envolvido, como estagiário, em um projeto de Mapeamento Geotécnico do Município de Campo Mourão. Precisava dar outros passos, e lendo o painel de avisos do Curso de Geografia, vi um convite da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – *campus* de Aquidauana. Eles buscavam professores para atuar na graduação. Havia duas opções: tentar a seleção do mestrado, conforme estimulava minha orientadora de IC, e/ou buscar trabalho. Optei pela segunda e enviei minha documentação para a UFMS. Pouco tempo depois, prestei o processo seletivo e fui selecionado – 1997, minha primeira experiência profissional como docente.

Não tinha dinheiro, não tinha muitos livros, apenas uma pequena mala de roupas e a sina de migrante que parecia me tomar. Assumi as disciplinas de Biogeografia, Geografia da População e Climatologia. Em pouco tempo estava envolvido em todas as questões do *campus*, mesmo sendo professor temporário. O segundo ano de contrato (precário) inviabilizou minha continuidade. Nessa época já namorava uma bela aluna de Ciências Biológicas, a Viviane. Nesse tempo, tentei ingressar em programas de Pós-Graduação (INPE – Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais) e na Unesp (Universidade Estadual Paulista), sem muito sucesso. Também prestei um concurso de professor da rede pública do Estado de São Paulo, e neste fui aprovado.

Em fevereiro de 1999, fui chamado pela UEM para assumir um concurso de Técnico Administrativo que eu havia prestado alguns anos antes. Nem me recordava do concurso. Entre a possível continuidade de um contrato precário e o concurso, preferi assumir o concurso da UEM (nova migração). Fui trabalhar no Departamento de Letras. Foram cerca de 10 meses de trabalho, me sentia como um peixe fora d'água.

Durante o ano de 1999, dividia meu tempo e pouco dinheiro entre: trabalhar na UEM, viajar para ver a namorada no Mato Grosso do Sul e cursar especialização em Educação Ambiental no Centro de Recursos e Ecologia

Aplicada da Escola de Engenharia de São Carlos-SP – Universidade de São Paulo (CRHEA/EESC/USP). Nesse ano, prestei o mestrado na CRHEA e fui aprovado. No ano de 2000, nova migração. Exonerei meu cargo na UEM e iniciei meus estudos em São Carlos e, ao mesmo tempo, assumi o concurso de Professor de Geografia da Rede Pública do Estado de São Paulo.

Em 2003, concluí o mestrado, trabalhei com conforto térmico, uma interface entre Arquitetura, Geografia (Climatologia) e construções de interesse social⁴. Não era o que queria, mas o que era possível.

Após a conclusão do Mestrado e a falta de perspectivas na Educação Básica de São Paulo governada pelo PSDB de Geraldo Alckmin, resolvi que era preciso buscar novos espaços. No ano de 2004, fui aprovado em um novo concurso para a rede pública do estado. A proposta era mudar para o litoral, já que a agora minha esposa, Professora Viviane, havia sido aprovada em concurso da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida – Litoral de São Paulo. Chegamos a tomar posse, eu em uma Escola Estadual de Cananeia e Viviane em uma escola municipal multisseriada no extremo sul do Município de Ilha Comprida. Devido às questões de saúde de nosso filho (Renan) e à estrutura no município de Cananéia, onde deveríamos morar, desistimos da mudança.

Logo em seguida, em janeiro de 2005, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) me convocou para assumir o concurso público prestado no ano anterior. Entre as opções de escolha estava a Unidade Universitária de Iporá – na cidade de mesmo nome. Dessa vez, resolvemos que deveríamos ao menos experimentar a mudança. Em abril de 2005, entrei em efetivo exercício, e no início de agosto toda a família mudou-se para Iporá-GO. Um novo processo migratório na busca de melhores condições de trabalho. A recém-criada Universidade Estadual de Goiás vivia e vive uma constante crise, provocada pelas intervenções dos mandatários de plantão no governo do Estado de Goiás. Essa é uma história de vários capítulos, alguns podem ser encontrados na publicação de Marques *et al.* (2021).

Na UEG exerci várias funções. Vivemos inúmeras disputas, buscando melhores condições de trabalho. Em 2009, resolvi voltar para a

4 O título da dissertação, *Clima e Ambiente Construído: análise da Predicting Indoor Air Temperature Formula*, tinha como referência a testagem de um fórmula de previsão de temperatura e umidade proposta por um professor israelense (Baruch Givoni). O Professor Givoni, Arquiteto e PhD em Saúde Pública, se interessou pelo trabalho desenvolvido por meu orientador e em algumas oportunidades visitou a USP de São Carlos e as nossas áreas de pesquisa. Aplicávamos em “ambientes reais” a fórmula criada por ele e apenas testada em “células-teste”.

pós-graduação para fazer o Curso de Doutorado. Entre as opções estavam a pós-graduação em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia e/ou o retorno à Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, local onde fiz o mestrado. A primeira opção não se concretizou, o possível orientador não pôde abrir vagas, e restou a seleção para o Programa de pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, com a mesma orientação do mestrado, com o Prof. Francisco Arthur da Silva Vecchia, um Engenheiro de Produção que fez carreira acadêmica na Arquitetura e na Geografia.

Fui aprovado e iniciei o curso em 2010. Retornei à minha antiga cidade para cursar disciplinas da pós-graduação. Devido a questões de saúde mental, não consegui avançar no curso. Depois de algumas etapas cumpridas, decidi abandonar o doutorado e retornei a Iporá para me dedicar à família e ao *campus* da UEG de Iporá (nova denominação da Unidade). Entre 2014 e 2017, exerci o cargo de Diretor do *campus*. Na segunda metade do período de gestão, entendi que era o momento de tentar novamente retornar para a pós-graduação.

Perder o curso de doutorado foi uma grande frustração. Nesse tempo perdi oportunidades no trabalho na universidade, entre outras coisas, porém olhando para trás e para a frente, a perda se transformou em ganho. Perder um doutorado permitiu o meu encontro com o Grupo Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira e, sobretudo, com as interconexões propiciadas pelo grupo e pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro, líder do grupo e meu orientador.

Durante todo o tempo de dedicação à UEG, a principal área de atuação esteve associada à Climatologia Geográfica e à Geografia Física. Entendi que era o momento de mudar. Como eu já tinha contato com o Professor Eguimar e ele já havia se prontificado a me orientar, resolvi procurá-lo.

Entre os encontros anteriores com o Prof. Eguimar, em eventos e congressos realizados em Iporá, em outras cidades de Goiás e no Mato Grosso, destaco dois eventos que permitiram essa aproximação do pesquisador Eguimar e das suas linhas de pesquisa. São eles:

- I Encontro Regional de Geografia Agrária, realizado em Iporá-GO entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro de 2008, evento com cuja organização contribuímos. O Professor Eguimar fez a mesa de abertura, juntamente com o Professores Manoel Calaça (Iesa) e o líder do MST em Goiás, Prof. José Valdir Misnerovicz.

- XII Encontro Regional de Geografia (Eregeo), realizado entre os dias 21 e 24 de julho de 2011 na cidade de Barra do Garças-MT. Nesse evento o Prof. Eguimar novamente fez a abertura e eu pude participar de uma das mesas de debate – “Reestruturação Produtiva e Conflitos Ecológicos-Territoriais”.

Ao final do ano de 2017, elaborei um projeto e fui dialogar com o Prof. Eguimar. A proposta escolhida para sair da zona de conforto proporcionada pelos anos de trabalhos dedicados à Climatologia Geográfica foi uma Geografia voltada para questões sociais relacionadas à ocupação do Cerrado e a formação dos centros urbanos – as “cidades do agronegócio”⁵. A proposta era discutir sobre como vivem as populações marginais nessas cidades e qual o motivo de elas não conseguirem acesso às riquezas que aparentemente são produzidas pela agricultura de exportação – o denominado agronegócio.

O tema pensado/projetado, a população marginal nas cidades do agronegócio, começou a perder força em nosso cotidiano do doutorado após a inserção de novos temas ligados à sociobiodiversidade, sobretudo após três atividades fundamentais⁶: a missão científica que realizamos junto com demais pesquisadores do Grupo Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira em Moçambique – especialmente com a visita às Machambas em Inhambane⁷ em 2018; a segunda atividade importante foi a participação no V Circuito da SocioBiodiversidade em Aruanã – Goiás (fevereiro/2019), atividade que permitiu o contato com diversos pesquisadores do Brasil e suas pesquisas com comunidades tradicionais, índios e assentamentos rurais no Cerrado; e a terceira atividade foi a realização de uma missão científica em Cuba. Nessa missão, foi possível obter um outro olhar sobre a agricultura, a produção de alimentos saudáveis, a discussão sobre soberania alimentar e a conservação do ambiente. Em Cuba, participamos de cursos de formação

5 O tema é explorado por várias pesquisadoras/es, com destaque para a Professora Denise Elias, da Universidade Estadual do Ceará. Alguns trabalhos da pesquisadora são citados ao longo deste livro.

6 A participação no Grupo Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira e as atividades associadas ao grupo, como: o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo; a organização da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária – Jura; o contato com o pessoal da Comissão Pastoral da Terra e tantas outras atividades são, também, aprendizados que contribuíram para mudar o tema original de pesquisa.

7 Machambas – áreas de produção coletiva em Moçambique, são roças para a produção de alimentos. A tradição em Moçambique é que essas roças são trabalhadas basicamente por mulheres, questão que gera muita discussão.

e de alguns deslocamentos para estudar a realidade local. Em um deles, visitamos agricultores em Sierra Maestra.

Ainda sobre as populações pobres nas cidades ricas do agronegócio, a realidade nos mostra que a sua formação se dá em consequência de um modelo já amplamente estudado e que pouco se diferem entre os vários estados brasileiros. A regra é: exploração máxima da natureza, concentração de renda e, por consequência, a geração de bairros marginalizados em cidades que tentam revelar um alto nível de desenvolvimento/riqueza.

O fato é que existem no Cerrado Goiano, e possivelmente no Cerrado em geral, territórios rurais que ainda estão em forte disputa. Esses territórios são uma mescla de remanescentes de Cerrado e áreas ocupadas por quilombolas, populações tradicionais, índios e por assentamentos da reforma agrária. O avanço do agronegócio continua a provocar conflitos e resistências.

Se considerarmos a condição ambiental/climática do Cerrado, existe uma disputa constante pelo território mediada pelo ambiente. A seca anual impõe um desafio contínuo aos camponeses que vivem no/do Cerrado. Portanto, a disponibilidade de água é uma questão central de discussão. Vale a máxima “Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”. Para as populações que vivem no Cerrado a água será usada/disputada e determinará a condição de permanência, ou não, de camponês na terra. E a disponibilidade desse recurso é foco de disputa, assim como a conservação do bioma. Nesse contexto, a questão fundamental que se anuncia é a seguinte: se o camponês, no Cerrado, não for capaz de “conservar e produzir” água, ele estará fadado ao fracasso. Ao mesmo tempo, a água é disputada pelos agentes do agronegócio e da mineração, que por sua vez não têm interesse em conservar o recurso.

Dessas indagações, apresentamos o Conceito de Resistência Socioambiental como crucial para a construção desta obra. Considerando que o termo (conceito) *resistência* (sozinho), utilizado na maioria das publicações da questão agrária e da situação dos camponeses no Brasil e na América Latina, não é capaz de ofertar a dimensão/importância dos camponeses para o futuro da sociedade e da conservação do ambiente.

A “Resistência Socioambiental” que será tratada ao longo deste livro é uma tentativa de defender que os camponeses são capazes não apenas de produzir alimentos saudáveis para eles próprios e para aqueles que vivem nos centros urbanos. A Resistência Socioambiental é uma resposta à produção de alimentos; conservação do Cerrado; manutenção da cultura e da soberania alimentar do país. É vida.

O CAMINHO ENTRE A DEFINIÇÃO DO TEMA DE TESE, O DOUTORAMENTO E A TRANSFORMAÇÃO EM LIVRO

Ao longo dos anos de doutoramento (2018-2022), vivi a experiência dos encontros, das participações. A pandemia atrapalhou parte dos projetos, porém permitiu outras formas de encontro. Neste período, procurando aproveitar todas as oportunidades ofertadas pelo Grupo Dona Alzira, participei de eventos nacionais e internacionais, como organizador e participante, das missões científicas organizadas pelo grupo, das reuniões e projetos correlatos ao grupo. Entre esses projetos, organizamos, durante a pandemia, o Projeto Narratividades Geográficas – que buscava discutir diversos temas correlatos à Geografia.

Com as missões científicas e a participação em congressos, conheci outras regiões do Brasil e um pouco da realidade de Cuba e Moçambique. Desde então, todas as quartas-feiras aprendo um pouco sobre saúde do trabalhador com o pessoal do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (DIHS/ENSP/Fiocruz). Esse aprendizado se dá nas reuniões do Grupo de Estudos de Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador e, também, no Fórum Intersindical Saúde – Trabalho – Direito.

Do mesmo pessoal da DIHS, na pessoa do Prof. Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos, recebi o convite para escrever para a Coluna de Opinião do Blog Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Uma escrita livre sobre os temas de nosso cotidiano organizada na forma de crônicas. Um espaço de comunicação direta entre a academia e o povo trabalhador.

Na caminhada da pesquisa para elaboração desta obra fui encontrando pessoas e situações/territórios que abriram as portas para o meu crescimento. O convívio nas disciplinas obrigatórias do doutorado e seminários me fizeram reencontrar com a Geografia e suas possibilidades na discussão de diversos projetos/metodologia. As aulas com os professores Dimas Peixinho e Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁸ proporcionaram um ganho na discussão de método e teoria na Geografia e a importância da fidelidade teórico-metodológica na escrita. As demais disciplinas e os contatos com

8 O Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Ari) nos deixou no dia 02/08/2025. Prof. Ari ao longo da carreira profissional construiu uma extensa obra, sobretudo em Geografia Agrária, que servirá para formar muitas gerações de geógrafos e geógrafas.

diversos professores, de igual forma, permitiram aprofundar estudos nos diversos temas/conceitos e categorias da Geografia.

A caminhada permitiu a reaproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com a Comissão Pastoral da Terra, sobretudo nos assentamentos nos quais realizamos os trabalhos de campo. Nessa reaproximação, é importante destacar os nomes dos amigos José Valdir Misnerovicz do MST e Lindomar Neves da Silva da CPT.

No período 2018-2022, não me ausentei da discussão política do Brasil, lutei para buscar uma alternativa ao candidato fascistoide que ganhou as eleições presidenciais de 2018. Continuei lutando ao longo desse tempo para denunciar esse governo e a sua política de destruição de direitos.

A pandemia atingiu a mim e a minha família, levou alguns amigos. Acredito que os trabalhos acadêmicos desenvolvidos neste período de pandemia devem ter esse registro histórico. A pandemia provocou danos em todas as áreas da sociedade e, por consequência, na pesquisa científica. Roteiros de pesquisa precisaram ser mudados, algumas vezes roteiros de vida.

Saio melhor do doutorado, consciente do papel intelectual e do engajamento com as causas que devem nos tocar, o direito dos trabalhadores nos campos e nas cidades: o direito à saúde; o direito de consumir alimentos saudáveis, de morar, de viver. O doutoramento abriu portas e janelas para o mundo, me permitiu contatos com as pessoas, pesquisadoras/pesquisadores, pessoas simples dos assentamentos; pessoas de luta e de garra, pessoas que pensam o bem comum. Sou uma pessoa melhor e grato pelo direito de convívio junto a vocês que fizeram parte dessa caminhada.

A decisão de transformar a tese em livro é justamente para permitir o acesso de um maior número de leitores/as, uma forma de contribuir com a sociedade, mostrando que existe alternativa para a destruição do Cerrado, assim como, uma alternativa para acabar com a fome em nosso país.

Iporá, 15 de agosto de 2025.

Valdir Specian

Introdução

*Protesto é quando eu digo que algo me incomoda.
Resistência é quando eu me asseguro que aquilo que
me incomoda nunca mais acontecerá*
(Ulrike Meinhof, 1968).

Resistência é um termo importante para a discussão que se propõe neste livro. O uso da citação da jovem ativista alemã é, entre possíveis elucidações, uma mensagem de que a obra tem por princípio abordar o posicionamento dos camponeses que lutam e resistem, questionando os sistemas produtivos hegemônicos do campo brasileiro que se baseiam na superexploração do ambiente e da vida.

O substantivo *resistência*, usado de forma direta, sem um adjetivo que lhe oferte um direcionamento ao ato de resistir, é questionado. Agregar-lhe o adjetivo *socioambiental* é uma das orientações que seguiremos no texto, permitindo apontar um novo (re)significado a ele, ampliando a sua representação para lidar com o tema geral deste trabalho: resistência socioambiental dos camponeses no Cerrado goiano.

Resistência foi escolhido por seu vasto uso em trabalhos associados às questões de luta pela terra e pelo direito de produzir. O termo é usado nos artigos que tratam da questão camponesa, indígena, quilombola e de tantas outras denominações de trabalhadores que vivem no campo ou na floresta e que de lá tiram o seu sustento.

Nesta seção introdutória, mostraremos para onde vamos nos mover e apresentaremos a nossa rota, assim como os objetivos desta caminhada, moldada por um rigor teórico e metodológico.

O livro tem como itinerário o conjunto de narrativas que procuram discutir a possibilidade de pensar uma sociedade que tenha igualdade de

direitos entre as pessoas; em que os alimentos possam ser produzidos de forma saudável; em que existam alternativas ao sistema posto, sendo preciso valorizar as iniciativas de uma sociedade mais justa e com a conservação do ambiente. O percurso se desvenda como uma trilha e a resistência é a energia interna capaz de nos mover nesta rota, nesta busca.

Antes de continuar a narrativa da introdução e junto a ela, é necessário apresentar o contexto do conceito de *conservação* que aparece no parágrafo anterior e em vários outros pontos ao longo do texto (introdução e capítulos). O uso de *conservação* não é apenas o contraponto a *preservação*. Nos dicionários, os termos aparecem como sinônimos. Sabe-se que ambos os são criticados. Xavier (2018, p. 172) apresenta o contexto do conservacionismo enquanto uma corrente criada pelo Engenheiro Florestal Gifford Pinchot em oposição ao preservacionismo.

A mesma autora (Xavier, *op. cit.* p. 164) assinala a crítica de que é apresentado o “desenvolvimento” como princípio da conservação. No contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), as críticas recaem sobre as formas de uso das unidades de conservação e, principalmente, na segregação das populações que vivem no entorno dessas unidades (Souza, 2015).

Aqui não pretendemos promover um debate aprofundado sobre o uso do conceito de *conservação*. Talvez pela falta de um outro conceito que represente de melhor forma a discussão desta obra, vamos usar *conservação* ao longo do texto. Seguimos a orientação apresentada por Verдум (2019), que trata das práticas conservacionistas da agricultura:

Identifica-se, a partir desta experiência de pesquisa relacional com os produtores rurais, que as práticas de sensibilização capazes de qualificar o desenvolvimento rural devem ser intensificadas, para que se procure incentivar a autonomia local, promotora de qualificação de novos conhecimentos a respeito das estruturas e das funções produtivas, assim como as práticas agrícolas voltadas à conservação da natureza (Verдум, 2019, p. 123).

Resolvida a questão sobre o uso do conceito de conservação, voltamos à narrativa da introdução.

A organização de uma pesquisa e a sua apresentação na forma de um livro envolve uma sucessão de atividades, que, organizadas, permitem elucidar uma pergunta original e/ou um problema apresentado. Nesta proposta de nossa abordagem, a pergunta original foi construída a partir da experiência de trabalho e dos questionamentos advindos ao longo do tempo.

Olhar para as cidades em diferentes unidades da federação do Brasil nos traz a percepção de que a sociedade em certa medida falhou, considerando os problemas expostos nessas unidades – resumidos na irregular distribuição de renda e nos evidentes problemas ambientais, ambos interligados – e, sobretudo, nas consequências provocadas por essa combinação.

Quando, por outro lado, miramos nosso olhar para o campo e a propaganda destinada ao agronegócio, apresentando-o como um setor produtivo que distribui riqueza e gera divisas para o país, encontramos uma contradição, conforme apresentado nos estudos sobre as “cidades do agronegócio” (Elias, 2005, 2006, 2007, 2008, 2013). As cidades do agronegócio geram bolsões de desigualdade social e, da mesma forma, o avanço do agronegócio pelo Cerrado contribui com o desmatamento e com uma série de conflitos no campo. Então, assim como os problemas observados nas cidades, o campo, igualmente, está aquém da propaganda da televisão. E, neste momento, o Brasil está de volta ao mapa da fome do mundo¹ (Calvi, 2019); portanto, alguma coisa falhou.

Aqui, a despeito de todos os conflitos socioterritoriais que envolvem o campo, as disputas por água, a questão da mineração, a invasão dos territórios quilombolas e outros, queremos apresentar o movimento contrário, mostrar as soluções que agreguem produção de alimentos, conservação ambiental e promoção dos camponeses. Nesta discussão inclui-se o debate entre a produção de alimentos e a produção de comida e entre segurança alimentar e soberania alimentar (Scarabeli; Mançano, 2020).

Das indagações sobre a condição de vida das pessoas nas cidades e nos campos, da conservação dos ambientes e/ou da busca de equilíbrio entre produção, emancipação camponesa e conservação da vida surge uma pergunta fundamental que orienta a pesquisa e se constitui enquanto tema: é possível ter produção e ao mesmo tempo obter equilíbrio “mínimo” na relação sociedade x natureza, permitindo que as pessoas morem no campo e de lá promovam e desfrutem desses benefícios? De forma direta, questionamos: o Cerrado pode ser ocupado e conservado ao mesmo tempo? Os trabalhos de campo que desenvolvemos nos últimos anos, visitando assentamentos rurais e investigando a produção bibliográfica, dizem que sim. É possível produzir e conservar o Cerrado, mas existem contrapontos/antíteses que serão apresentados ao longo dos capítulos deste trabalho.

1 Em 2019, quando escrevíamos esse capítulo, o Brasil fora classificado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como inserido no mapa da fome do mundo.

Para responder às perguntas do parágrafo anterior, foram elaboradas outras perguntas que permitiram direcionar a pesquisa. Os interesses e as disputas no meio rural são forjados por diferentes atores, disputando os bens da natureza – um bom exemplo é a disputa pela água. O tema água sempre vem associado a conservação, sustentabilidade e recurso para o desenvolvimento da sociedade. Contudo, na maioria das vezes, a água é disputada enquanto reserva de valor e recurso para obtenção do lucro máximo – portanto, sem pagar por ele.

A água enquanto recurso, meio para a manutenção de todas as formas de vida, é tema fundamental nesta pesquisa – é um fio condutor que organiza a pesquisa. Sem água não é possível pensar em agricultura e possibilidade de a família manter-se no campo. Como a pesquisa tem seu foco no Cerrado, vale a máxima “*Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida*”.

Por consequência, é preciso perguntar: qual a disponibilidade de água para o camponês no Cerrado nas diferentes estações do ano? Como essa água é produzida? E quais os possíveis conflitos que envolvem o uso da água nas bacias hidrográficas do Cerrado? Para responder a esta última pergunta, é preciso considerar que há tomada de água em diferentes níveis de escala, ou seja, bacias maiores ou, em suas tributárias, menores.

De toda forma, esse uso e/ou controle da água tem efeito em cascata, as intervenções em grandes rios irão provocar consequências ao longo de sua bacia e vice-versa, a destruição das nascentes dos pequenos rios provoca a diminuição da vazão e a seca, ainda que intermitente, nos rios maiores. Nas palavras de Barbosa (2014) é uma ameaça à complexa “teia hídrica” que brota do Cerrado.

Além da questão que envolve “produção” e uso da água, outros temas e, consequentemente, perguntas foram abordados, contribuindo com a pergunta original. Aqui, registra-se que o trabalho tem orientação na Ciência Geográfica e, portanto, as perguntas e respostas foram formuladas em acordo com as abordagens dessa ciência, buscando, em outras áreas do saber, auxílio para responder às questões levantadas.

Diante dos questionamentos apresentados, o trabalho aqui proposto é o de que a conservação do Cerrado (em pé) só é possível com uma forma de ocupação em que os sujeitos dependam da conservação do bioma para a manutenção de suas atividades; da mesma forma, a permanência dos camponeses no Cerrado só será possível com a conservação dos recursos desse bioma.

O modelo econômico e a forma de produção agrícola nas terras do Brasil Central (agricultura de grãos para exportação; máxima exploração do solo; monocultura; uso de intensivo de venenos na produção; pressão sobre os recursos hídricos) não permitem a renovação/conservação desse bioma,

e muito menos permitem que os camponeses se mantenham no campo e no Cerrado goiano.

O debate sobre a conservação do bioma, enquanto condição para a permanência dos camponeses, não pode perder de vista o processo de consolidação de um território, paradoxal, voltado à produção de *commodities*, conforme assinala Chaveiro (2020):

Cuidamos de cunhar uma contradição veraz: o território do Cerrado ao se afirmar por uma economia de expansão teve como resultado a destruição do bioma. De maneira que a afirmação do Cerrado como território gerou a sua negação enquanto bioma. A partir dessa contradição foi possível elucidar outra: o mecanismo de transformação do Cerrado em fronteira agrícola o colocou na rota da economia mundial, gerando, contudo, a pressão, a fragmentação, o confinamento, a redução das terras de povos indígenas e camponeses (Chaveiro, 2020, p. 2).

A retomada da terra pelos camponeses, o fim do latifúndio, a Reforma Agrária e a orientação para a produção de alimentos saudáveis nos levam a superar essas contradições.

A ÁREA DE ESTUDO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

A área de estudo

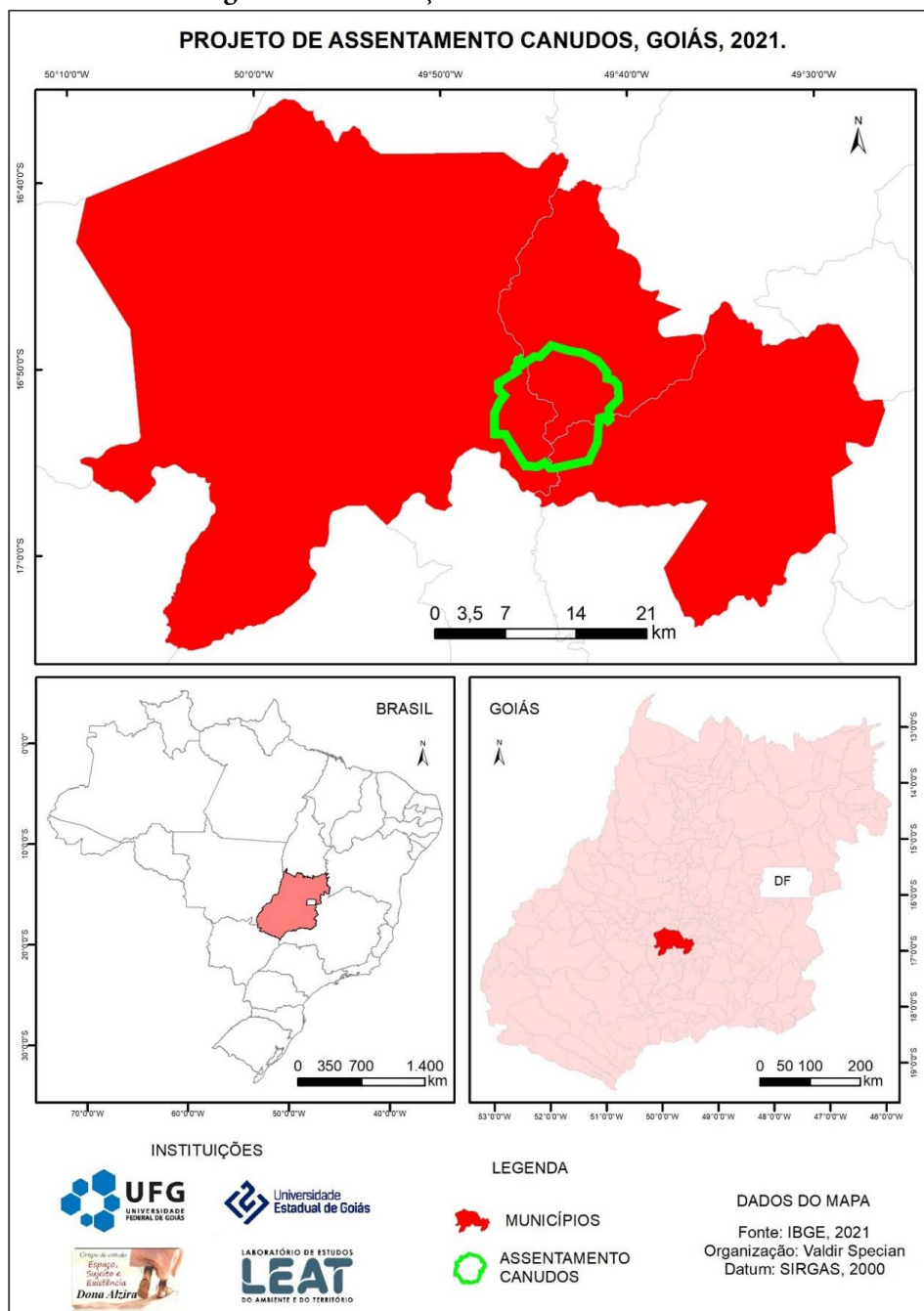
O Cerrado goiano é o palco principal de discussão deste livro. Um palco que, ao longo dos últimos anos, se firmou enquanto um território com uma economia em expansão, mas que apresentou como resultado a destruição enquanto bioma (Chaveiro, 2020, p. 2). Apesar de ser considerado rico enquanto produtor de *commodities*, um celeiro do mundo (Silva; Anjos, 2010, p. 75), a fome e a miséria, igualmente, têm lugar nos lares dos goianos e nos lares de inúmeras pessoas que moram nas cidades do agro-negócio neste vasto território.

Entre as inúmeras possibilidades de estudo do Cerrado e/ou porções desse território/bioma, escolhemos trabalhar nas áreas de assentamento rurais de reforma agrária em Goiás e, em específico, no Projeto de Assentamento Canudos (PA Canudos), localizado na intersecção dos municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guaporé (Figura 1).

Considerando as divisões Regionais do Brasil e/ou Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, o PA Canudos fica dividido entre duas regiões distintas. Para a proposta de Divisão do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas (RGI) e Regiões Geográficas Intermediárias (RGINT) realizada pelo IBGE (2017), as parcelas do assentamento inseridas nos Municípios de Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás estão introduzidas nas respectivas RGI de Palmeiras de Goiás e RGINT de Iporá e São Luís dos Montes Belos. As parcelas localizadas no município de Guaporé inserem-se na RGI e na RGINT de Goiânia. A justificativa para escolha do PA Canudos perpassa por uma série de questões:

- O PA Canudos é uma conquista importante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A Fazenda Palmeiras de 12.000 hectares que deu origem ao assentamento era de propriedade de membros da União Democrática Ruralista (UDR), uma entidade defensora do latifúndio e acusada pela morte de trabalhadores rurais em todo o Brasil (Afonso, 2016);
- A antiga Fazenda Palmeiras tinha uma área de 2.178 hectares destinada à reserva na forma de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN (Brasil, 1992). Essa área foi mantida no contexto da instalação do assentamento e a área de reserva legal, incluindo a RPPN, foi ampliada para cerca de 54,08% – 6.500 hectares da área total da fazenda. Essa condição foi possível pela assinatura do Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em conjunto com as famílias de assentados (Hora *et al.*, 2019, p. 152);
- A proximidade com Goiânia e com Rio Verde e os corredores rodoviários que ligam o assentamento a esses centros “naturalmente” provocam pressão sobre a área. Assim como as condições naturais do assentamento, áreas planas e abundância de cursos d’água tornam a antiga fazenda Palmeiras um território de interesse do agronegócio;
- O registro histórico da instalação e transformações do assentamento ao longo de vinte anos através de teses/dissertações e pesquisas diversas permitem contrapor a proposta deste trabalho;
- O trabalho realizado pelos assentados – cerca de 340 famílias que vivem no PA Canudos.

Figura 1 – Localização do PA Canudos – Goiás



Fonte: IBGE, 2021; Datum: SIRGAS, 2020. Organização: Specian, Valdir.

Essa série de questões fazem do PA Canudos um território de disputa interna e externa, temática que será explorada ao longo dos capítulos desenvolvidos nesta obra.

Os sujeitos da pesquisa: os trabalhadores e trabalhadoras que residem e (re)existem no campo

Ao longo do texto, usaremos a definição de camponês ou campone-ses para designar os trabalhadores e trabalhadoras² que moram no campo e dele extraem os recursos para o sustento de suas famílias, sendo através do consumo do que é produzido e/ou da venda do excedente de sua produção – a definição enquadra os pequenos produtores familiares (camponeses).

Na discussão sobre o campesinato e/ou a condição para se determinar se o sujeito é ou não um camponês, estabelecemos como marco os trabalhos de Marques (2008) e Silva (2018). Algumas discussões sobre o campesinato envolvem a premissa de seu desaparecimento. Aqui não será debatida essa tese – e, sim, aceito a sua permanência enquanto classe social que se reproduz. Marques (2008) apresenta uma profunda discussão sobre a definição da condição do trabalhador rural, dialogando com outros autores e defendendo a reprodução da classe camponesa.

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (Marques, 2008, p. 59).

A definição abre um leque de elucidação para designar a classe camponesa. No mesmo artigo, a autora demonstra essa condição e compara com outros conceitos.

2 A proposta inicial era de redigir todo o texto deste trabalho em linguagem inclusiva e/ou linguagem neutra. Mas entendemos que, apesar da importância dessa ação, não conseguiríamos manter uma narrativa elucidativa. É preciso melhor formação/preparação linguística que permita a escrita com tal propósito.

Conforme se pretende demonstrar a seguir, o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar (Marques, 2008. p. 58).

Silva (2018) apresenta, igualmente, uma profunda discussão sobre a condição do Camponês e sua reprodução enquanto classe social e exibe algumas definições:

Os camponeses se vinculam ao capital, no momento da produção e da realização da mercadoria camponesa. Estabelecem relações não capitalistas com vistas a sua reprodução social. Também não são meros objetos da história, pelo contrário, são sujeitos sociais que elaboram projetos de vida e os disputam com os agentes do capital, para continuar sendo camponeses (Silva, 2018, p. 55).

O pesquisador Edson Silva apresenta em sua tese uma discussão do cercamento do campesinato goiano e sua estratégia de sobrevivência. Para ele (Silva, 2018), o Camponês sobrevive e se reproduz, apesar de todo o cerco promovido pelo modelo vigente.

Ao que parece, o modelo extrativo agroexportador, a despeito do aspecto conjuntural, cerca os camponeses, para a reprodução global do capital. Isso não significa o fim do campesinato, porque ele reage como classe (Silva, 2018, p. 60).

O fato é que a modernização agrícola expulsou do campo milhares de trabalhadores, a maioria acabou migrando para as periferias das cidades. Isso ocorre em todas as unidades da federação do Brasil. Esses trabalhadores “se transformam em população sobrando, desempregados, peões-de-trecho, migrantes temporários” (Marques, 2008, p. 65). Por outro lado, é necessário entender o movimento contrário, conforme aponta Marques (2008).

Mas as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de *recampesinização* da família sem-terra que se dá com o assentamento destas. Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarianização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de

recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade (Marques, 2008, p. 65).

Este texto não tem a intenção de se aprofundar nas discussões dos conceitos – agricultura familiar e campesinato – como contrários e/ou complementares. Utilizaremos a versão apresentada por Marques (2008) e a defesa de que no campo e no propósito de pesquisa encontramos referência no campesinato e esse campesinato se realiza no trabalho familiar.

Por outro lado, concordamos com a crítica realizada por Silva (2018) sobre a defesa do conceito de agricultura familiar e a incorporação do termo pelo agronegócio (seria um agronegocinho). Essa anexação é uma forma de negar a relação com a terra atribuída à experiência do camponês.

Aqueles que defendem o agronegócio e/ou a agricultura familiar dentro dessa mesma categoria de organização do campo esquecem que toda a tecnologia de plantio e colheita é desenvolvida para o latifúndio e não para as unidades menores de produção camponesa. Sem entrar, por enquanto, na discussão da degradação provocada pelo veneno usado na agricultura e do uso intensivo dos recursos naturais.

Para pensar a condição atual do campesinato goiano é preciso resgatar a história do Estado e verificar as profundas mudanças ocorridas. No Estado de Goiás, palco desse estudo, a modernização agrícola se efetivou na década de 1970. Tem, no entanto, seu início marcado por alguns fatos que merecem ser destacados, sendo eles: a construção das capitais – Goiânia-GO e Brasília-DF – e a abertura de estradas ligando essas capitais ao resto do Brasil.

A nova configuração do capital transformou o modelo de ocupação que perdurou até meados do século XX – um sertão goiano. O pesquisador Júlio César de Pereira Borges chama esse sertão goiano e seu arquétipo de ocupação de *Fazenda-roça goiana* e descreve:

Após recortada e ampliada, entendemos que a Fazenda-roça goiana consiste na organização espacial que comandou Goiás por aproximadamente dois séculos, final do século XVIII a meados do século XX. Essa organização representa a interação dos elementos internos e externos que de forma dialética a particulariza e a integra à condição espacial brasileira e mundial da época (Borges, 2016, p. 33-34).

Como destaca Borges (2007, 2016), a história de Goiás começa a mudar a partir de meados do século XX. Um fator relevante para esse processo

está relacionado à construção de Brasília-DF e à necessidade da modernização do território goiano, transformando uma *“rentabilidade simples e lenta em uma rentabilidade liberal, inteligente, planejada”*. Antes disso, destacam-se, ainda, dois eventos importantes nas décadas de 1930/1940 – a Marcha para Oeste e a Construção da nova capital do Estado – Goiânia (Freitas; Chaveiro, 2011).

Mendonça (2004) destaca a importância da construção de Brasília e a introdução de eixos rodoviários ligando o Brasil à nova capital, além de uma série de outras ações, que ele chamou de livre “territorialização do capital”. No contexto de pouco questionamento, em virtude da ditadura militar, permitiu-se o início da profunda transformação do Cerrado:

As transformações espaciais decorrentes dessas investidas culminaram em novas paisagens nas áreas cerradeiras. Da pecuária extensiva, da agricultura tradicional e camponesa restou muito pouco, pois a agropecuária moderna, com os maiores índices de produção e produtividade do país, expulsou as “velhas” formas de uso e exploração da terra para as áreas de fronteiras, para as áreas urbanas e/ou **para os fundos de vales que se tornaram refúgios para os camponeses e trabalhadores da terra desterritorializados**. Em Goiás, a (re)arrumação espacial se efetivou a partir da desagregação dos tradicionais ocupantes de terras que, em sua maioria, se dedicavam à pecuária extensiva. Com a expulsão dos camponeses e trabalhadores da terra que praticavam a agricultura camponesa, o direito de usufruto passou àqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, vindos do sul do país, onde a agricultura moderna se iniciou a partir da década de 1950 (Mendonça, 2004, p. 28, grifo nosso).

O processo histórico de ocupação do Cerrado Goiano e as mudanças ocorridas como a modernização da agricultura foram amplamente estudados e difundidos na forma de artigos, teses e dissertações (Peixinho, 2002; Teixeira Neto, 2002; Mendonça, 2004; Borges, 2007, 2016; Lima; Chaveiro, 2010; Freitas; Chaveiro, 2011; Borges, 2013; Silva, 2013). É fundamental verificar a transformação das formas de ocupação do território, sobretudo a partir da década de 1970, com o avanço da ocupação do Cerrado como uma nova fronteira agrícola, conforme destaca Frederico (2011):

Denomina-se fronteira agrícola moderna as áreas ocupadas, a partir da década de 1970, por monoculturas intensivas em capital e tecnologia, em

substituição à vegetação original (principalmente de Cerrado), as culturas tradicionais (praticadas por camponeses e/ou agricultores familiares) e as áreas de pastagens extensivas (Frederico, 2011, p. 6).

Chaveiro e Barreira (2010) destacam as nuances da incorporação capitalista:

O processo de incorporação capitalista impetrado pela modernização do Cerrado atinge de maneira diferente camponeses, fazendeiros tradicionais e povos indígenas. E essa diferença é maior ao se observar os diferentes lugares e a escala de poder das forças locais (Chaveiro; Barreira, 2010, p. 30).

Voltando à citação de Mendonça (2004), grifamos a parte que se aproxima bastante da realidade. Os camponeses de hoje ocupam as terras que não são do interesse (direto) do agronegócio – áreas em que o relevo dificulta a mecanização para a produção de grãos. Porém, esses camponeses agora disputam seus territórios de sobrevivência com as atividades de mineração e produção de energia elétrica. Esta última surge com a implantação da Política de Geração de Energia através das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), constituindo-se em uma nova ameaça aos camponeses.

A questão das PCHs será tratada no segundo capítulo do livro, assinalando que a política de PCHs implantada com a crise energética brasileira do final da década de 1990 é absorvida pelo capital nacional como uma forma de renda através da geração e venda de energia e, também, como meio de diversificação de investimentos de grandes grupos empresariais que captam dinheiro público para a construção das barragens e posterior venda de energia para o Estado e para o mercado consumidor em geral. O retorno para o Estado e para a sociedade na forma de impostos é mínimo.

Uma interpretação sobre o uso da água pelas PCHs que merece atenção é que, para os proprietários de PCHs, a água não é utilizada/consumida – ela passa pela barragem e segue seu curso no rio. O problema é que os lagos artificiais e as barragens de PCHs estão tomando as terras dos camponeses – os fundos de vales, local de moradia, agora são reservatórios de água. O agravante é o controle da vazão dos rios, sobretudo na época seca, destituindo o direito à água pelos camponeses e eliminando a ictiofauna dos rios.

O sujeito camponês que apresentamos neste livro é aquele que compõe o denominado “povo cerradeiro” (Mendonça, 2004).

Para nós, Povos Cerradeiros se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/ produtores que historicamente viveram nas áreas de Cerrado e constituíram

formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais (Pelá; Mendonça, 2010, p. 54).

Destaca-se que o Brasil de 2020/2021 é marcado pelos ataques aos movimentos sociais, aos indígenas, acampados que lutam pela reforma agrária e tantas outras minorias. A construção histórica dos movimentos sociais e o trabalho da CPT, por exemplo, permitem colher frutos e gerar novas sementes – é no contexto do agora e dos conflitos permanentes, assim como na possibilidade de mostrar outros caminhos para a sociedade, que debruçamos para pensar o roteiro destes escritos.

Portanto, o sujeito dessa pesquisa é o camponês e a sua forma de produção e relação com o meio. Nosso encontro com esse sujeito se dá nos projetos de assentamentos de reforma agrária em Goiás e/ou nas propriedades adquiridas e/ou herdadas de seus pais e avós. A essência do trabalho está em analisar a reprodução desses sujeitos em sua lida diária, assim como o idealizar do futuro, sobretudo pós-pandemia, que assola a sociedade em todo o mundo.

Reafirmando, a tese é de que os camponeses conseguiram, ao longo do tempo, estabelecer uma relação de troca com o Cerrado que permite a manutenção desse bioma, uma condição para a própria manutenção dos camponeses enquanto classe, em uma relação de interdependência.

A DEFINIÇÃO DAS ESCALAS DE ABORDAGEM DA PESQUISA

Neste livro, o olhar está voltado para o campo, sobretudo no que acontece na escala dos assentamentos de reforma agrária e/ou nas famílias de pequenos agricultores que vivem na/da terra e que encontram no Cerrado uma condição de morada. Esse olhar examina o papel desempenhado por tais camponeses no tocante à relação com o lugar, à produção de alimentos saudáveis e à proteção da natureza – esse conjunto de tarefas praticadas será chamado, repetidamente, de Resistência Socioambiental.

Apesar de a pesquisa focar o PA Canudos, as discussões envolvem a ocupação do Cerrado, com ênfase nos conflitos envolvendo os assentamentos rurais para Reforma Agrária e os territórios do agronegócio. A Resistência Socioambiental é pensada para as condições ambientais do Cerrado

e a lógica de ocupação desse ambiente. O trabalho realizado pelos Camponezes e a relação destes com o ambiente onde vivem, além de sua interação dinâmica na sociedade, é um dos limites escalares que se propõem estudar.

A interação dos camponeses com a sociedade é dada pela produção e pelo fornecimento de alimentos de primeira necessidade para a sociedade. Esse encontro ocorre nas feiras livres e no comércio nas pequenas cidades, numa escala econômica que só pode ser percebida com pesquisas detalhadas desse processo. Ela está fora dos circuitos das *commodities* agrícolas. Portanto, muitas vezes, fora da análise dos agentes de controle.

A aquisição de produtos na feira livre e/ou na porta de casa – sem nenhum selo de fiscalização sanitária – é o fato que corrobora para avaliar que essa cadeia foge ao controle. Porém, é fundamental pensar em produtos de qualidade com o preço acessível à população de menor poder aquisitivo e que, ao mesmo tempo, contribua para agregar renda aos produtores familiares (Gonçalves; Coelho, 2018).

O território em disputa no Cerrado é qualificado em outras escalas. Bons exemplos são encontrados nos setores de geração de energia e exploração mineral. A construção de PCHs para a geração de energia e a consequente ocupação dos fundos de vale, lugar de moradia de povos cerradeiros, têm uma dimensão de escala para além das fronteiras do Cerrado. No mesmo sentido, a exploração de reservas minerais e/ou a concessão de licenças de lavra colocam em xeque a manutenção da vida nas comunidades rurais no Cerrado, conforme apontam as pesquisas de Gonçalves e Mendonça (2015); Mendonça (2015); Nascimento *et al.* (2017); Corrêa e Gonçalves (2019) e Gonçalves (2019). Essas interações entre as escalas locais e globais citadas não serão abordadas de forma direta na pesquisa, mas sim observadas para o entendimento dos processos que eventualmente ocorram nesses territórios.

O Cerrado, ambiente de aplicação da pesquisa, é refletido em sua dimensão climática e como um *hotspot* de biodiversidade (Klink; Machado, 2005, p. 11). Nessa compreensão, é necessário entender as escalas climáticas como difusoras de oferta de chuvas para esse ambiente. No Cerrado, a divisão entre estação seca e chuvosa motiva a conservação dos recursos hídricos para a manutenção da vida, sobretudo na época seca, sendo uma condição basilar para se pensar a resistência daqueles que nesse ambiente moram e dele tiram o sustento.

A escala espacial da pesquisa abrange o Cerrado goiano e os Projetos de Assentamentos (PA) espalhados pelo estado, com foco no PA Canudos. A escala temporal marca o processo da primeira ocupação da Fazenda

Palmeiras (1997) até os dias atuais (2021) com a discussão da inserção das lavouras de soja em algumas parcelas do assentamento, provocando disputas internas e externas ao assentamento.

A ORIENTAÇÃO TEÓRICA/METODOLÓGICA E CONCEITOS GEOGRÁFICOS UTILIZADOS

A Geografia enquanto ciência abarca uma série de temas e conceitos aplicados a diversos estudos. A busca para manter a coerência teórica, aliada a uma orientação conceitual, nos leva a fazer escolhas que melhor se aplicam a este estudo, sem esquecer o método que nos estudos geográficos pode variar em mais de uma diretriz, conforme a linha de pesquisa que segue o pesquisador. O ideal é que exista uma coerência teórica e metodológica.

Os conceitos aplicados à Geografia (espaço geográfico, território, paisagem, lugar, região, redes, entre outros) “são as ferramentas que utilizamos para obter respostas para os problemas de pesquisa detectados” (Souza, 2016, p. 11). Os conceitos são associados aos métodos de pesquisa para promover essas respostas. Alguns conceitos parecem ter maior proximidade com determinados métodos, mas sem se apresentar como uma camisa de força. Os estudos de lugar parecem ganhar força na Fenomenologia, assim como a Paisagem é, geralmente, estudada no Positivismo Lógico, mas isso não impediu e não deve impedir novas possibilidades do uso de conceitos/métodos. Nos últimos anos, a título de exemplo, ganhou força entre alguns autores a premissa de se fazer uma Geografia Física Crítica (Souza *et al.*, 2020).

Ao longo da caminhada profissional e da própria (re)orientação enquanto pesquisador, a Ecologia Política e a Geografia Ambiental passaram a representar as pretensões da tese, aliando mais de um conceito geográfico para responder ao tema de pesquisa.

Os dois principais conceitos usados nesta obra, são: Território e Lugar. Antes de apresentá-los e a ligação de cada um deles com o tema, é necessário justificar a escolha destes, considerando que cada qual costuma ser usado para responder a uma linha de pesquisa distinta e, portanto, com perspectivas metodológicas díspares.

A construção teórica da Ecologia Política permite o uso desses conceitos de forma conjunta:

Quanto à Ecologia Política, aí estamos diante não de uma abordagem que parte do interior de uma disciplina, em função de suas peculiaridades

históricas e de identidade epistemológica, mas sim de um campo interdisciplinar. Como o nome sugere, a Ecologia Política é orientada para a contextualização crítico-social (análise de relações de poder, de fatores econômicos e de quadros culturais) dos processos dialéticos em que a humanidade afeta e interfere em processos geoecológicos, sendo, ao mesmo tempo, condicionada por eles, não raro em meio a desafios e conflitos ambientais de sérias consequências (Souza, 2019a, p. 24).

A primeira interpretação talvez não deixe claro, mas pensar a Ecologia Política como campo interdisciplinar que agrega a discussão das relações de poder e, portanto, de conflitos de classe – é algo que casa com a discussão de **território** na Geografia, aliada aos quadros culturais, que adiante será mais bem explicado, mas que, de antemão, estabelece a relação com o **lugar**.

Considerando os sujeitos da pesquisa e as escolhas dos conceitos da Geografia para o estudo, vale a pena citar Marques (2008), em cujo artigo desponta, entre aspas, uma discussão que nos parece ser fundamental para o diálogo com o método de pesquisa – a condição do camponês em relação à terra na definição de lugar e sua relação externa expressa no território – apresentado aqui na forma como foi escrito: “Os assentamentos rurais têm se constituído como o ‘lugar’ onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do ‘território camponês’” (Marques, 2008, p. 66).

Continuando, para alinhar a relação entre a Ecologia Política e a Geografia Ambiental, como forma, inclusive, de aproximação da primeira com a Geografia propriamente dita, Souza (2019a) esclarece:

Enquanto a *Ecologia Política* vem se afirmando, desde a década de 1970, como um campo interdisciplinar (e, idealmente, também uma práxis emancipatória) cuja ambição é, justamente, “desnaturalizar” e politizar criticamente a problemática ambiental, a *Geografia Ambiental*, de sua parte, **busca a construção de um diálogo de saberes no interior da Geografia**, construindo o objeto de conhecimento de modo a desafiar o fosso epistemológico, teórico e metodológico entre o estudo da natureza e o da sociedade. Ou seja: aquilo que a Geografia Ambiental tenta promover internamente à Geografia, a Ecologia Política vem, há quatro decênios, estimulando em um plano mais amplo (Souza, 2019a, p. 25, grifo nosso).

Essa busca de diálogo nada mais é que uma aproximação de campos distintos de saberes e pesquisas em Geografia – **Território e Lugar**, que agregam

linhas de pesquisa e métodos distintos, mas que podem ser trabalhados em conjunto, permitindo respostas apuradas aos problemas de pesquisa elaborados.

Para fazer referência aos estudos de Geografia Ambiental na Geografia, o autor (Souza, 2019a) aponta alguns trabalhos/pesquisadores que se dedicaram à temática, citando, entre eles, Tricart e sua *Ecogeografia*

No Brasil, o autor (Souza, *op. cit.*, p. 29-30) assinala que muitos geógrafos tentaram fugir da tentação de afirmar a Geografia como uma ciência social “respeitável” e “sem ambiguidades”. Entre os geógrafos que apresentam parte de suas obras com a devida importância aos estudos das *bases naturais em interação das bases sociais* (grifo nosso), destacam-se: Orlando Valverde, Manoel Correia de Andrade e Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (Souza, 2019a). Uma referência importante, neste caso, é também do Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves.

De Carlos Walter ouvi, há bastante tempo atrás, uma deliciosa tirada, a qual nos deixa entrever a sua aguda compreensão do problema terminológico-conceitual a respeito do “ambiente”: “Eu não quero o ‘meio ambiente’, quero o ambiente inteiro...” (Souza, 2019a, p. 30).

O autor cita ainda os Trabalhos de Dirce Suertergaray, Luiz Fernando Scheibe, Roberto Verdum e João Lima de Sant’Anna Neto, como exemplos de geógrafos empenhados em uma Geografia “Ecogeográfica” (Souza, 2019a, p. 32).

Para continuar justificando o uso de mais de um conceito vinculado a métodos distintos, utilizamos as ponderações apresentadas pelo Prof. Francisco Mendonça em um artigo publicado no ano de 2001, que é citado pelo Prof. Marcelo Lopes de Souza em 2019.

Nos últimos quarenta anos a noção de ambiente tem inserido, paulatinamente, a dimensão social, pois a crise ambiental contemporânea não pode mais ser compreendida e nem resolvida segundo perspectivas que dissociam sociedade e natureza (Mendonça, 2001, p. 113).

Nesse artigo, Mendonça (2001) discute a Geografia Socioambiental, referência teórica fundamental para o presente livro. As fontes utilizadas pelo autor são as mesmas aplicadas na discussão sobre a Ecologia Política e a Geografia Ambiental, entre elas a obra de Enrique Leff.

A Geografia, usando de conceitos claros e amplamente aceitos em suas pesquisas, como Território, Paisagem e Lugar, pode incorporar a questão

socioambiental como uma teoria de pesquisa – envolvendo, na medida do possível e na capacidade de formação do pesquisador, os conceitos anteriormente apresentados, mesmo que tais conceitos, para alguns pesquisadores, tenham uma orientação metodológica própria, sem a possibilidade do entrelaçamento de ambos.

A dimensão de Território e Lugar pode ser agregada, apesar de aparecer associada a métodos de pesquisa distintos, dialético e fenomenológico, respectivamente. Ambos, porém, podem ser concebidos pelas distintas orientações metodológicas, ou seja, território não é apenas da dialética, nem lugar apenas da fenomenologia. Entendemos que a pesquisa tem a dialética com orientação fundamental, permitindo interpretar os conflitos dos pares envolvidos, campesinato e capitalismo e entre produção camponesa e conservação do Cerrado.

Nessa perspectiva, concordamos com Souza e Fulino (2020, p. 2), que apresentam o pesquisador como um sujeito ativo na pesquisa e que mantêm “relações históricas no trato com a natureza e a sociedade”. Os mesmos autores definem que o método “não deve indicar um caminho apriorístico de ‘como proceder’ na pesquisa geográfica, ou como operacionalizar antecipadamente categorias e conceitos [...]” (Souza; Fulino, 2020, p. 13).

Com isso, pensar a dimensão socioambiental ancorada em um único método de pesquisa nos parece uma forma de abreviar a importância que ela tem para as demandas do mundo moderno.

Na concepção aqui defendida, um estudo elaborado em conformidade com a *geografia socioambiental* deve emanar de problemáticas em que situações conflituosas, decorrentes da interação entre a sociedade e a natureza, expliquem degradação de uma ou de ambas (Mendonça, 2001, p. 124).

O autor (Mendonça, 2001) considera as relações existentes entre campos de atuação da Geografia e os métodos referenciados, marxista, positivista, humanista – cada corrente se associa ao método próprio. Questionando a qual método estaria associada a Geografia Socioambiental, o autor apresenta a seguinte resposta:

A abordagem da problemática ambiental, para ser levada a cabo com profundidade e na dimensão da interação sociedade-natureza, rompe assim com um dos clássicos postulados da ciência moderna, qual seja, aquele que estabelece a escolha de apenas um método para a elaboração do conhecimento

científico. Tal abordagem demanda tanto a aplicação de métodos já experimentados no campo de várias ciências particulares como a formulação de novos (Mendonça, 2001, p. 125).

Essa perspectiva, apresentada por Mendonça (2001), coloca em xeque alguns paradigmas, tais como associar uma pesquisa a métodos distintos e/ou como negar as premissas/abordagens para pesquisa em amplitude que envolve o termo *socioambiental*.

Outro termo que pode ser exercitado nessa condição de pesquisa é *correlação*. É preciso ir além da relação direta entre os elementos, uma vez que existe na realidade uma (co)relação dos aspectos naturais e sociais nas disputas do território e na dimensão do lugar, vislumbrado no cotidiano dos agricultores que moram e dependem da terra/“da vida” para sobreviver. Para captar essa amplitude, é necessário sensibilidade para escolha de diferentes métodos e rigor para aplicá-los.

Voltando aos conceitos-chave, Território e Lugar, para o primeiro assumimos a definição (clássica) de RafestIn:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RafestIn, 1993, p. 143).

Os “espaços” que trabalhamos, nesta concepção, são territórios. Completando, é preciso acrescentar que território é “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2016, p. 78). O conceito de território se aplica à pesquisa, já que a Resistência Socioambiental se dá justamente na lógica de uma disputa territorial – em nosso caso, essa condição é trabalhada para o Cerrado Goiano. Avançando na discussão, buscamos um pouco mais de Souza (2016) na discussão sobre (des)territorialização:

E, em muitos casos, o uso intensivo e ostensivo de práticas espaciais, como restrições de acesso de locomoção, manuseio de signos inscritos na paisagem e ressignificação de lugares (mediante alteração da toponímia etc.), modificando fronteiras, e assim sucessivamente, envolve a instrumentalização e a alteração do território (Souza, 2016, p. 87-88).

Quando tratamos da relação do camponês com a terra, com a vida e com os seus meios de produção e sobrevivência, estamos falando de lugar. Esse lugar é disputado; a negação dele é estratégia de quem quer dominar o território. Emprestamos de Souza (2016) a definição do conceito de Lugar: “[...] como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual desenvolvem-se e extraem-se os sentidos de lugar e as imagens de lugar” (Souza, 2016, p. 114).

O conceito de lugar, diferente de território, não expressa relação de poder, conforme define Souza (2016).

[...] mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado [...] (Souza, 2016, p. 115).

São em seus locais de moradia, de vivência com o ambiente – portanto um lugar em que os camponeses travam uma disputa diária para a sua sobrevivência. A ameaça maior é que esses lugares são disputados por aqueles que querem os recursos ali dispostos (água, solo, minério). Nessa relação “externa”, esse pedaço de chão – de Cerrado – é disputado por uma lógica territorial. Nesse contexto é que surge uma Resistência Socioambiental.

Percurso metodológico

Definida a teoria e os conceitos geográficos que orientam a pesquisa, é preciso abordar o percurso metodológico. Este trabalho, conforme apresentado na sequência, foi construído em formato de distintos capítulos. Cada capítulo pede um rito próprio, um processo de construção específico. A proposta é que os capítulos possam ser transformados em “artigos científicos” e/ou o todo nesta obra. O referencial bibliográfico e as fontes secundárias foram fundamentais para a construção de três dos quatro capítulos, assim como a introdução. O quarto e último capítulo mistura as fontes secundárias e primárias para amarrar a discussão proposta.

A apresentação do autor, apesar de não se constituir enquanto objeto da pesquisa, é fundamental para o direcionamento da pesquisa, sendo narrada em primeira pessoa na forma de uma narrativa histórica. O caminho percorrido da formação permeia todo o processo de doutoramento e o

“andarilhar” percorrido anteriormente, enquanto processo social e intelectual de vivência e formação.

Como indicado, a discussão sobre a disponibilidade de água para prover o ambiente/camponeses, a conservação dos recursos hídricos e a disputa por esse recurso é um fio condutor do texto. Portanto, todos os capítulos têm como tela de fundo a discussão da água, conquanto o tema esteja discutido com maior ênfase no segundo capítulo.

O livro, como discorrido até aqui, é uma construção teórica que busca desvendar que o Cerrado enquanto bioma pode ser oportunizado aos camponeses como um “celeiro” que produz e distribui renda. Um modelo de ocupação que permita sua conservação.

No último capítulo, foi necessária uma imersão no cotidiano do assentamento, uma busca para responder como PA Canudos está no presente e qual a perspectiva futura. Tínhamos algumas opções: a primeira, talvez a mais apropriada, seria a aplicação de um questionário semiestruturado e/ou entrevista com as lideranças do assentamento.

Usar os interlocutores do assentamento, enviando o questionário por *e-mail*, não atingiria o objetivo proposto (o camponês é um sujeito desconfiado), a pesquisa se tornaria “fria”. A segunda, advinda da primeira, é a crítica a este formato de pesquisa que distancia o pesquisador do objeto de pesquisa, independentemente da presença ou não do pesquisador na área de pesquisa.

Uma segunda opção, em parte usada no livro, é o percurso da escrita através da busca de referências e informações do PA Canudos. São inúmeros os trabalhos que mencionam o assentamento – dissertações, teses e artigos científicos.

Optamos pela inserção no assentamento, tendo como referência uma parcela do assentamento, e a partir desta foi possível a articulação com outras lideranças do assentamento e com o cotidiano do lugar, sobretudo na porção situada no município de Palmeiras de Goiás. A técnica da “observação participante” foi a forma encontrada para realizar a “leitura de Canudos”, respondendo à pergunta fundamental do trabalho. As palavras de Proença (2007, p. 9) definem esse tipo de metodologia de pesquisa:

Diferentemente da entrevista, na observação participante o pesquisador vivencia pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações daquele mundo; participa nas relações sociais e procura entender as ações no contexto da situação observada (Proença, 2007, p. 9).

Essa técnica de pesquisa é bastante difundida na Antropologia. Mónico *et al.* (2017) desenvolveram uma discussão aprofundada sobre a técnica e afirmam que ela é empregada em estudos exploratórios, descritivos, etnográficos ou em pesquisas que buscam a generalização de teorias interpretativas (Mónico *et al.*, 2017, p. 725). Valladares (2007, p. 154) aponta os dez mandamentos da observação participante, e destacamos o sétimo desses mandamentos “A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos”.

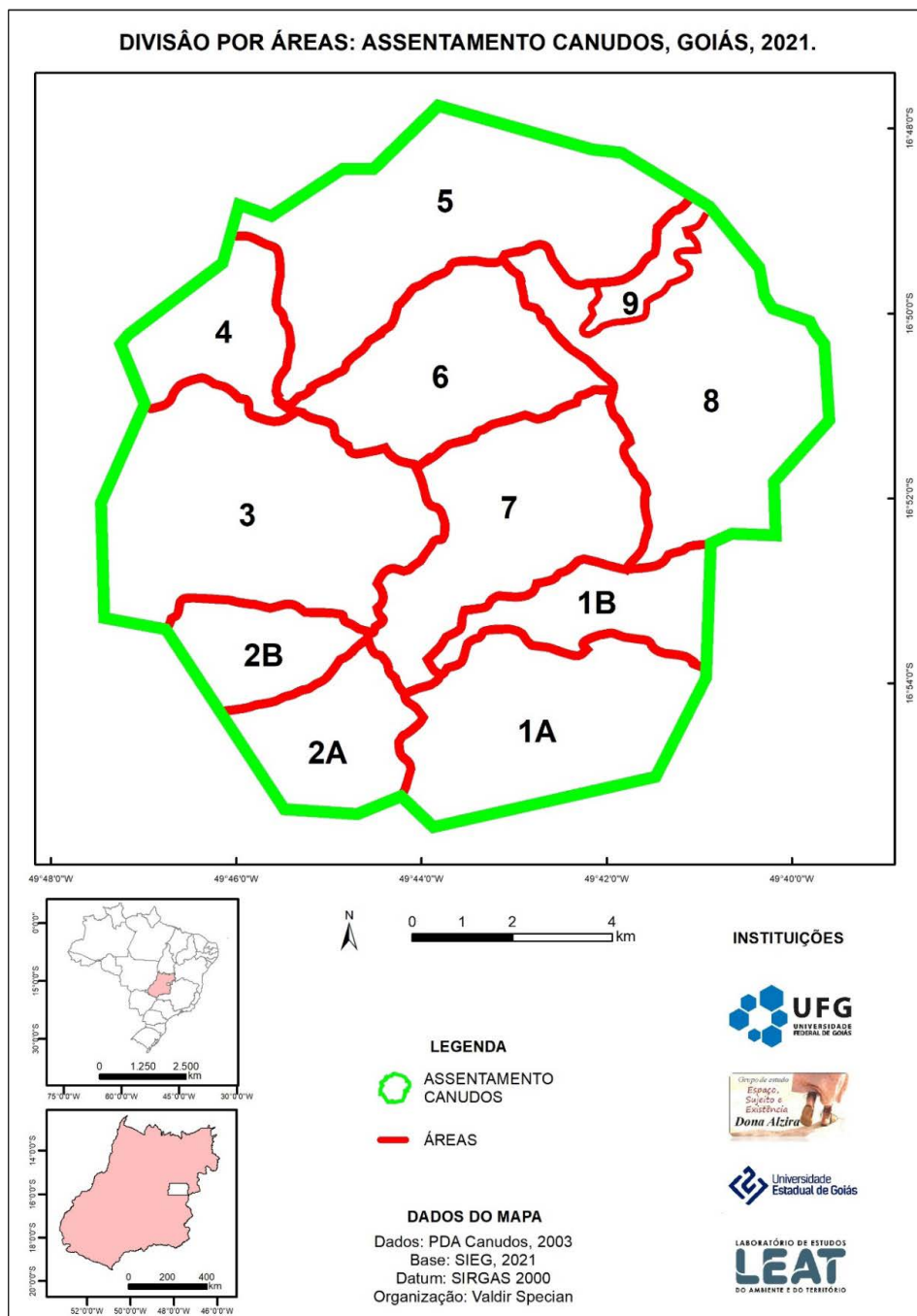
A justificativa para escolha da metodologia de pesquisa – observação participante para organizar o último capítulo do texto – se resume em estabelecer uma relação de confiança entre o observador e o sujeito envolto no tema da pesquisa. Na cultura da “ética imposta”, o meu movimento se daria através de questionários, que na maioria das vezes geram desconfiança dos camponeses. Observar, conversar e participar. Sobre os riscos da pesquisa, argumentamos que o risco ao campesinato não é proporcionado pelo pesquisador, e sim pelos representantes do agronegócio. A exposição possível no texto é de dizer que os camponeses são sujeitos capazes de produzir na terra, sem matar o ambiente (água, solo, atmosfera, homens, mulheres, animais e plantas).

Ainda sobre a metodologia de observação participante, destacamos que existe uma grande diferença entre o pesquisador ser convidado para tomar um café na casa de um camponês/assentado e o ato de “se convidar” para entrar. Quando interagimos com as pessoas e o lugar por elas construídos, a relação de confiança é outra.

Continuando, o questionário e/ou uma entrevista podem ser influenciados pelo tempo/momento. A percepção do lugar pode ficar enviesada se a pesquisa, apoiada por um questionário e/ou entrevista, for realizada na época de seca em comparação ao período de chuvas, pensando no ambiente do Cerrado. Na observação participante, o pesquisador assume a interpretação/pontua e escreve sobre as suas perguntas de pesquisa. A interpretação não é terceirizada.

O itinerário metodológico de cada capítulo será apresentado no próprio texto. A técnica de observação participante foi usada no último capítulo. O PA Canudos é dividido em áreas e cada área tem suas respectivas parcelas, abrigo no total 329 famílias. A área 1, a única localizada no município de Guapó, é subdividida em 1A e 1B; as áreas 2A, 2B, 3 e 4 situam-se no município de Palmeiras de Goiás e as áreas 5, 6, 7, 8 e 9 no município de Campestre de Goiás (Graciano, 2016). A Figura 2 apresenta um mapa da distribuição e divisão das áreas do PA Canudos.

Figura 2 – Divisão de áreas do PA Canudos



Fonte: Incra, 2003. PDA Canudos, 2023; Base: SIEG, 2021; Datum: Sirgas, 2000. Organização: Specian, Valdir.

Ao longo do ano de 2021 foram realizadas nove visitas ao PA Canudos, principalmente na Unidade de Produção Agroecológica Colmeia. O Quadro 1 apresenta a data e o objeto da visita. A Figura 3 apresenta parte da horta da Unidade Colmeia.

Quadro 1 – Visitas realizadas no PA Canudos – 2021

Visitas	Período	Locais e Objetos da Visita
1	15 – 17/01/2021	VI Circuito da Sociobiodiversidade ³ , visita em grupo nas parcelas das áreas 2b, 3 e 4 (Palmeiras de Goiás).
2	21 – 24/04/2021	Visita de observação participativa (individual) – Unidade Colmeia e inserções nas áreas 2b, 1a, 1b e 7 – nos três municípios em que o assentamento se insere: Palmeiras de Goiás, Guapó e Campestre de Goiás.
3	11 e 12/06/2021	Visita de observação participativa na Unidade Colmeia e parcelas próximas.
4	04 e 05/09/2021	Visita de observação participativa na Unidade Colmeia em conjunto com pesquisadores da Universidade de Brasília ⁴
5	14 e 15/09/2021	Visita de observação participativa – Unidade Colmeia
6	05 – 16/10/2021	Visita de observação participativa, Unidade Colmeia e demais parcelas próximas. Nesse período foram realizadas atividades contínuas de preparação de solo, plantio, colheita na Unidade Colmeia.
7	03 – 05/12/2021	Visita de observação participativa, Unidade Colmeia e demais parcelas próximas. II Seminário de Desenvolvimento Rural, organizado por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Estadual de Goiás (UEG); e Universidade do Norte do Tocantins (UFNT).
8	09/12/2021	Visita de observação participativa em parcelas do Assentamento nos Municípios de Guapó e Campestre de Goiás.
9	11 – 14/12/2021	Visita de Observação Participativa na Unidade Colmeia.

Organização: Specian, Valdir (2021).

- 3 Os Circuitos da Sociobiodiversidade são atividades ligadas ao Projeto **Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado** (projeto Capes/ Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil – PGPSE/4611).
- 4 Os pesquisadores/extensionistas da Universidade de Brasília (UnB) desenvolvem na Unidade de Produção Colmeia o Projeto de Extensão intitulado “Desenvolvimento rural: plantando com nanotecnologia, colhendo com turismo”. O Projeto é vinculado às unidades acadêmicas da UnB: Centro de Excelência em Turismo (CET); Instituto de Química (IQ); e Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS).

Figura 3 – PA Canudos – Horta da Unidade de Produção Agroecológica Colmeia



Fonte: Specian (2021).

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO – OS CAMINHOS PERCORRIDOS

A divisão em capítulos e a posterior organização de artigos para cada um destes capítulos, como já mencionado, é uma forma de abarcar temas/subdivisões que permitam entender o roteiro do livro e, ao mesmo tempo, qualificar seu objeto fundamental – a possibilidade de uma sociedade que se permita a manutenção da vida. Os capítulos tratam de questões específicas e se articulam para formar a obra. O primeiro capítulo já foi submetido, avaliado e publicado em periódico.

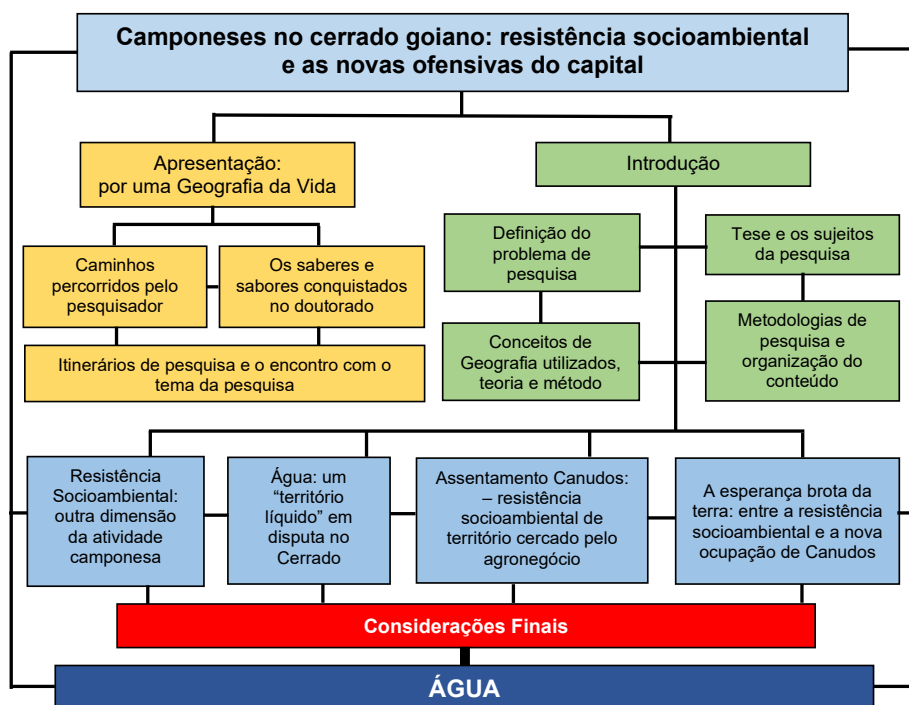
A escolha desse modelo de organização é uma forma de construir este trabalho e ao mesmo tempo, ao longo do percurso, submeter a produção ao diálogo acadêmico, permitindo correções de percurso e contribuindo com a discussão científica sobre os temas propostos. Essa orientação faz com que não corramos o risco de a discussão se tornar ultrapassada antes mesmo de ser publicada, conforme a própria dinâmica científica.

No processo inicial de construção do trabalho, foi pensada a organização de seis capítulos que, unidos, dariam o conjunto da obra. No ato de qualificação e nos diálogos posteriores com o orientador, redimensionamos os temas, organizando-os em quatro capítulos. Além dos capítulos, foi desenvolvida a apresentação, narrativa que contribui para a interpretação da escrita e dos temas aqui tratados no contexto do percurso de vida do autor,

e esta Introdução que escrevemos e que nos leva ao entendimento da organização do texto, da proposta de abordagem, dos objetivos gerais e da postura teórica e metodológica adotada. Além das considerações finais.

O esquema a seguir, na Figura 4, exibe o roteiro do livro. Uma síntese de como os artigos se articulam no conjunto do trabalho, junto à apresentação e ao tema unificador, a água.

Figura 4 – Organograma do conteúdo



Fonte: Specian, Valdir.

No primeiro capítulo, intitulado **Resistência socioambiental: outra dimensão da atividade camponesa**, trabalha-se a construção de um termo fundamental para encaminhamento do texto – Resistência Socioambiental. O termo *resistência*, conforme será discutido, é amplamente utilizado nos artigos que tratam da questão agrária, indígena, quilombola – em particular na narrativa dos enfrentamentos realizados pelas comunidades tradicionais no Brasil e na América Latina; no entanto, ele sozinho (*resistência*) parece não ser capaz de abranger a importância do trabalho do campesinato.

O resistir só é possível com uma relação de identidade com o lugar e a manutenção deste – o campesinato só é capaz de sobreviver por meio da

boa prática agrícola, permitindo a manutenção da vida mediante a conservação dos recursos naturais – água, reservas, flora e fauna do Cerrado. Por isso é acrescentada ao termo *resistência* a discussão da sociobiodiversidade como uma condição que conserva a vida, a própria vida do camponês – portanto, uma Resistência Socioambiental. O Cerrado, palco dessa discussão, é apontado por Marques e Souza (2019) como o “centro de uma disputa de sentido e que ao mesmo tempo o Bioma é enaltecido, é devastado”, assinalando que é necessária uma antítese:

A contraposição exige crítica acurada com base em informações que exponham os conflitos, por exemplo, entre os beneficiados da atual exploração do Cerrado e os que perdem o seu lugar, as suas tradições e a capacidade de reproduzir a sua vida com dignidade; as transformações socioespaciais e a resistência de conhecimentos tradicionais seculares que dão sentido à noção de sociobiodiversidade (Marques; Souza, 2019, p. 162).

Na construção do primeiro capítulo desta obra, promovida, entre outras coisas, pela leitura de artigos que tratam do tema resistência, constatamos que a discussão da questão agrária parte da avaliação do agronegócio e não da perspectiva do sujeito principal da pesquisa – o camponês. As discussões começam, em grande número, com a narrativa de avanço do agronegócio, como o grande sobre o pequeno. Consideramos que essa forma de disposição/discussão não contribui com a própria emancipação dos camponeses.

No segundo capítulo: **Água: um “território líquido” em disputa no Cerrado**, apresentamos algo que chamamos de fio condutor da discussão – a Água, enquanto recurso de disputa e como fonte fundamental que permite a Resistência Socioambiental. A discussão sobre a produção, disputa e conservação dos recursos hídricos aparece em toda a discussão do texto.

No Cerrado, a condição climática fundamental são as duas estações bem definidas – chuvosa, entre outubro a abril, e seca, entre maio e setembro. Na seca, o camponês precisa ficar preparado para se manter – a água que “*escasseia*” muda a sua rotina. Nas localidades onde o nível de degradação das bacias hidrográficas é maior, a água acaba primeiro.

Ao mesmo tempo, a quantidade de água tende a diminuir para o Camponês, a demanda pelo recurso aumenta, sobretudo para permitir a manutenção dos projetos do agro-hidronegócio, é preciso mais água para abastecer os pivôs centrais de irrigação e para produção de energia – PCHs.

Nestas últimas, o controle de vazão dos rios coloca em xeque a sobrevivência de ribeirinhos.

O foco principal do capítulo, porém, foi abordar a discussão sobre produção de alimentos e água, focando os camponeses do PA Canudos que produzem alimentos em diversidade, em um espaço restrito e, ainda, mantêm o cuidado com a conservação do bioma. As águas que enchem os grandes rios iniciam sua jornada em pequenas nascentes espalhadas, onde a natureza é conservada – a maioria começa no lugar onde vive um camponês que dessa água retira a sobrevivência e a ela deve retorno, conservando seus olhos d'água. A teia hídrica abordada por Barbosa (2014) tem relação com o camponês e o seu lugar de moradia.

No terceiro capítulo, **Assentamento Canudos – resistência socioambiental de um território cercado pelo agronegócio**, utilizamos imagens de satélite para verificar o processo de transformação do uso do solo no PA Canudos e em seu entorno. O recorte temporal utilizado foi de 1997/2020, sendo o ano de 1997 como o marco da primeira ocupação da Fazenda Palmeiras pelo MST e 2020 o ano em que obtivemos os últimos registros do uso do solo na área de estudo.

Foram confeccionados três mapas: o primeiro com as imagens dos anos de 1997 e 2000 (ano da implantação do PA Canudos); o segundo com os anos de 2005 e 2010, mostrando a transformação das formas de uso do solo no interior do assentamento e entorno; o terceiro apresenta os anos de 2015/2020. Os três conjuntos de mapas permitem observar que, ao mesmo tempo que o assentamento parece aumentar as áreas de conservação de solo/reserva legal, o entorno vai se transformando com o avanço do agronegócio e a produção de grãos.

Além dos mapas que buscam mostrar essas transformações das formas de uso do solo ao longo do recorte temporal (1997/2020), é apresentado um mapa de localização do PA Canudos, com a discussão da representação da localização do assentamento no contexto da disputa por terra e água. As informações dos mapas foram conferidas com os dados Produção Agrícola Municipal (PAM) e Produção da Pecuária Municipal (PPM) (IBGE, 2021a, 2021b).

O quarto e último capítulo, **A esperança brota da terra: entre a resistência socioambiental e a nova ocupação de Canudos**, retrata os dilemas, conflitos e a esperança nas transformações do PA Canudos. O capítulo é fruto do processo de pesquisa junto a Canudos em várias visitas realizadas ao longo do ano de 2021. Optamos por usar a metodologia de

“observação participativa” a partir de uma parcela do assentamento dedicada à produção agroecológica. Do convívio junto à parcela fomos assistindo e desvendando os processos em curso no PA Canudos, sobretudo na porção do assentamento instalada no município de Palmeiras de Goiás, território que mais sofre pressão pela chegada do agronegócio aos limites do assentamento. O propósito foi de tentar mapear os conflitos/dilemas e entender como isso poderá interferir no futuro dos camponeses assentados e do próprio assentamento, além da ameaça às reservas de Cerrado ali presentes. No capítulo, tentamos focar a questão da água como um elemento agregador e de disputa.

Na conclusão geral, voltamos a abordar o tema orientador do livro, em que os assentamentos funcionam como ilhas de conservação do Cerrado, de recuperação e conservação das nascentes e como paisagens de manutenção da flora e da fauna do Cerrado. Abordaremos a discussão entre produzir alimentos e produzir *commodities* e como a Reforma Agrária, ainda não realizada neste país, pode ser um passo para erradicação da fome, da efetiva soberania alimentar e da equitativa distribuição de renda para os brasileiros.

Capítulo 1

Resistência socioambiental

**Outra dimensão da
atividade camponesa**



Malditas sejam todas as cercas!

Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar!

*Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos para
ampararem cercas e bois e fazer a Terra, escrava e escravos os humanos!*

Outra é a Terra nossa, homens, todos!

A humana Terra livre, irmãos!

(Dom Pedro Casaldáliga, 1978).

Os versos citados de Dom Pedro Casaldáliga (1978)¹ retratam uma marca importante do movimento camponês no Brasil. Os versos impressos na capa de um disco em pleno período da ditadura militar no Brasil apresentam a necessidade de resistir. A resistência camponesa perpassa a história recente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da qual Casaldáliga foi um grande líder.

O objetivo deste capítulo é o de promover a discussão sobre o uso (conceito) do termo *resistência* no debate da questão agrária no Brasil e na América Latina; e juntar outro conceito ao primeiro – *socioambiental*. A justificativa é que *resistência*, sozinho, não é suficiente para dimensionar o papel do campesinato no contexto da vida nacional enquanto classe social. A tese é de que existe uma condição maior do que uma “simples” resistência. O que defendemos é que persevera uma Resistência Socioambiental em comunidades rurais que optaram ou não pela produção sustentável voltada à agroecologia. O termo *resistência* já é uma marca dos movimentos camponeses. A construção do capítulo se apoia na pesquisa bibliográfica e na avaliação de experiências apresentadas por camponeses em assentamentos de reforma agrária para articular a narrativa proposta.

1 Os versos aqui apresentados foram retirados da capa do LP *Lamento Nativo* (1982). Originalmente, estes versos, que são parte de um poema, foram publicados no livro *Antologia retirante*, de Dom Pedro Casaldáliga (1978). O bispo faleceu no momento em que escrevíamos este capítulo (8 de agosto de 2020).

A base teórica que orienta a reflexão é a perspectiva da Geografia Ambiental (Souza, 2018) e a concepção de que o conhecimento produzido pelos camponeses deve ser valorizado e incorporado nas discussões acadêmicas. O Território (Raffestin, 1993) é o conceito geográfico utilizado para o entendimento das relações entre camponeses e os grandes proprietários de terra, representantes do agronegócio na área de estudo – o Cerrado goiano. A relação do camponês com a terra, o bioma onde mora (Cerrado) e a construção de uma resistência socioambiental, que será tratada adiante, é pautada, também, no conceito de lugar (Marques, 2008).

O capítulo está organizado em três tópicos. No primeiro, refletir-se-á sobre o tema *resistência* – usado em inúmeros trabalhos científicos que tratam de questão agrária, campesinato, remanescente de quilombos, conflitos pela água e pela ação da atividade mineradora, entre outros. O termo é usado tanto nos trabalhos de língua portuguesa quanto na língua espanhola. O uso do termo análogo em diferentes idiomas permitiu a sua maior difusão. Defendemos que a resistência, sozinha, não consegue mensurar a importância dos camponeses, principalmente os do Cerrado.

O segundo tópico irá tratar do conceito socioambiental², indicador fundamental para as discussões dos problemas ambientais e sociais do cotidiano. O termo é usado por diversos segmentos da sociedade e por diferentes áreas do saber, por isso vamos apresentá-lo no contexto da Geografia, sobretudo da vertente de pensamento intitulada Geografia Ambiental. O direcionamento, apesar de pouco aprofundado, é voltado ao Cerrado e à sua ocupação por camponeses que podem produzir uma autêntica resistência socioambiental.

O terceiro e último tópico apresentará a junção dos dois termos: *resistência* e *socioambiental*. A resistência socioambiental é uma tentativa de designar uma expressão que matiza a importância e a representação das atividades dos camponeses que, no Cerrado, são capazes de produzir alimentos de qualidade, livre de agrotóxicos e, ainda, fomentam condições para produzir com proteção/renovação da natureza. A resistência é travada nesse cotidiano, em particular na luta com o entorno – constituído pelas atividades do agronegócio, latifúndio, monocultura, uso excessivo do solo e da água disponível.

2 Usamos o termo *socioambiental* – se bem que poderíamos usar “apenas” *ambiental*, conforme defesa de Souza (2019a). Porém, o *socioambiental* no contexto atual nos parece capaz de receber um holofote maior para aquilo que realmente queremos analisar, a defesa da vida como um todo, ainda que seja retratado nesta aparente separação sociedade e natureza.

Além das discussões teóricas sobre a construção e uso de um novo conceito para representação da prática do campesinato, os exemplos utilizados para defender a tese em questão apoiam-se nas experiências de camponeses assentados nos Projetos de Assentamentos (PA) da Região Oeste de Goiás, sobretudo os PAs Padre Nilo (Iporá-GO) e Padre Ilgo (Caiapônia-GO).

RESISTÊNCIA: PALAVRA-CHAVE PARA OS ACAMPADOS E ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

O termo *resistência* está entre os mais usados em artigos/teses e dissertações que tratam da condição do camponês que vive da terra na condição de pequenos proprietários, assentados, meeiros, posseiros e/ou acampados que produzem nas margens de rodovias na espera da sonhada terra. Ainda que haja diferença conceitual entre essas categorias de trabalhadores do campo, vale dizer que há algo que os une: trata-se de trabalhadores que desenvolvem atividades agrícolas fora dos quesitos da agricultura comercial dominante.

Convém reconhecer que existem críticas ao uso do termo como indicador das condições de luta dos camponeses. Estar acampado e/ou assentado, tentando produzir sem nenhum tipo de apoio e, ainda, sofrendo a violência dos aparelhos do estado ou grupos associados é de fato uma condição de resistência. Por isso, entendemos que é necessário aprofundar o estudo da condição do camponês e, sobretudo, dos serviços sociais e ambientais que essa classe presta à sociedade brasileira – que vai muito além da resistência.

A busca do termo *resistência* nas plataformas de acesso a artigos científicos vem, via de regra, associado a conflitos – a *resistência socioambiental*, como exemplo, é uma expressão de fundo para discutir os conflitos existentes no território. Neste capítulo não temos como enfoque apresentar mais uma contribuição nesse sentido, isto é, apresentar uma nova discussão sobre conflitos. O objetivo aqui é, ao contrário, endossar que os camponeses têm, em alguma medida, permitido manter/conservar condições socioambientais aos trabalhadores do Brasil, entendendo que não só existe uma dimensão de conflito, mas também contribuições ambientais, produtivas e culturais, envolvendo os seus modos de vida. Essa condição é importante no tempo em que se vive uma pandemia da covid-19³, que traz consequências para a sociedade e um questionamento sobre o sistema vigente.

3 No momento da redação deste capítulo, estávamos vivendo o avanço da pandemia provocada pelo novo coronavírus, que colocou em xeque os sistemas econômicos e a sua capacidade de

O termo resistência é definido pelo dicionário como:

Ação ou efeito de resistir, de não ceder nem sucumbir. Recusa de submissão à vontade de outrem; oposição: projeto foi aprovado apesar da resistência de alguns. Tendência para suportar dificuldades, como doenças, fome, grandes esforços: atleta de muita resistência. Qualidade de um corpo que reage contra a ação de outro corpo (Ferreira, 1986, p. 1494).

Excetuando a ideia de recusa de submissão, o termo no dicionário pouco consegue estabelecer paralelo com a condição dos camponeses. Em sua tese de doutorado, o Professor Edson Batista da Silva⁴ apresenta uma alternativa ao uso do termo *resistência*, considerando que ele não é capaz de abarcar a dimensão de vida do campesinato goiano. O autor afirma, logo no resumo do trabalho, que “o termo resistência, de matiz conservador, empobrece as contra-hegemonias em movimento” (Silva, 2018, p. 11-46). Ainda no resumo e ao longo texto, o autor apresenta um novo termo que, segundo ele, melhor se aplica à condição do camponês – a *dissidência*.

Nos interstícios, nas escalas reduzidas, transitórias o novo em construção revela dissidências, práticas espaciais insurgentes, formadoras de territórios dissidentes. A cisão se revela, por exemplo, nos fazeres, saberes, experimentos e sabores da agroecologia (Silva, 2018, p. 11).

Na tese estão apresentados os contrapontos entre “resistência e dissidência”, e conclui:

Há em marcha uma dissidência, não apenas uma resistência “conservadora.” As sublevações escapam à dimensão do não perder, do manter-se e reproduzir-se do mesmo modo. Existe algo a mais no horizonte não revelado pela aparência (Silva, 2018, p. 461).

A crítica apresentada pelo autor (Silva, 2018, p. 11 e 46) ao uso do termo *resistência* e a apresentação da “dissidência” como um termo que melhor se aproxima da ação do campesinato contribuem para questionar

atender a demandas urgentes da população em todo o mundo.

4 Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). Tese de doutorado defendida em 2018.

o primeiro termo utilizado em inúmeros artigos publicados, conforme se verá na sequência. Nessa construção defendemos que um único termo não dimensiona o trabalho nos assentamentos rurais da reforma agrária e/ou na agricultura praticada pelos trabalhadores do campo em pequenas propriedades que cuidam de diversificar a produção; cuidam também da manutenção da qualidade dos alimentos produzidos e, conjuntamente, se incumbem da tarefa de conservar seus recursos naturais, condição fundamental para a manutenção da própria vida no campo.

As discussões sobre segurança e soberania alimentar que nunca foram esquecidas e que ganham força nessa época de questionamento do sistema político e econômico vigente e o enfrentamento da pandemia que atinge o planeta permitem um olhar ampliado direcionado ao campo: quais são as dimensões sociais da produção de alimentos saudáveis? Qual a necessidade de recuperação e conservação dos recursos naturais? Que capacidade o segmento liberal e neoliberal possui em oferecer respostas às necessidades dos trabalhadores do Brasil?

Olhar a natureza das relações sociais e ambientais em que um assentado é envolvido nos leva a compreender que o processo vai além de *resistência*; e que a expressão *dissidência*, igualmente, não consegue expressar a amplitude das contribuições dos camponeses aos trabalhadores do Brasil.

Avaliando os artigos publicados na *Revista Nera*⁵, Origuéla *et al.* (2019) afirmam que o termo *resistência* está entre as temáticas que se destacam nos artigos científicos publicados pela revista nos últimos vinte anos. Os autores destacam:

Dentre os 433 artigos científicos publicados nesses últimos vinte anos, as temáticas que mais se destacaram de acordo com as palavras-chave elencadas pelos autores dos artigos são agronegócio, reforma agrária, assentamento rural, questão agrária, camponês/campesinato, políticas públicas, MST, *resistência*, educação do campo e agricultura familiar (Origuéla, 2019, p. 16, grifo nosso).

Apesar da temática resistência aparecer entre aquelas que se destacaram entre os artigos publicados, ela não vem acompanhada de um adjetivo forte que complementa o verbo *resistir* e/ou ao substantivo *resistência*.

5 A *Revista Nera* é uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (Unesp, *campus* de Presidente Prudente-SP). É um importante periódico da área de Geografia Agrária. Escolhemos a revista como fonte fundamental da pesquisa para analisar o termo *resistência* associado aos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

Pesquisando os artigos publicados nos últimos quatro anos na *Revista Nera*, o termo *resistência* aparece como destaque do texto em 81 dos 153 artigos publicados entre os números 35 e 50 (anos de 2017 a 2020), com exceção dos números 38 – Dossiê Moçambique – e 42 – Dossiê Amazônia –, que não foram avaliados.

O termo *resistência* é utilizado tanto em língua portuguesa quanto em língua espanhola, tendo destaque nos artigos sobre a questão agrária/campesinato, publicados nos dois idiomas. Existe uma série de teorias e paradigmas que tratam da permanência ou não dos camponeses na terra. A saída da terra, via de regra, é um processo de expropriação.

O Paradigma da Questão Agrária entende que a questão agrária é estrutural do capitalismo e só será superada com o fim deste modo de produção. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território (Pereira *et al.*, 2020, p. 11).

O trabalho de Cardoso (2017) discute os conceitos de mobilidade territorial do trabalho e os conflitos inerentes ao seu processo. A pesquisa baseia-se em dois paradigmas: capitalista da mobilidade perfeita (PCMP) e paradigma da questão da mobilidade do trabalho (PQMT). Na discussão do segundo paradigma, o autor apresenta:

De modo geral, há o reconhecimento da estrutura de classe, como mecanismo de exploração, que assegura a desigual repartição do produto social, e de que a mobilidade resulta de transformações nas relações sociais de produção nas áreas de origem e destino, no qual o sujeito social não atua de forma autônoma, mas sim submetido à lógica estrutural do capital (Cardoso, 2017, p. 45).

O termo *resistência* aparece em outros trabalhos, como: Benavides (2020), Simon (2020), Clemente e Cleps Junior (2020). Em Cavalcante (2020), além de resistência, é mencionada a vulnerabilidade socioambiental na discussão dos territórios ocupados pelo agronegócio no Estado do Ceará. No trabalho de Follmann e Roos (2020, p. 218), o destaque é dado à manutenção dos assentamentos rurais na pessoa dos jovens, filhos daqueles que conquistaram a terra há mais de 20 anos no interior do estado do Paraná.

A juventude camponesa, portanto, corresponde à relação intrínseca com o campesinato, com o modo de produção e de vida desta classe, cujo ponto

principal está centrado na organização do trabalho de base familiar. Da mesma maneira, possui traços estreitos com a terra, compreendida como meio de reprodução para o camponês, a qual é objetivo das reivindicações por reforma agrária. Ser jovem camponês é reconhecer e fazer parte do vasto histórico de luta e resistência desta classe, diante dos mais diversos conflitos agrários, marcantes na história e na atualidade da questão agrária brasileira (Follmann; Roos, 2020, p. 221).

Os autores destacam o conflito interno nas relações entre jovens e adultos nos assentamentos rurais de reforma agrária.

A ausência de participação juvenil e a falta de espaço para o desempenho de novas atividades ou para o aperfeiçoamento das unidades reforçam o sentimento de negação do estilo de vida camponês, negação esta que não parte somente dos jovens, mas também dos próprios pais ao negarem o campo como um espaço futuro para seus filhos. Há uma constante afirmação, em alguns casos, de que a migração para o espaço urbano seria a melhor escolha para os jovens presentes no campo (Follmann; Roos, 2020, p. 226).

A permanência no campo, objeto de estudo dos pesquisadores (Follmann; Roos, 2020), é uma questão crucial na discussão da questão agrária e na reprodução do campesinato. Dos assentados da reforma agrária pode-se ouvir que entre as metas de maior importância está a busca de inserção dos seus filhos por “melhoria de vida” por meio do trabalho e da moradia nas cidades. “O campo é duro, não quero ter isso para meu filho, uma negação da própria luta para conquistar a terra”. Na prática, conforme discutido anteriormente, o sistema acaba por impor ao camponês e/ou seus filhos a “necessidade” de sair da terra.

Pensar a moradia e o viver no/do campo só é possível com reconhecimento dos direitos dos camponeses, entre os quais a educação é fundamental. Os jovens nos assentamentos de reforma agrária e, em geral, os que vivem no campo são submetidos a longas jornadas de deslocamento para estudar nas cidades. As escolas rurais perderam espaço. Zinet (2015), analisando o Censo Escolar, aponta que entre os anos de 2003 e 2014 foram fechadas 36.596 escolas rurais no Brasil e que só entre 2013 e 2014 foram fechadas 4.084 escolas rurais. As escolas que ainda sobrevivem no campo estão em condições péssimas. No Projeto de Assentamento (PA), Padre Ilgo de Caiapônia, a pequena escola rural que atende vinte e oito crianças do Ensino Fundamental

do assentamento foi interditada pelas próprias famílias camponesas no início deste ano (2020), antes do fechamento imposto pela pandemia vigente provocada pela covid-19. Os camponeses denunciaram as péssimas condições do prédio adaptado para a escola (Figura 5) e o risco a que as crianças estavam submetidas. Segundo eles, “chovia mais dentro das salas de aula do que fora e uma fossa desbarrancada colocava em risco as vidas das crianças”.

Figura 5 – Caiapônia-GO – Escola Rural do Assentamento Padre Ilgo



Fonte: Specian (2020).

Além disso, o currículo escolar não atende a diversidade da realidade do morador do campo, ou seja, uma educação inclusiva que remete à condição de classe do campesinato, conforme destaca Silva (2020):

A educação do campo como experiência educativa de *resistência* nega o projeto de educação do agronegócio, propõe outro projeto de campo, por isso, defende a integração político-pedagógica escola/comunidade, o ensino-aprendizagem realizado conforme as necessidades dos homens e das mulheres do campo (Silva, 2020, p. 358, grifo nosso).

Para Lima e Souza (2020, p. 325), “os movimentos sociais de luta pela terra são territorializados, assim, a partir de ocupações, que aqui entendemos como um movimento de existência e resistência da identidade territorial camponesa”. Para os autores (Lima; Souza, 2020), o termo *resistência* vem acompanhado da condição de existência. Existir é ser visto, garantia para que haja reconhecimento do campesinato enquanto classe e dos direitos

que precisam obter nas relações sociais e econômicas a que são submetidos. A “existência” é uma condição que acolhe inúmeras relações e processos na sociedade e desta com o meio.

Chamou-nos a atenção um artigo publicado no referido número da *Revista Nera*. O autor apresenta a agroecologia como uma solução para a “construção de um modelo”.

A abordagem agroecológica é capaz de reconstruir as bases do modelo produtivo a partir de um enfoque transdisciplinar que contribua para superar os impactos ambientais através do redesenho de agroecossistemas em bases ecológicas (Xavier *et al.*, 2020, p. 239).

O termo *resistência* funciona como um “mantra” para a discussão da questão agrária, considerando que na história dos movimentos sociais do campo, a resistência à opressão é a marca mais forte desses movimentos. Na tese de Vargas Netto (2007), o termo é tratado como *A mística da resistência*⁶. O autor discute a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Brasil) e do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN-México) e assinala:

Este processo de resistência social abre a possibilidade da criação (de modos às vezes tortuosos e até mistificadores), para alguns setores mais combativos destas classes subalternas do campo, de uma “cultura de resistência” cujo substrato principal seria a acumulação de saberes socialmente construídos pelos antepassados e pelas gerações atuais e que são uma síntese de vários tempos sociais vividos e sonhados, transportados, (re)significados em conhecimentos e explicações (Vargas Netto, 2007, p. 85).

A premissa da acumulação de saberes socialmente construídos que são incorporados às práticas sociais nos dias atuais contribui para alavancar a tese de uma maior aproximação sociedade/natureza. O camponês depende da natureza e da sua manutenção como forma de viver. Ele não nega a natureza.

6 *A mística da resistência: cultura, história e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos*. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo por Sebastião Leal Ferreira Vargas Netto em 2007.

Em espanhol ou português, o termo *resistência* também é empregado nos trabalhos que tratam da questão indígena em outros países, como na Argentina (campesinos indígenas Qom).

La misma despliega estrategias etnopolíticas para que los indígenas puedan permanecer en esos espacios rurales y mejorar sus condiciones de vida. Esto se traduce en las tomas de tierra, *resistencia* a los desalojos, la conformación de prácticas productivas de gestión comunitaria, entre otros (Colla, 2020, p. 169, grifo nosso).

A resistência nos artigos científicos aparece como uma referência à condição da recusa à submissão em uma batalha em que o camponês se encontra. Na maioria das vezes o opositor é a grande empresa agropecuária, o agro-hidronegócio⁷.

Em essência, a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, como se notabiliza no Cerrado o “sangramento” das veredas e barramento de pequenos cursos d’água, da mesma forma que em praticamente todas as grandes regiões do país, o represamento de rios (reservatórios) para produção de hidroeletricidade (Thomaz Junior, 2010, p. 98).

Como descrito, a resistência faz referência à questão agrária em geral e, também, à luta das populações originárias, sobressaindo-se, na maioria dos artigos, temas publicados em revistas de diversos países latino-americanos. As referências usadas nesta obra estão associadas às publicações dos últimos anos.

Se focarmos os estudos das obras literárias sobre o estado de Goiás, antes da divisão (Goiás/Tocantins) é possível encontrar a descrição da exploração camponesa por latifundiários em um sertão que se perdia em um

7 Segundo Thomaz Junior (2017), o conceito de Agro-hidronegócio foi cunhado por Mendonça e Mesquita (2007) no texto “O agrohidronegócio no cerrado goiano: construção das (re) existências”, e após essa primeira apresentação, novos significados foram incorporados. O autor assinala que “a convergência de esforços de pesquisa, com o objetivo de entender de forma articulada a luta pelo acesso à terra (áreas planas, férteis, baratas e com logística compatível) e à água (superficial e subterrânea), além da gestão de recursos hídricos, tem-nos possibilitado abordar a monopolização da terra – com a manutenção/intensificação da trajetória latifundista – e a degradação ambiental e do trabalho, no âmbito do que denominamos agrohidronegócio” (Thomaz Junior, 2017, p. 2).

horizonte de terras devolutas, onde, provavelmente, a resistência era também súplica para o livramento através da morte.

Gonçalves (2018) estudando a obra do escritor goiano Bernardo Elis – sobretudo nos contos *A enxada* e *Moagem* – respectivamente publicados em 1966 e 1975 nos livros *Veranico de janeiro* e *Caminho dos Gerais*, aponta que

o escritor posicionou suas narrativas ao lado da luta pela libertação dos esfarrapados do mundo, camponeses expropriados, trabalhadores sem-terra, agregados e meeiros constantemente explorados por coronéis e latifundiários no espaço agrário goiano. A totalidade social, a realidade concreta, os conflitos e as contradições de uma sociedade cindida pela luta de classes compõem em seus contos e romances. Sua narrativa é a expressão de um “Goiás profundo” (Gonçalves, 2018, p. 341).

O sertão profundo e o Cerrado na obra de Bernardo Elis alimentam a narrativa da resistência camponesa frente ao latifundiário. A literatura ficcional narra de forma inequívoca a sociedade marcada pela divisão de classes. Resistir/resistência é parte do cotidiano do camponês.

DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO: LUGARES E MORADIAS DOS POVOS CERRADEIROS

O título apresentado neste segundo tópico traz alguns termos que perpassam toda a pesquisa. *Socioambiental*, termo que será discutido neste tópico, apresenta a correlação entre o Cerrado e as pessoas que vivem neste “conjunto de biomas”. O Cerrado é tratado enquanto lugar de moradia, por conseguinte a proposta é fazer uma conexão dos povos cerradeiros ao ambiente onde vivem.

O termo *socioambiental* é timbrado como resistência, por isso usado em diversos artigos acadêmicos. Uma busca rápida do termo na internet permite verificar que seu uso é feito em diferentes correntes políticas e econômicas. Ele é vertente dos neoliberais do Instituto Milenium⁸ e aparece como subsídio à discussão sobre a ação de instituições financeiras. É elegante, moderno e chique falar em defesa e/ou desenvolvimento socioambiental para determinados grupos que representam a maior parte da renda do Brasil.

8 O Instituto Milenium (Imil) foi criado em 2005. Em 2009, o Instituto recebeu a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). O Instituto agrega intelectuais, empresários e políticos com perfil neoliberal.

Nesse caso, a defesa do socioambiental tem como referência a proteção do *status quo* da parcela mais rica da sociedade, enquanto os mais pobres são empurrados para os espaços de maior degradação ambiental. Nas palavras de Souza (2019b), revela-se uma condição de injustiça ambiental

[...] qualquer processo em que os eventuais malefícios decorrentes da exploração e do uso de recursos e da geração de resíduos indesejáveis sejam socioespacialmente distribuídos de forma assimétrica, em função das clivagens de classe e outras hierarquias sociais (Souza, 2019b, p. 130).

Mendonça (2001), discutindo a Geografia Socioambiental, apresenta a seguinte afirmação:

O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e o social são concebidos como elementos de um mesmo processo, resultou na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico, aqui denominada geografia socioambiental (Mendonça, 2001, p. 139).

Usar o termo *socioambiental* (junto) ou de forma separada, *sócio-ambiental*, recebe críticas, pois reduz o ambiente e provoca a separação – sociedade/natureza. Apesar de ser um crítico do uso do prefixo “sócio”, Souza (2019a) apresenta argumentos que permitem sua utilização:

Por isso é que tantos ativistas e pesquisadores adotam a forma “socioambiental”, deixando claro, com isso, que não estão se referindo ou querendo fazer alusão apenas ao “meio ambiente”, à “natureza primeira”, mas também às relações sociais e às questões que envolvem os grupos humanos e seus problemas (Souza, 2019a, p. 18).

Os grupos sociais formados de trabalhadores possivelmente não estão totalmente maduros/capazes de pensar o ambiente como o lócus comum de discussão. Mendonça (2001), na sua apresentação da Geografia Socioambiental, fez a defesa do termo em questão (*socioambiental*) e apesar do artigo ser de duas décadas atrás, há nele uma resposta que ainda pode ser usada para defender a junção do *sócio* com o *ambiente*.

Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – parece ser um desafio para toda uma geração de intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo. Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo *socioambiental*, pois tornou-se muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente [...] (Mendonça, 2001, p. 117).

Continuando com a crítica de Souza (2019a), o autor questiona se em determinado momento será possível retirar o prefixo “sócio”, querendo com isso dizer que a sociedade passou a entender o ambiente como “um todo” que envolve as relações sociais, muito além da condição da natureza intocada. Ele responde: “Oxalá seja possível, um dia, abrir mão completamente do prefixo “sócio” sem que se pense, por conta disso, que se está a tomar “ambiente” por “meio ambiente”. Mas esse dia ainda parece distante” (Souza, 2019a, p. 18). Manteremos na discussão a utilização do prefixo “sócio”, apesar das críticas.

Em se tratando de Cerrado, seria possível pensar e/ou alocar na discussão um outro termo: *sociobiodiversidade*. Antes de apresentar o conceito, já defendemos que, apesar da importância desse conceito como indicativo da união da diversidade cultural e das espécies (fauna e flora) de determinado lugar, ele acaba por oferecer um salvo conduto, dizendo que determinados lugares/ambientes podem ser mais ou menos importantes, uma classificação que colocaria em risco algumas culturas/ambientes apontadas como menos diversos. Defendemos a importância de toda a forma de cultura e ambiente/vida. Para a definição de sociobiodiversidade usamos a definição amplamente aceita apresentado por Albagli (1998):

Também cada vez mais a diversidade cultural humana – incluindo a diversidade de línguas, crenças e religiões, práticas de manejo de solo, expressões artísticas, tipos de alimentação e diversos outros atributos humanos – é interpretada como sendo um componente significativo da biodiversidade, considerando as recíprocas influências entre o ambiente e as culturas humanas. Desse modo, o conceito de biodiversidade vem sendo ampliado para o de sociobiodiversidade (Albagli, 1998, p. 63).

A dimensão apresentada por Albagli (1998) pode ser facilmente transposta à avaliação do Cerrado e para aqueles que concebem o bioma, ou conjunto de biomas, enquanto lugar de moradia, de reprodução de sua cultura e de sua vida. Porém, como já direcionado, acreditamos que trabalhar com o termo *socioambiental* já oferece abrangência necessária à pesquisa. Avançando na discussão, nosso propósito final é de apresentar um novo paradigma – Resistência Socioambiental.

RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL: OS CAMPONESES E A POSSIBILIDADE DE CONSERVAÇÃO DO CERRADO GOIANO

O desafio que apresentamos neste último tópico é o de atribuir uma nova valorização aos camponeses. Sua forma de trabalho e de lidar com a terra, inseridos no lugar que escolheram como moradia, tem um significado essencial de resistência, mas, como já foi assinalado, não expressa todo o conteúdo dessa relação.

A construção do conceito de Resistência Socioambiental precisa, antes de tudo, de uma sustentação teórica na Ciência Geográfica. Ela não é inventada, é uma construção a partir da leitura e interpretação de cada termo em separado, *resistência* e *socioambiental*, sendo que para este último é necessário considerar a união e/ou a junção do prefixo *sócio* a *ambiental*, criticado, mas aceito na concepção de Souza (2019a).

Na Geografia, pleiteamos que a Resistência Socioambiental esteja inserida nas discussões da Geografia Ambiental e na Ecologia Política. As fitofisionomias que formam o Cerrado estão em geral ocupadas, não existe uma paisagem natural/intacta. É nesse contexto, de convivência – camponês e Cerrado –, que se aproxima a discussão de resistência socioambiental.

A Geografia Ambiental, com ou sem hífen, é relativamente recente no país, e sua orientação metodológica e teórica é praticada por poucos autores, conforme assinala Souza (2019a). Para inserir no debate a representação dos camponeses, seu lugar de moradia no contexto do debate da Geografia Ambiental, recorreremos ao Geógrafo Orlando Valverde.

Onde o terreno é excessivamente inclinado, a região é desabitada; onde os declives são fortes e as estradas ruins, há roças de subsistência; onde há boas estradas na vizinhança e acesso a mercado, mas as terras são ocupadas por latifúndios, há grandes bananais cultivados por meeiros (Valverde, 1964. p. 24).

Nessa exposição, o Professor Orlando Valverde faz uma reflexão sobre as divisões da Geografia Agrária proposta pelo Prof. Leo Waibel, sendo elas: Geografia Agrária Estatística, Geografia Agrária Ecológica e Geografia Agrária Fisionômica. Nesta específica, a referência é a segunda divisão. O estudo tem como referência o atual estado do Rio de Janeiro, mas não difere de algumas condições de organização do território no Cerrado nos dias atuais – nos chapadões, domina a agricultura para exportação – soja, milho plantados em extensos vazios humanos. Nas áreas de relevo menos propício às máquinas de plantar e colher residem as famílias que trabalham na terra para o seu sustento.

Buscar localizar e enquadrar a relação do camponês e o lugar de moradia é o primeiro passo para desenvolver o raciocínio, ao que estamos chamando de Resistência Socioambiental

Citar o Prof. Orlando Valverde é, também, vincular-se à preocupação de uma parcela da Geografia brasileira com a discussão de unidade, sem se perder em uma infinidade de áreas que distanciam a Geografia de seu objeto de estudo fundamental, conforme expõe Souza (2019a).

Voltamos aos camponeses. Nos assentamentos da Reforma Agrária, aqueles que ainda não se submeteram à força da economia agrária exportadora de grãos – arrendando terras e plantando com base nas diretrizes do agronegócio – produzem uma resistência pautada por temas como agroecologia, produção de alimentos, recuperação de áreas degradadas, permanência da família no campo.

Realizar pesquisa em assentamentos e/ou comunidades rurais que se caracterizam por manter relações com o seu lugar de moradia, preservando costumes, produzindo alimentos para o seu sustento e, de alguma forma, tentando conservar aquilo que é fundamental para a continuidade da vida (nesse lugar), o ambiente, pode traçar caminhos e respostas que os trabalhadores têm buscado. Registra-se que os assentamentos de reforma agrária sofrem a pressão da disputa do território com os agentes econômicos que o entendem apenas como reserva para exploração, capaz de suprir a geração de energia elétrica, a mineração e o uso insustentável da água (Thomaz Junior, 2010). Muitas vezes os próprios camponeses são inseridos nesse processo – para alguns denomina-se agronegocinho, em referência à produção de *commodities* em pequenas parcelas de assentamentos de reforma agrária no Cerrado goiano.

Em visita aos assentamentos do Vale do Rio Caiapó, Município de Caiapônia-GO, ouvimos o seguinte diálogo entre os assentados:

Os fazendeiros lá de cima vão desmatar e começar a plantar soja, querem tirar tudo, aquele monte de pequi será cortado. As araras que só aumentam, ano a ano, terão menos pequi para comer e virão para o nosso lado. Não vai sobrar Pequi para nós.

Entrando na conversa, perguntamos sobre a relação deles (camponeses) com as araras. Responderam: “*Elas sempre chegam primeiro, não tem o que fazer. Tem ano que a gente não come pequi, pois a produção é pequena e só tem para elas*”⁹.

Essa porção de Vale do Rio Caiapó é marcada por áreas bem conservadas, com “ilhas” de vegetação do Cerrado pouco alteradas, aliada a muitas áreas de pastagens degradadas. O solo é bastante arenoso (menos de 20% de argila), contribuindo tanto para a degradação das pastagens como para preservação do Cerrado, ou seja, paisagens de baixo interesse para a produção de *commodities* agrícolas – mas isso está mudando. As fazendas que deram origem aos seis assentamentos instalados na localidade têm em comum a condição de extensas áreas de pastagens degradadas.

As Figuras 6 e 7 captam essas duas dimensões: a areia carregada para estradas a partir dos processos erosivos nas pastagens e, ao fundo, novas áreas sendo abertas e preparadas para o cultivo de soja (Figura 6). A Figura 7 mostra a paisagem preservada de Mata Seca e Cerrado *sensu stricto* ao fundo e em primeiro plano a terra sendo preparada para o cultivo da soja (1ª plantio).

Retornando ao diálogo estabelecido pelos camponeses (sobre a relação pequi, araras e inserção de novas áreas de plantio de soja), é fato que existe uma preocupação com a conservação. O pequi não é apreciado apenas pelos camponeses, mas também pelos goianos em geral. A extração e venda do fruto do pequi proporciona uma boa renda aos camponeses. Quem planta soja não quer pé de pequi no meio da lavoura, os camponeses querem pequi para comer e vender.

9 Participamos desse diálogo (setembro/2020) com assentados do PA Morrinhos II – região do Córrego Boa Vista, vale do Rio Caiapó, Município de Caiapônia-GO. Em 2020, com a cotação da moeda americana em alta, pode ocorrer um aumento da área de soja plantada na região e no Brasil. A região em questão não parece ser a mais propícia para esse tipo de cultura, pois os solos são bastante arenosos, mas isso não impede que novas áreas sejam incorporadas à produção de soja.

Figura 6 – Município de Caiapônia-GO – estrada vicinal no vale do Rio Caiapó



Fonte: Specian (2020).

Figura 7 – Vale do Rio Caiapó, Município de Caiapônia-GO – incorporação de novas áreas de plantio de soja e remanescentes de Cerrado



Fonte: Specian (2020).

Os diferentes sentidos do uso da terra compreendem bem o que Souza (2019a) destaca como alguns desafios da Geografia Ambiental, ou seja, uma tentativa de abarcar a dimensão dessa teoria no contexto da discussão geográfica:

1) promover uma compreensão ampla do que seja o “ambiente”, não o limitando à “natureza primeira” e nem reduzindo a sociedade a um abstrato “fator antrópico”; 2) reatualizar o projeto epistemológico geográfico de um “diálogo de saberes” sem resvalar para o empirismo que caracterizou o discurso geográfico clássico, e entendendo a Geografia Ambiental antes como um enfoque que como um “novo ramo” da Geografia; 3) fomentar uma maior aproximação da Geografia com o campo interdisciplinar da Ecologia Política; 4) *valorizar, para além da interlocução com outras disciplinas (e com a Filosofia), também o diálogo entre saber científico e saberes vernaculares ou populares* (Souza, 2019a, p.14, grifo nosso).

A atenção ao quarto desafio é para destacar a importância de ouvir os camponeses como sujeitos importantes na discussão e dimensão daquilo que interpretamos por Resistência Socioambiental. Ao olhar os camponeses que vivem na terra e dela tiram seu sustento e, ainda, tentam conservar o ambiente como condição *sine qua non* para continuar resistindo, aparece nítida a resistência socioambiental. Esses camponeses estão inseridos em um território e vivem os seus conflitos.

Utilizando as argumentações propostas pelo Prof. Marcelo Lopes de Souza em outro artigo (Souza, 2018), alocamos nossa orientação teórica da Resistência Socioambiental:

Mesmo quando inscrita no âmbito acadêmico como campo de pesquisa e ensino universitários, a Ecologia Política é um saber que, tipicamente, ambiciona promover um encontro (no sentido forte do inglês *encounter*) entre o saber acadêmico (seja o científico, seja o filosófico ou ensaístico) e os “saberes populares”/“saberes vernáculos” extraídos do mundo cotidiano dos agentes sociais e frequentemente derivado de experiências de *resistência e conflito* (Souza, 2018, p. 301, grifo nosso).

As experiências cotidianas dos camponeses, em nosso caso de estudo, e suas ações oriundas das experiências de resistência e conflito são importantes. Esse reconhecimento nos leva a pensar no conceito, mas sobretudo marca nosso território do saber, nossa orientação teórica e metodológica.

Apresentamos outro exemplo da relação do camponês e o seu desafio de permanecer na terra, produzindo e preservando-o, algo que o agronegócio não pode absorver. Faremos isso com o apoio de outras duas figuras (8 e 9). A Figura 8 apresenta um giral rústico¹⁰ montado no terreiro, coberto com palhas e sacos vazios com torrões de polvilho que repousam ao ar livre com objetivo de secar. Na Figura 9 as mãos trabalham para destorroar o polvilho.

A Figura 8, assim como a 9, foi feita em uma parcela do Assentamento Padre Nilo, instalado na divisa dos Municípios de Iporá e Amorinópolis-GO. Em especial, essa parcela encontra-se no município de Iporá. O polvilho doce ou azedo¹¹ pode ser guardado por bastante tempo, é garantia de alimento. Antes de extrair o polvilho, é importante dizer que a mandioca, assim como o milho, tem muita importância para o camponês – ela, *in natura*, alimenta os membros da família e o “bicho”, que mais tarde alimenta as pessoas. É a base alimentar para quem está no campo. A roça de mandioca é plantada em todo tipo de solo e não precisa de uma grande área para encher a despensa com farinha e polvilho e, ainda, contribui, junto com o milho, com a engorda do capado¹².

O destaque para o trabalho manual é para marcar a condição de um tempo lento. O trabalho pede o uso da sombra da árvore, esse que prepara com zelo o polvilho em que uma parte é guardada e a outra vendida e/ou trocada. É renda, é garantia de alimento, é a conservação da cultura da troca. Porém, para chegar ao polvilho são necessárias a terra para plantar e a água para fazer crescer a mandioca e para lavar o polvilho. Preservar as fontes de água para o camponês é essencial. É nesse quadro que se insere o que marcamos como uma Resistência Socioambiental.

10 “Giral” – no Nordeste do Brasil, o giral é conhecido como área de serviço, mas o mais comum é a referência de uma base de madeira (pau roliço) para armazenar e/ou manusear alimentos. Usado para a secagem do polvilho (Figura 8), para bater arroz, feijão e outras atividades diárias do camponês.

11 O tempo e o preparo determinam o tipo de polvilho. Além do polvilho, existem as sobras, como a puba, que é utilizada para fazer bolo.

12 “Capado” – Porco castrado, condição para a engorda do animal. O porco fornece carne e, principalmente, gordura – usada para conservar a carne frita (onde não existe energia/freezer para refrigerar). É garantia de proteína para os camponeses.

Figura 8 – Assentamento Padre Nilo – Iporá-GO – Fase final de preparação do polvilho



Fonte: Specian (2019).

Figura 9 – Assentamento Padre Nilo – Iporá-GO – Mãos ágeis que destorroam e peneiram o polvilho



Fonte: Specian (2019).

No momento da reflexão da pesquisa, entramos em regime de restrição provocado por uma pandemia¹³. Uma das questões discutidas nesse momento de adoecimento global é a necessidade do avanço da política de reforma agrária e a produção de alimentos mais saudáveis. No Município de Caiapônia-GO existem 12 Projetos de Assentamentos para a Reforma Agrária (PA) que atendem, juntos, 555 famílias (Distribuição dos Assentamentos no Estado de Goiás, 2017). São 555 famílias que abraçam e agradecem a terra onde vivem e que, não fossem esses projetos, poderiam estar nas periferias das cidades da região. Apoiar essas famílias é apoiar a vida, a dignidade humana. A permanência na terra tem uma relação de “identidade e sociabilidade rural que configuram, formalmente, a integração, a unidade e a existência social” (Souza; Hespanhol, 2010, p. 168-169).

O termo *resistência*, discutido anteriormente e apontado como incapaz de acolher toda a relação que o camponês tem com a terra, é expresso nos dizeres de Strauch (2020).

O presente texto parte do princípio de que existe uma importância decisiva do campesinato no mundo atual, devido à enorme relevância de sua contribuição para a soberania e a segurança alimentar, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, para a conservação da biodiversidade e para a construção e manutenção de uma memória biocultural (Strauch, 2020, p. 206).

Os camponeses que estudamos são, via de regra, assentados em fazendas “abandonadas” – os antigos “proprietários” após anos de degradação “vendem” por um bom preço suas terras para o Incra. São essas áreas degradadas que serão divididas em parcelas para assentar famílias.

A permanência na terra, muitas vezes sem disponibilidade do básico – como acesso a água –, é um movimento de resistência. A manutenção da parcela, a recuperação de nascentes, o controle de erosões, a necessidade de plantar para o sustento da família, a diversidade da produção e a proteção das reservas (essas sim fiscalizadas) são na realidade um ato de resistência, de identificação com o lugar – um ato de Resistência Socioambiental.

13 Pandemia provocada pelo novo coronavírus – covid-19 –, que apareceu inicialmente na China, na cidade de Wurrán, em dezembro de 2019, mas apenas relatada para as autoridades mundiais em 16 de janeiro de 2020. Rapidamente se espalhou para vários países do mundo.

Capítulo 2

Água

**Um “território líquido”
em disputa no Cerrado**



*Mas não caminhava por desígnio de rio, mas porque
o homem ia-lhe abrindo leito. O homem o empurrava,
o atacava com mãos violentas que socavavam a terra.
A dinamite levantava um ramo de fumo de cor violeta.
Estremecia a cintura do rio, e caminhava. Por outras regiões
marchava. Sem querer ia andando, fertilizando areias,
parindo fruta e trigo. O rio não queria, mas, por trás, o
homem o empurrava, açoitava-lhe as ancas, golpeava-o
na espuma, frenava-o e vencia, e para o outro lado do mar
marchava o rio e com o rio marchava a vida.*

Trecho do Poema Desviando o rio – Pablo Neruda

Em um Cerrado em que a cada ano mais rios se tornam intermitentes, desviar suas águas, barrar seu curso é como descreve Neruda (1954) – “o Rio não queria”, as águas não querem!

Os grandes Rios de Goiás e do Cerrado (Araguaia, Tocantins e Caia-pó) carregam na “história de suas águas” a presença indígena: karajás, caya-pós (kayapó do sul), avá-canoeiros – esses rios ofertam/ofertavam sentido para a vida desses povos que escolheram essas margens para morar/viver.

O Cerrado é considerado berço das águas brasileiras e sul-americanas, pois grandes bacias hidrográficas nascem no Cerrado e, igualmente, é considerado um importante *hot spot* para a conservação da biodiversidade mundial (Klink; Machado, 2005). Apesar de sua importância reconhecida no meio acadêmico, esse bioma, depois da Mata Atlântica, é o que mais sofre com a ocupação predatória que tem propósito de tornar suas “terras produtivas”, sobretudo para a agricultura de exportação.

No passado, o avanço dos bandeirantes e a ocupação do território goiano provocaram o massacre da população indígena. No presente, o avanço do capital – via instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); atividades de mineração; irrigação e avanço do agronegócio vão dominando os territórios, privatizando e transformando a água em território líquido e, por consequência, ameaçando a vida de comunidades tradicionais e camponeses no que resta de remanescente de Cerrado em Goiás. No caso específico das terras indígenas, é preciso lembrar que sua proteção garantida

em LEI não impede a cobiça dos agentes do capital, de forma que a ameaça aos povos que ali habitam é uma constante (Lima, 2010).

As Comunidades Cerradeiras (Mendonça, 2004) que recebem uma série de denominações, de acordo com o ambiente em que se inserem, são: quilombolas; vazanteiros; comunidades de fundo e fecho de pasto; geraizeiros; quebradeiras de coco; ribeirinhos (Inácio; Santos, 2020; Brasil, 2016b). Aproximam-se umas das outras por meio da correlação com ambiente onde vivem e da conexão com a água. Sem água as comunidades terão dificuldades para continuar a se reproduzir. E a presença dessas comunidades pode garantir a conservação do ambiente, da água, necessária à permanência no lugar.

Os objetivos deste capítulo estão focados em discorrer sobre a importância da água para manutenção da vida camponesa no contexto da própria conservação do Cerrado goiano e na construção de uma narrativa dialética de que a formação de territórios líquidos (Oliveira *et al.*, 2012), oriundos da extrema capitalização do uso da água, contrapõe a condição climática do Cerrado e da própria manutenção da vida neste território.

Para atingir os objetivos propostos, utilizamos a premissa de Suertegaray (2002, p. 161).

Os problemas colocados como ambientais (efeito estufa, camada de ozônio, transgenias, formas de relevo tecnogênicas, chuva ácida, entre tantos outros) indicam que a leitura em separado da natureza e da sociedade não é mais factível. Para tanto, novos conceitos e novos métodos se fazem necessários. Tanto os conceitos como os métodos necessitam expressar a materialidade do mundo atual. Para tal, não há como fugir da ideia de híbridos, não há como fugir da busca de novos métodos que promovam a articulação dos elementos e processos naturais e sociais.

A pesquisadora (Suertegaray, 2002) antecipa a discussão aprofundada por Souza (2018, 2019a, 2019b), que tem a premissa de trabalhar para além de uma visão binária, separando a natureza da sociedade. Portanto, a proposta teórica e metodológica que perseguimos neste capítulo concentra-se na perspectiva da Geografia Ambiental (Souza, 2019a).

O conceito de território, sobretudo nas disputas travadas pelo acesso e controle da água (território líquido), é base para a discussão. As “relações ambientais” na qual inserem-se os camponeses é tratada na perspectiva conceitual de Lugar.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira aborda a distribuição de chuvas no Cerrado e de como a retirada da vegetação afeta a vazão dos rios nesse ambiente, sobretudo na época em que não ocorrem precipitações pluviométricas regulares, maio a outubro. A acentuada diminuição da vazão dos rios agrava a própria manutenção do Bioma, a seca e a dificuldade de abastecimento d'água nas áreas urbanas e rurais são uma realidade.

A segunda seção analisa a constituição de territórios líquidos organizados a partir da demanda pelos recursos hídricos no Cerrado goiano. Nos trabalhos acadêmicos, essa demanda por água para a produção de *commodities* é conhecida como “agro-hidronegócio” (Thomaz Junior, 2008; Thomaz Junior, 2010). Nesta seção serão focadas as demandas por água para irrigação e para a produção de energia elétrica em Goiás. O conceito de “agro-hidronegócio” foi retirado de Thomaz Junior (2008):

A monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital. A água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites, mais recentemente também se inscreve na produção de energia elétrica. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos entendendo esse processo no âmbito do agro-hidronegócio, por onde nos propomos entender os desafios da dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI (Thomaz Junior, 2008, p. 9-10).

A terceira seção aborda os recursos hídricos como uma condição fundamental para a manutenção da vida camponesa e do ambiente, uma resistência socioambiental. A conservação das águas é interpretada enquanto oportunidade para permanência na terra e como forma de manutenção do Cerrado, uma simbiose.

CERRADO, UM BERÇO DE ÁGUAS DEPENDENTE E INSEGURO

Vários autores destacam o planalto central como berço das águas do Brasil. Para ser mais específico, é no território goiano que se encontram as nascentes que contribuem para a formação das principais bacias hidrográficas sul-americanas (São Francisco, Paraná/Paraguai e Amazônica) (Lima, 2011). Outras referências apontam a importância do território goiano e do

Cerrado para a alimentação de grandes aquíferos brasileiros: Guarani, Bambuí e Urucuia (Souza *et al.*, 2019).

Pouco destaque é dado ao ciclo das águas no Cerrado (em acordo com o regime pluviométrico) e ao desmatamento e erosão dos solos que comprometem o regime hídrico nos rios do Cerrado. Não podemos, simplesmente, fazer uso da política e do conceito de escassez como querem alguns gestores. Ao contrário, fazemos uso das palavras do Professor Carlos Walter Porto-Gonçalves para refletir sobre a água e seu ciclo.

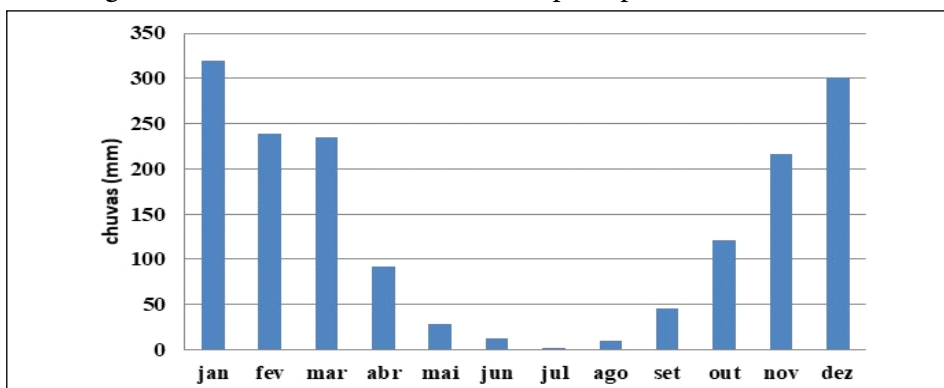
A água não pode ser tratada de modo isolado, como faz a racionalidade instrumental predominante em nossa comunidade científica, de modo especializado, como se fosse um problema de especialistas. A água tem que ser pensada enquanto **território**, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder. O **ciclo da água não é externo à sociedade**, ele a contém com todas as suas contradições. Assim, a crise ambiental, vista a partir da água, também revela o caráter de crise da sociedade, assim como de suas formas de conhecimento (Porto-Gonçalves, 2012, p. 152, grifo nosso).

No Cerrado, em geral, ocorre um período de estiagem que se estende de maio a outubro, época em que as chuvas cessam e deixam de abastecer as bacias hidrográficas no Cerrado. Os mecanismos de tempo em escala global ainda não estão bem interpretados para o Cerrado. Os efeitos de El Niño e La Niña carecem de estudo. O que sabemos é que o clima do Cerrado é marcado por duas estações bem definidas, uma chuvosa, de novembro a abril, e outra seca, de maio a outubro. A Figura 10 aponta a média mensal de precipitação para estação pluviométrica de Iporá-GO (Specian; Vechia, 2014).

Considerando o efeito estufa, é possível pensar que a disponibilidade de água aumentou no planeta (Porto-Gonçalves, 2012). “Enfim, é de uma desordem ecológica global que estamos falando e não simplesmente de escassez de água, como vem sendo destacado” (Porto-Gonçalves, 2012, p. 149).

A distribuição de chuvas no Cerrado, sobretudo no estado de Goiás, não é uniforme no tempo ou no espaço. Os trabalhos de Alves (2011), Costa *et al.* (2012), Marcuzzo *et al.* (2012) e Neves (2019) indicam isso. Existem nuances regionais, tanto marcadas por efeitos de latitude e longitude quanto pela interferência dos corredores climáticos associados às planícies e planaltos desse vasto território.

Figura 10 – Pluviosidade média mensal para Iporá-GO (1975/2010)



Fonte: Specian e Vecchia (2014, p. 204).

O que é importante destacar é que o regime climático, como uma estação seca bem marcada, provoca um equilíbrio dinâmico dos ecossistemas do bioma Cerrado, considerando as suas várias fitofisionomias (Ribeiro; Walter, 2008). A água, abundante em determinado período, precisa estar disponível para o período seco, um processo de resiliência ambiental que permitiu que, ao longo da história, homens/mulheres, plantas e bichos pudessem se reproduzir no território do Cerrado.

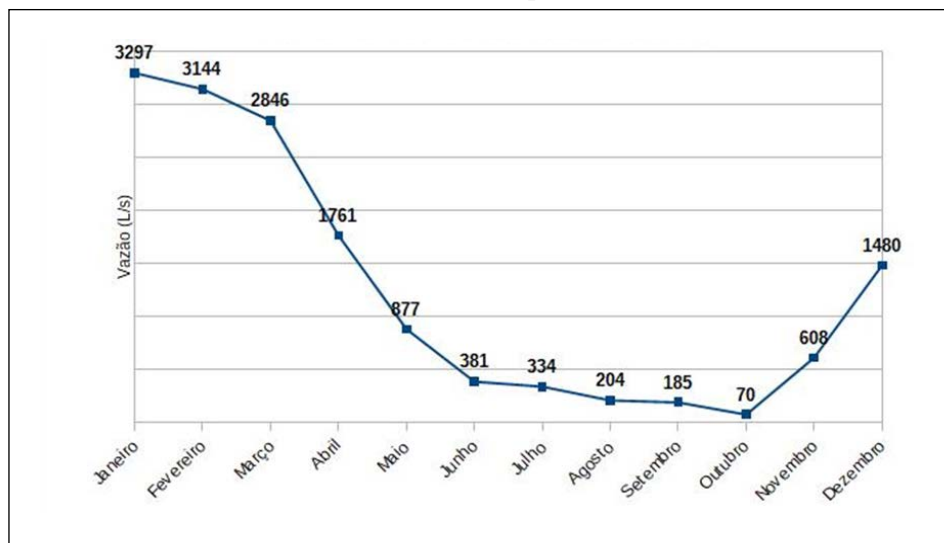
Independentemente da intensidade do uso dos recursos do Cerrado promovido pelos agentes do agro-hidronegócio, a estiagem atinge o Cerrado em determinados momentos. Os relatos históricos narram ocorrências de grandes secas nesse território, assim como estações com chuvas para além do esperado (Specian *et al.*, 2016).

A vazão dos cursos d'água no Cerrado é, naturalmente, mudada no período de estiagem. Um exemplo de variação da vazão foi pesquisado por Moura *et al.* (2020) para o Ribeirão Santo Antônio (RSA), que abastece a área urbana de Iporá-GO (Figura 11). Na fase crítica de diminuição da vazão no mês de outubro, toda a água do córrego é captada para tratamento e abastecimento da população. Considerando que a captação mínima necessária é de 90 l/s, o ribeirão já não consegue atender à demanda no período mais seco do ano. Essa condição deveria provocar a preocupação da sociedade e dos gestores públicos – estando eles diante de um cenário de crise de gerenciamento dos recursos hídricos.

A análise do balanço hídrico para Iporá-GO (Sousa, 2019, p. 36-37) revela um déficit a partir do mês de maio, estendendo-se até outubro. Esse é o padrão médio de déficit hídrico esperado para o Clima do Cerrado.

Conforme o Cerrado foi sendo devastado, a água disponível nos mananciais foi diminuindo, pronunciando períodos de “seca” para além do esperado. Faltar água na área rural ou urbana passou a fazer parte do cotidiano dos goianos, sobretudo no decorrer dos últimos anos. Nos relatos dos jornais vão se acumulando matérias que apontam a seca em municípios goianos: “Plano de racionamento de água é aprovado e prevê rodízio na Grande Goiânia se a vazão do Rio Meia Ponte seguir caindo” (Sílvio, 2019, p. 1); “Estiagem compromete abastecimento de água nas cidades e castiga zona rural” (O+Positivo, 2017, p. 1).

Figura 11 – Vazão momentânea (representativa mensal – l/s) do RSA – Iporá-GO (2017)



Fonte: Moura *et al.* (2020, p. 226).

Como antes afirmado, no Cerrado a estação seca é uma constante. A falta de água disponível para os camponeses não se faz somente pela ausência de chuvas (já que temos as estações bem definidas). É diferente do que ocorre na Região Nordeste do País, quando faltam chuvas no momento em que o sertanejo aguarda a estação chuvosa. Por aqui, Cerrado, os rios perdem o volume d'água e/ou secam – como outrora não acontecia.

A intermitência de pequenos cursos d'água avoluma-se ano após ano. O pesquisador Altair Sales Barbosa vem denunciado o “fim dos rios do Cerrado”.

Ao analisar a pressão sobre o Cerrado e sobre os recursos hídricos deste bioma, o pesquisador Barbosa (2018) faz a comparação entre o silencioso

efeito da diabetes que afeta o corpo humano na ausência de insulina e o desaparecimento das nascentes dos rios do Cerrado com a degradação dos lençóis subterrâneos (insulina), que em consequência provoca a morte silenciosa dos rios do Cerrado.

A ausência de água nos lençóis subterrâneos provoca a amputação de vários membros integrantes da bacia. Essa amputação inicia com a migração das nascentes até o desaparecimento total de muitos cursos d'água. Este é o início do fim e se conclui com a morte do rio e todo seu entorno, incluindo a destruturação de comunidades humanas, através da desterritorialização (Barbosa, 2018, p.1).

No referido artigo, Barbosa (2018, p. 1) argumenta que “o discurso da diminuição da vazão dos rios, associado a mudanças climáticas, não passa de uma falácia”. E finaliza o artigo com uma narrativa impactante: “Também não sei onde mora a aurora daqueles que um dia despertaram para a esperança. Só uma certeza eu tenho: no silêncio acelerado do tempo, nossos rios vão morrendo” (Barbosa, 2018, p. 1).

A “morte dos rios” do Cerrado não deve ser associada à questão climática, como a mídia e os gestores públicos preferem afirmar. A causa está associada à degradação do Cerrado como um todo. É a vegetação que protege os solos e permite o equilíbrio entre as chuvas precipitadas, a infiltração de águas e, por consequência, a manutenção das nascentes e cursos d'água no período de estiagem.

A forma de uso e ocupação dos solos do Cerrado, retirada da vegetação nativa nos platôs e ausência de proteção dos cursos d'água por matas ciliares contribuem para o carreamento do material superficial para os leitos dos rios. O assoreamento é apenas parte da consequência da ocupação do Cerrado.

Os trabalhos de Carvalho *et al.* (2008) e Rocha *et al.* (2011) exibem um quadro da destruição do Cerrado, correlacionando as formas de relevo, ocupação e degradação do Bioma. Nesta década (2020) o processo não parou. A apropriação e devastação do Cerrado é feita para dar lugar à agricultura moderna de grãos para exportação: soja, milho, algodão e, mais recentemente, a cana-de-açúcar passaram a fazer parte da paisagem, principalmente no sudoeste goiano.

O trabalho de Silva *et al.* (2013) apresenta um panorama da ocupação do Cerrado no período entre 1975 e 2010 para uma porção da região

Centro-Sul. Os autores analisam a evolução da agricultura de grãos, cana-de-açúcar (a partir da década de 1990) e pastagens. Conforme a agricultura avançou nas áreas de relevo e solos propícios, áreas que antes eram ocupadas, sobretudo, por pastagens naturais, forçaram a abertura de novas áreas para a prática da pecuária.

Sobram poucos remanescentes de Cerrado em Goiás e estes continuam a ser disputados para implantação de novos projetos para a produção de *commodities* agrícolas. Em geral, independentemente do tamanho da bacia hidrográfica, as áreas que possibilitam a mecanização dos solos são ocupadas pela agricultura de grãos. Em 2020, a variação cambial, favorável às exportações e à demanda de soja no mercado externo, contribuiu para esse avanço.

Restam os “enclaves” onde o relevo com níveis de declividade acentuados impede a mecanização das lavouras, territórios ocupados por geraizeiros, posseiros, remanescentes de quilombos, camponeses assentados, conjuntos de populações que são denominadas como povos cerradeiros (Mendonça, 2004).

O mosaico de formas de ocupação, no entanto, faz com que todas as bacias hidrográficas estejam prejudicadas e a disponibilidade de água para os camponeses torne-se restrita.

As lavouras irrigadas, as PCHs e a mineração instaladas em partes de determinadas bacias prejudicam a reprodução da vida camponesa em outros pontos dessa bacia. Em tal circunstância se formam os Territórios Líquidos, tema que será tratado na próxima seção.

A MERCANTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS NO CERRADO GOIANO

A ocupação do Cerrado se intensificou na década de 1970 com a revolução verde. Esse processo de modernização em Goiás foi amplamente estudado (Peixinho, 2002; Teixeira Neto, 2002; Mendonça, 2004; Borges, 2007; Freitas; Chaveiro, 2011; Borges, 2013; Silva, 2013 e muitos outros). Fato é que os vastos campos que antes eram utilizados para pastagens passaram a ser substituídos por lavouras de grãos para exportação. Desde então, esse processo não parou. A intensidade maior nesse momento é na confluência dos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – região denominada Matopiba. Esse território é basicamente formado pelos ecossistemas que compõem o Bioma Cerrado (Fian Internacional, 2018).

A mercantilização das águas dos rios que nascem e atravessam o Cerrado já provoca conflitos pelo direito de uso entre os grandes tomadores desse

recurso – aqueles que têm outorga de uso da água. Um caso que é acompanhado por vários trabalhos científicos é o da Bacia do Rio São Marcos, na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Nessa bacia existe um embate entre os tomadores de água que abastecem os pivôs centrais para a irrigação de lavouras, sobretudo no estado de Goiás, e a UHE de Batalha instalada na divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais (Guimarães *et al.*, 2013; Silva; Hora, 2015; Campos Filho *et al.*, 2019). Cada agente (empreendedor) reclama o direito de outorga e afirma que um empreendimento atrapalha a execução do outro. A vazão do Rio São Marcos é comprometida pelo uso da água por pivôs centrais ao longo de sua bacia, comprometendo o pleno funcionamento da UHE de Batalha e, concomitantemente, produtores não têm direito de retirar água do reservatório da UHE de Batalha para abastecimento e/ou irrigação de suas lavouras.

A escala de conflito comentada nos trabalhos citados no parágrafo anterior entre os irrigantes que utilizam as águas da Bacia do Rio São Marcos para o abastecimento de pivôs centrais e a UHE de Batalha não menciona uma outra vertente do problema. Existem camponeses de projetos de assentamentos atingidos, diretamente, pelo barramento no Rio São Marcos e que agora são proibidos de qualquer acesso à água no lago formado pela barragem.

A matéria do jornal *O Popular* (2020) caracteriza a situação dos camponeses da Comunidade Vista Alegre-GO, apesar de o título não tornar clara a situação: “Agricultores goianos perdem o Rio Batalha para usina hidrelétrica: entenda este conflito pela água”. O subtítulo faz a seguinte menção: “Em guerra com hidrelétrica, fazendeiro se junta ao pequeno produtor”.

Parte dos camponeses que vivem na comunidade rural de Vista Alegre-GO foi retirada de seu local de origem em virtude da formação do lago da UHE de Batalha. São pequenos produtores e assentados da reforma agrária que foram transferidos do lugar onde moravam com a promessa de Terra e Água para produzir e viver, mas nas novas parcelas de assentamento não podem retirar água do reservatório – são proibidos. Enquanto isso, ocorre um aumento dos números de pivôs centrais retirando água dos afluentes do Rio São Marcos.

O trabalho de Guimarães *et al.* (2013, p. 7) apontava que

a área irrigada por pivôs centrais na bacia do Rio São Marcos em março de 2013 foi de 87.670 hectares, valor bastante superior aos 63.500 hectares pactuados pelo marco regulatório da Agência Nacional de Águas – ANA.

A Figura 12 identifica a distribuição da rede de pivôs centrais distribuídos pelo estado de Goiás (IMB, 2019). Os dados apontam que em 2016 existiam 3.244 pivôs centrais instalados em Goiás (Martins, 2017, p. 121): “Considera-se que boa parte desses equipamentos necessita de um reservatório para fornecer água para seu funcionamento” e, em Goiás, as veredas vão se transformando nesses reservatórios através da construção de pequenas barragens – isso significa a morte das veredas.

Em relação à bacia do São Marcos, “foram mapeados 905 cursos d’água tributários do Rio São Marcos, 1.445 corpos d’água (lagos e represas) e 1.005 pivôs centrais usados na irrigação agrícola” (Guimarães *et al.*, 2013, p. 3).

O Conflito na Bacia do Rio São Marcos ganhou visibilidade em virtude da representatividade econômica dos atores que disputam o direito de uso das águas (Furnas/UHE de Batalha e o conjunto de grandes proprietários de terras que utilizam as águas dos afluentes do São Marcos para a irrigação de suas lavouras).

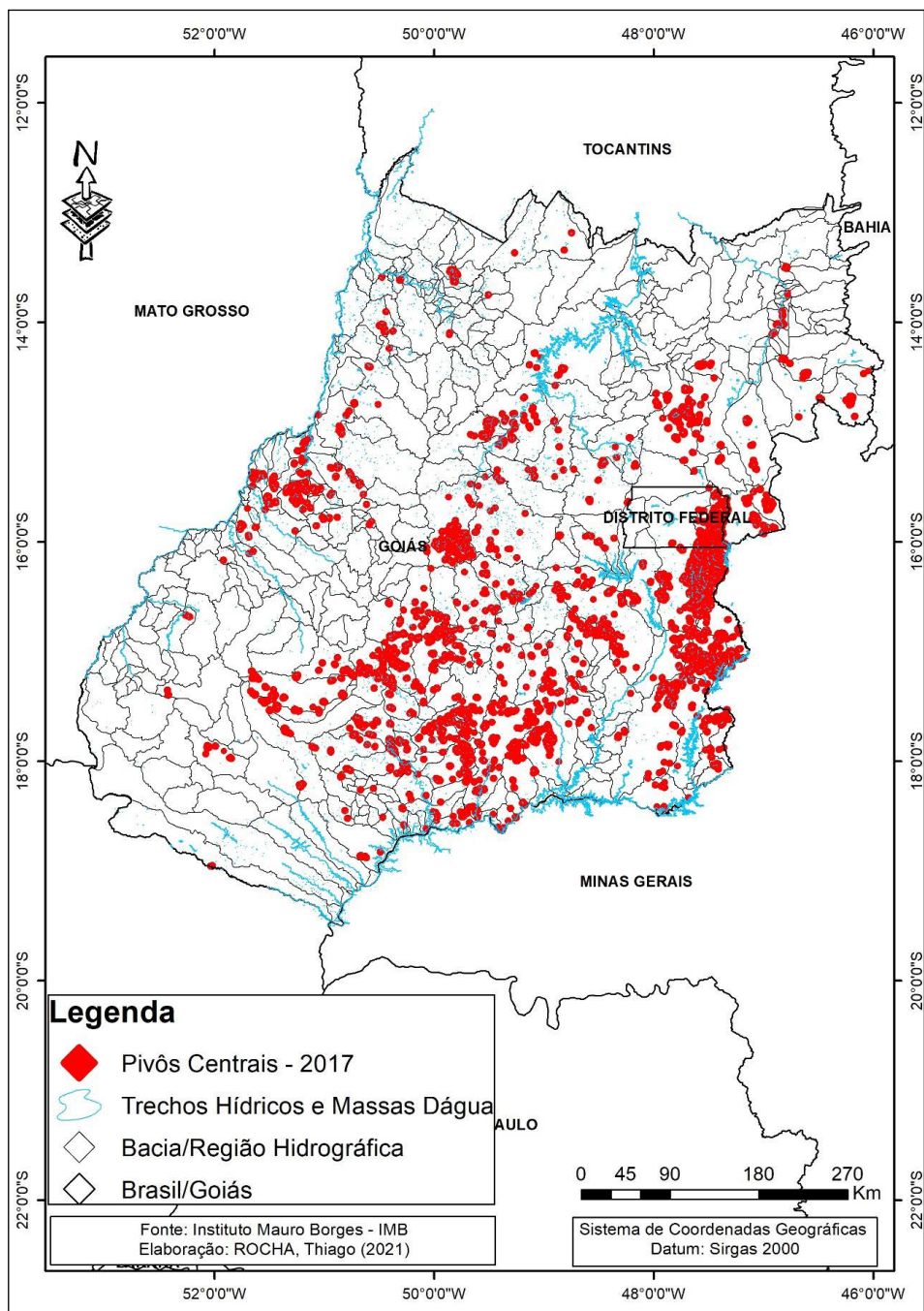
Quando a disputa é travada entre grandes produtores rurais e ribeirinhos/camponeses ou entre PCHs e camponeses, a dimensão/visibilidade na mídia não é a mesma.

Em Goiás e no Cerrado, em geral, as PCHs são responsáveis por uma parcela significativa de desapropriações de imóveis rurais. Trata-se de um conflito silencioso, já que na “maioria das vezes as áreas atingidas e o número de famílias prejudicadas em cada empreendimento são baixos em relação às grandes obras de geração de energia (Usinas Hidrelétricas – UHE)” (Specian *et al.*, 2019, p. 195), fazendo com que o problema passe despercebido da sociedade, da mídia e, também, dos movimentos sociais.

A política nacional de geração de energia através das PCHs, que oferta suporte à legislação do setor, tem como uma de suas justificativas o viés ambiental – considerando que esse tipo de energia é de baixo impacto ambiental. Essa política faz parte do Programa Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa. Na prática a legislação acaba por legitimar a degradação dos remanescentes de Cerrado e “privatiza” o uso das águas dos rios estaduais.

Segundo o Instituto Mauro Borges (IMB, 2017) em Goiás e no Distrito Federal, existiam em 2016 “vinte e uma (21) PCHs instaladas, totalizando uma área de inundação na ordem de 5.799,82 hectares” (Quadro 2). A área parece ser pequena quando comparada aos 292.479,70 hectares de áreas alagadas por vinte (20) UHEs instaladas em Goiás e no DF.

Figura 12 – Distribuição de Pivôs Centrais em Goiás e no Distrito Federal (2017)



Fonte: IMB (2019).

Essa quantidade de áreas alagadas é significativa, considerando que a maioria dessas PCHs está instalada em áreas onde residem camponeses, vales encaixados que dificultam a mecanização de terras, portanto com a presença de áreas contínuas de remanescentes de Cerrado.

No vale do Rio Caiapó-GO (rios Bonito e Caiapó), foram instaladas quatro PCHs de um total de 12 previstas. Em uma das PCHs, onde realizamos um estudo – Santo Antônio do Caiapó –, os problemas socioambientais são graves: pequenos agricultores perderam terras e o direito de acesso ao lago artificial formado pela PCH e parte da vegetação nativa ficou submersa (Specian *et al.*, 2019, p. 195).

Quadro 2 – Relação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) instaladas em Goiás e no Distrito Federal (2016)

Nome – PCH	Área (ha)	Potência instalada (KW)	Rio	Municípios
Cachoeira do Lavrinha (Antiga São Patrício)	2,59	3.010	Rio das Almas	Jaraguá-GO/ Rianápolis-GO
Galheiros I	42,24	12.000	Galheiros	São Domingos-GO
Goiandira	551,67	27.000	Veríssimo	Goiandira-GO/Nova Aurora-GO
Irara	309,71	30.000	Doce	Jataí-GO/Rio Verde-GO
Jataí	13,07	30.000	Claro	Jataí-GO
Lago Azul	185,14	3.992	Ribeirão Castelhano	Ipameri-GO/ Cristalina-GO
Mambai II	19,31	12.000	Rio Corrente	Sítio d'Abadia-GO
Mosquitão	146,18	30.000	Caiapó	Iporá-GO/ Arenópolis-GO
Nova Aurora	581,28	21.000	Veríssimo	Goiandira-GO/Nova Aurora -GO/Ipameri-GO
Piranhas	26,32	18.050	Piranhas	Piranhas
Planalto	249,78	17.000	Aporé	Aporé-GO/ Cassilândia-MG
Pontal do Prata	244,11	14.200	Prata	Aporé-GO
Queixada	642,32	30.000	Corrente	Aporé-GO/Itarumã-GO

Nome – PCH	Área (ha)	Potência instalada (KW)	Rio	Municípios
Retiro Velho	590,03	18.000	Prata	Aporé-GO
Riachão (Antiga Santa Edwiges I)	417,10	13.400	Piracanjuba	Buritinópolis-GO/ Mambaí-GO/Posse-GO
Rochedo	113,34	4.000	Meia Ponte	Piracanjuba-GO
Santa Edwiges II	352,45	13.000	Buritis	Buritinópolis-GO/ Mambaí-GO
Santa Edwiges III	202,51	11.600	Buritis	Buritinópolis-GO/ Posse-GO
Santo Antônio do Caiapó	629,90	30.000	Caiapó	Palestina de Goiás-GO/ Ivolândia-GO/ Arenópolis-GO
São Domingos II	158,93	24.300	São Domingos	São Domingos-GO
Tamboril	321,84	29.330	Bonito	Palestina de Goiás-GO/ Arenópolis-GO

Fonte: IMB (2017).

Em outra PCH do Rio Caiapó (Mosquitão), depois de quinze (15) anos de implantação e muitos questionamentos (Pinheiro, 2007), o que se conclui é que o lago formado pela PCH está comprometido pelo assoreamento (Figura 13); os ribeirinhos a jusante sofrem as constantes variações de vazão do rio que ocorrem em virtude da operação da(s) usina(s) (na época da estiagem, a operação é prejudicada tanto pela baixa vazão natural do rio quanto pelo fechamento das comportas das usinas a montante que seguram a água para a produção de energia em horários de maior demanda), e o trecho de vazão reduzida de quase 7 km é o retrato da morte de um rio.

Figura 13 – Lago de PCH Mosquitão – Rio Caiapó-GO

Fonte: Specian (2018).

A política de instalação de novas PCHs precisa ser debatida com a sociedade. A “simples” outorga e/ou licença de instalação emitida pelo Órgão Ambiental Estadual provoca danos socioambientais nos remanescentes de Cerrado em Goiás. As PCHs instaladas no Cerrado têm dificuldades para manter sua operação na época mais seca do ano, considerando que seu funcionamento é realizado “a fio d’água”. É nessa época do ano que a relação entre a demanda e a produção de energia elétrica do país é tensionada.

Se as PCHs no Cerrado têm dificuldades para gerar energia no momento de maior demanda, quais os interesses associados à expansão desse tipo de geradora de energia hidrelétrica?

Para Lopes *et al.* (2021, p. 3, grifo nosso), ocorre uma grilagem de água no Cerrado quando “atores poderosos tomam o controle dos recursos hídricos normalmente usados pelas comunidades locais para os seus meios de vida”. Os autores (Lopes *et al.*, 2021) fazem referência ao Matopiba e ao avanço das áreas de plantio de soja sobre o Cerrado.

A soja é uma cultura relativamente cara e se beneficia enormemente com as economias de escala. Portanto, praticamente inexistem pequenos proprietários em suas áreas de expansão. Embora as fazendas de soja mantenham alguma heterogeneidade, a consolidação significa unidades cada vez maiores

e menos numerosas. Atualmente, a maioria dessas fazendas no Cerrado consiste em vastos campos de colheita mecanizada, que por vezes ultrapassam 10 mil ha (Lopes *et al.*, 2021, p. 6).

A “grilagem de água” não ocorre apenas pela captação direta da água nos rios – como é o caso do Rio Arrojado no Oeste da Bahia, que provocou um forte conflito nas fazendas Rio Claro e Curitiba – Região de Rosário/Correntina/Bahia (Pereira *et al.*, 2017). Em outra escala, a água é retida nas fazendas em açudes e canais de irrigação, comprometendo não apenas a quantidade disponível para o restante da população, como também a qualidade da água.

A ESPERANÇA BROTA DA TERRA: ÁGUA E CAMPONESES

Sem Cerrado / Sem Água / Sem Vida

A campanha em defesa do Cerrado promovida por uma série de entidades organizadas traz a impactante definição de que a ausência do Cerrado (**sem Cerrado**) pode provocar a morte dos rios (**sem água**) e, consequentemente, impede a reprodução da vida (**sem vida**). Se isso é fato, e acreditamos nisso, o contrário é verdadeiro – a permanência (**conservação do Cerrado**) permite a manutenção dos mananciais de água (**recuperação de nascentes**) e, consequentemente, contribui para a manutenção da vida no bioma (**o Cerrado como lugar para a vida**).

Talvez o grande desafio da campanha esteja em uma questão filosófica – a externalização da natureza (recurso) é o marco fundamental para a destruição do Cerrado. É fato que a apropriação do Cerrado é antes de tudo tratada pelos capitalistas como uma conquista do desenvolvimento agrícola do país. Sobre a externalização e fazendo referência ao relevo, nos apropriamos das palavras de Suertegaray (2002, p. 160): “O objeto desse campo de conhecimento, isto é, o relevo e os elementos associados, estão totalmente desfigurados, se pensarmos a natureza como externalidade humana”.

A concepção de natureza, aqui defendida, tem fundamento na Geografia Ambiental (Souza, 2019a), ou seja, a sociedade e a natureza não podem ser analisadas/pensadas de forma isolada, separada. O ambiente não é “meio” – de metade/parte, todos somos ambiente.

A fim de tornar clara a concepção aqui defendida sobre o papel dos camponeses no processo de conservação, portanto ocupação do Cerrado,

tomamos as palavras de Suertegaray e Paula (2019) em uma discussão sobre Território e Territorialidades:

Para as sociedades tradicionais, a **reserva**, que se pode ter como a **presença de recursos ambientais**, é fundamental para a manutenção da autonomia no/do território. Desta forma, a cultura reflete nas relações ambientais, assim como na dinâmica territorial, ao ponto de que a separação entre território e ambiente incidiria na leitura fragmentada, no caso das comunidades tradicionais (Suertegaray; Paula, 2019, p. 87-88).

Entre os recursos ambientais, entendemos que a água para os camponeses é a raiz para a solução de boa parte das demandas, portanto possibilidade para a permanência na terra e a manutenção da vida, mas como já mencionado antes esse recurso está no centro do jogo de disputa capitalista no Cerrado. A resistência socioambiental dos camponeses abordada por Specian e Chaveiro (2020) tem a água como principal indicador de equilíbrio (e disputa) no Cerrado. Os dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra, 2019) alertam para o aumento dos conflitos por água em todo o Brasil.

A necessidade da água para produzir é fato para qualquer nação/povo. A disponibilidade de água para o camponês é determinada por algumas questões: a disponibilidade natural, sua retroalimentação em conformidade com as condições ambientais e em acordo com a disputa desse recurso, orientado sobretudo pelos agentes que disputam esse território líquido.

É fato que a disponibilidade de água não tem relação apenas com a abundância e/ou infraestrutura para levar água de um território para outro, uma transposição. No Cerrado, a água só continuará disponível em abundância se a conservação desse bioma for colocada em prática. Os camponeses têm a capacidade de produzir e conservar.

No Cerrado, os assentamentos de reforma agrária, com a ajuda de movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), envolvem a água em uma “mística”. Desde cedo, a água é elevada como elemento fundamental para a permanência no campo. Ela é inserida no cotidiano do camponês assentado, na reza, nos agradecimentos, na vida.

A permanência do camponês no campo é um ato de resistência. Ao longo da história do Brasil (agrário/escravista), a mensagem que foi reproduzida na sociedade é de que nas cidades encontram-se a liberdade e a vida plena. O campo do camponês foi relatado/narrado como um território de sofrimento e pobreza. Outra narrativa mostra um campo que ficou no

passado, a saudade da roça – geralmente acalentada, um saudosismo sem fim. Esse discurso contribui com a manutenção do latifúndio, negando a expulsão de camponeses do campo.

Esse retorno do camponês ao campo, promovido por organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a CPT, é marcado por resistência e esperança. A primeira começa nos acampamentos em beiras de estrada à espera da desapropriação de latifúndios. Quando finalmente conquistam a terra, deparam-se com outros desafios – solos desgastados e falta de água em algumas parcelas que testam a resistência camponesa.

Resistir é mostrar para a sociedade que é possível viver na terra, produzir é distanciar-se da fome, é trabalho digno – duro, mas digno. Em Goiás, resistir é manter uma relação com o ambiente, demonstrada na capacidade do camponês/assentamento de fazer ressurgir uma nascente que secou, algo que chamamos de “Resistência Socioambiental”.

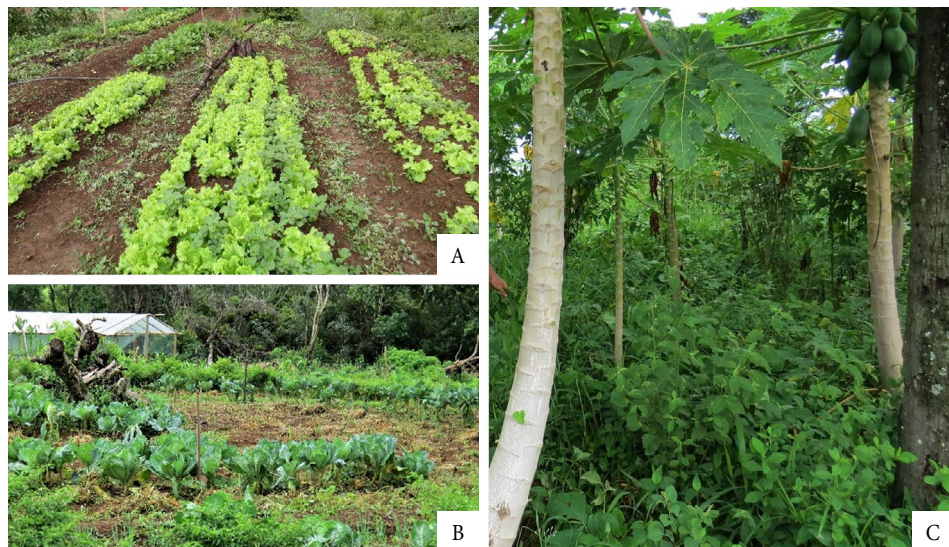
Para o camponês, a esperança brota da terra, ela manifesta-se na mesa farta e na luta pela água, no entendimento de que rio bom, represa boa são os que fornecem água o ano todo. Para isso, reconhecem que Vereda não é para o gado pastar ou para fornecer água para a grande lavoura – ela é a caixa d’água que irá manter o curso d’água perene quando as chuvas cessarem. A esperança é feita na produção sem veneno, pois as primeiras vítimas deste são os próprios trabalhadores da terra.

A vida imaginada na produção de alimentos em abundância, para além da simples sobrevivência — como fartura para alimentar a família, vender ou doar o excedente —, é o que move os camponeses. Não é preciso tanta terra para alcançar a plenitude da vida, o alimento garante essa vida plena. A Figura 14 (A, B e C) são uma amostra da produção de alimentos em uma parcela do Projeto de Assentamento (PA) de Canudos – Palmeiras de Goiás-GO. Os alimentos produzidos neste ano (2020), de pandemia e mazelas sociais, são suficientes para alimentar inúmeras famílias. Não precisa ocupar e desmatar todo o Cerrado para alimentar os povos. O celeiro do mundo pode ser menor e mais eficiente.

O modelo de produção da parcela do PA Canudos tem como princípio a produção agroecológica e agroflorestal (Cardoso *et al.*, 2013). O fundo da Fotografia B (Figura 14) mostra parte da floresta em processo de revitalização com o objetivo de fornecer frutos para processamento e comercialização (baru, cupuaçu, manga). A produção e comercialização é sustentada, em

parte, pelo sistema CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura). A proposta do assentado é de produzir no sistema de agroecologia e agrofloresta.

Figura 14 (A, B e C) – Hortaliças e fruta (**sem venenos**)
no PA Canudos – Palmeiras de Goiás-GO (2021)



Fonte: Specian (2021).

A sigla CSA é uma referência em inglês – *Community Supported Agriculture*. Um breve histórico desse modelo pode ser encontrado em Junqueira e Moretti (2018). As primeiras experiências são relatadas para o Japão e posteriormente difundidas na Europa e nos EUA. No Brasil, as primeiras experiências são registradas no ano de 2011.

Os propósitos fundamentais das CSAs são de produzir alimentos livres de venenos (agricultura orgânica) e de aproximar os produtores dos consumidores, valorizando os primeiros e diminuindo o preço dos alimentos (saudáveis) para os consumidores. Junqueira e Moretti (2018) resumem um pouco da ideologia da CSAs:

Entram em cena não apenas necessidades, demandas e expectativas dos consumidores quanto à oferta de alimentos mais saudáveis, íntegros, frescos e naturais, mas também formas alternativas de organização dos circuitos de distribuição agroalimentar e expressões políticas ativas em relação a defesa, promoção e proteção da biodiversidade, da economia familiar, do desenvolvimento sustentável e endógeno do local e do combate aos desperdícios,

à poluição ambiental e ao uso abusivo ou desregrado dos recursos naturais (Junqueira; Moretti, 2018, p. 517-518).

Experiências de CSA no Brasil podem ser encontradas nos trabalhos de Moraes (2019) e Matzembacher e Meira (2020). No PA Canudos a experiência é desenvolvida há cerca de um ano (2020) e conta com o apoio de 30¹ coagricultores. Utilizamos as palavras do responsável pela produção de alimentos que é repassada para famílias de Goiânia-GO:

Em um ano já produzimos alimentos saudáveis que foram compartilhados com muitas pessoas no assentamento, nas periferias de Goiânia em forma de doação e na forma de comercialização no ponto de vendas em parceria com igrejas São Judas Tadeu, e é via CSA, onde participam mais de 30 coagricultores que muitos afetos e amizades estão sendo cultivados. Seguiremos esta caminhada que é longa, porém necessária. Não tenho nada a reclamar ou pedir, só tenho de agradecer a cada uma, e cada um acredita no projeto de alimentar a humanidade com alimentos saudáveis” (Agricultor – PA Canudos, não identificado, 2020).

A conservação do Cerrado e a permanência dos camponeses em seus lugares/terras só são possíveis se a pauta alimentar mudar de foco, separando alimentos de *commodities* agrícolas e distinguindo soberania alimentar de segurança alimentar.

1 Em 2021, esse número chegou a 51 coagricultores, conforme apresentado no último capítulo deste livro.

Capítulo 3

Assentamento Canudos

**Resistência socioambiental
de um território cercado
pelo agronegócio**



O Muro

*Não possuía mais a pintura de outros tempos.
Era um muro ancião e tinha alma de gente.
Muito alto e firme, de uma mudez sombria.
Certas flores do chão subiam de suas bases
Procurando deitar raízes no seu corpo entregue ao tempo.
Nunca pude saber o que se escondia por detrás dele
Dos meus amigos de infância, um dizia ter violado tal segredo,
E nos contava de um enorme pomar misterioso.
Mas eu, eu sempre acreditei que o terreno que ficava atrás
do muro era um terreno abandonado!*
(Barros, 1942)¹

1 O poema “O muro”, de Manoel de Barros, foi publicado, originalmente, no livro *Face imóvel*, em 1942. Na obra estavam outros 31 poemas do jovem escritor. A referência utilizada nesta citação foi retirada de um outro livro do autor – *Poesia completa* (Barros, 2010), publicado pela Editora Leya.

A poesia de Manoel de Barros é influenciada, provavelmente, pelo cotidiano de sua cidade natal – Corumbá-MS – que faz fronteira com Puerto Quijarro, na Bolívia. Escreve sobre os mistérios por detrás dos muros e sobre como o imaginário constrói cenários e as propagandas ajudam a reproduzir essas paisagens imagéticas, tanto de um lado do muro quanto do outro. Os assentamentos de reforma agrária do Cerrado transformam-se em “oásis” para o desejo do agronegócio em “avançar, ocupar e produzir” (destruir), processo que gera tensões, contradições e problemas de ordem socioambiental.

O maquinário entra na terra e em pouco tempo, a depender da área – em dois dias, ou menos, é realizada uma grande mudança: sai o pasto; a casa; a horta; os pés de pequi; baru e outras árvores do Cerrado para o (des)preparo da terra, solo nu, esperando o tempo de lançar as sementes estéreis das *commodities*, do negócio.

O desejo de transformar o “bioma improdutivo” em território do agronegócio não é exclusividade do Cerrado goiano. Certa vez, almoçando em um restaurante de Chapadão do Sul-MS, tomei um livro que estava sobre o balcão para folhear. Tratava-se de uma monografia de graduação que contava a história da formação daquela cidade, desmembrada de Cassilândia-MS. Na epígrafe havia uma homenagem aos colonizadores, com a seguinte menção: “Aos bravos que transformaram um Cerrado pobre e improdutivo em terra/cidade de pleno desenvolvimento”.

Esse olhar sobre o Cerrado, como terra a ser conquistada ou como vazio atrás do muro, de fronteira, parece ser a visão daqueles que promovem a expansão da agricultura monopolista sobre as áreas conservadas e/ou que não estão inseridas no circuito do agronegócio². Os projetos de assentamentos passam por esse processo.

O objetivo deste capítulo do livro é analisar, com a ajuda da cartografia e das informações sobre produção agropecuária municipal, o processo de transformação das formas de uso e ocupação do solo no Projeto de Assentamento Canudos-GO (PA Canudos) e em seu entorno, desde o período das primeiras ocupações da Fazenda Palmeiras (1997), passando pela implantação do assentamento (2000) até o ano 2020. O olhar sobre Canudos tem foco no território e na territorialidade camponesa que resiste à pressão do avanço do agronegócio sobre suas fronteiras e parcelas³, produzindo alimentos e conservando o Cerrado

O recorte temporal (1997/2020) se apoia em distintos cenários para os anos de 1997, 2000, 2005, 2010, 2015, 2020, elucidando as mudanças das formas de uso do solo da antiga Fazenda Palmeiras, uma propriedade com 12 mil hectares que deu origem ao PA Canudos-GO (Figura 15) e ao próprio entorno do assentamento.

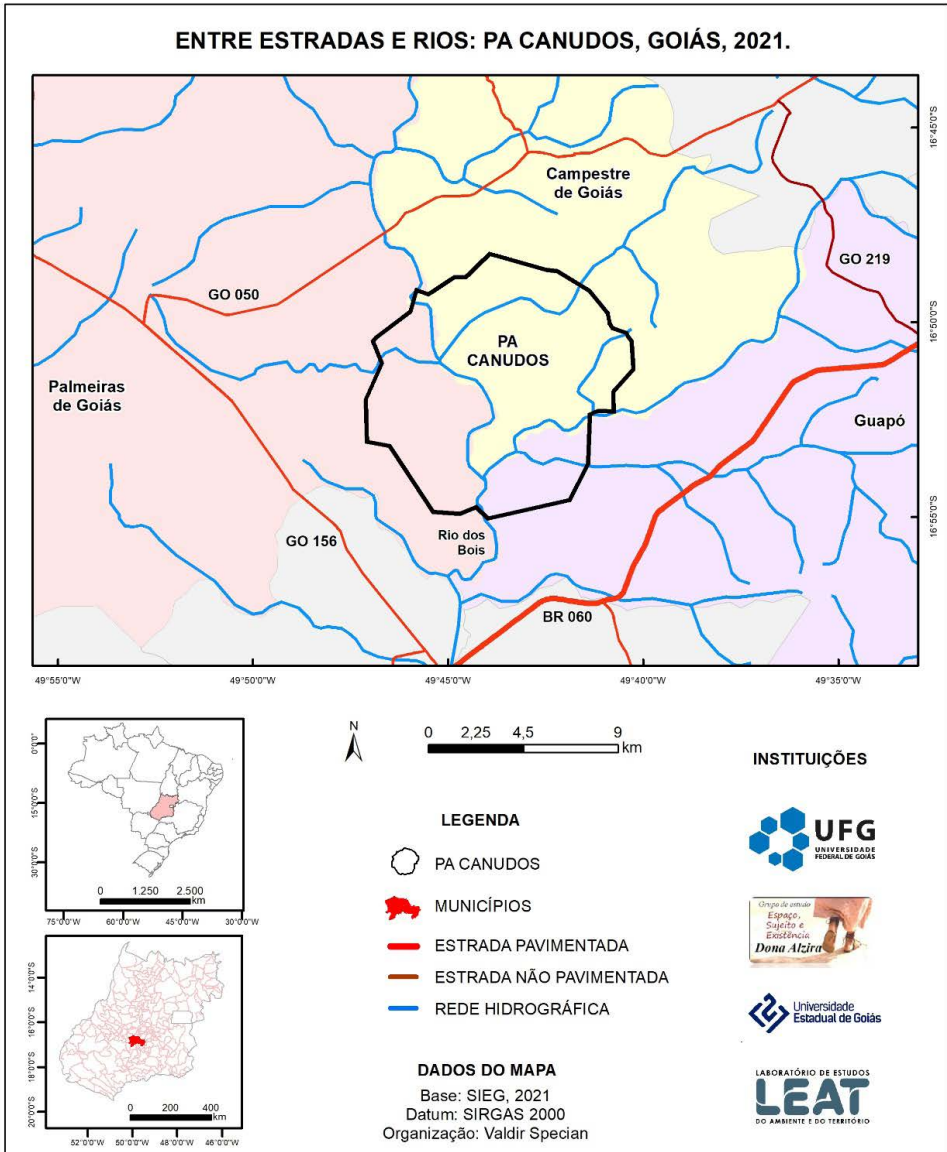
Canudos está cercado⁴ – isso não se dá apenas no sentido literal. Como cercas, limites entre propriedades. O cerco é feito pelo avanço das lavouras de soja e milho do lado de fora dos limites do assentamento e nas últimas safras, com a condição favorável para exportação de grãos. As parcelas dos assentados passam a ser alvo dos interesses daqueles que querem arrendar as terras para a produção de grãos. Os camponeses, pressionados

2 Ouvi de um plantador de soja de Primavera do Leste-MT – “Deus faz a coisa certa, alguns lugares não podem ser ocupados, não podemos desmatar e plantar, esses devem ser preservados”. Ele fazia referência ao rio que desce a Serra do Roncador, formando inúmeras quedas d’água, em direção à cidade de Barra do Garças, desaguando, em seguida, no Rio Araguaia. Como ali não é possível plantar soja – na escarpa da serra, o ideal é a conservação –, todo o resto, na concepção dele, deve ser desmatado para “produzir alimentos”.

3 O Cerco ao assentamento aumentou na safra 2020/2021 e tende a aumentar mais na safra 2021/22, considerando a demanda por soja no mercado externo e a desvalorização do real perante o dólar. O agronegócio busca novas áreas de expansão para a produção de *commodities*.

4 Canudos – nome ofertado ao assentamento, assim como vários outros projetos de assentamentos de reforma agrária espalhados pelo país – não poderia ter um nome mais sugestivo. A Canudos de Antônio Conselheiro se reproduz na resistência socioambiental promovida pelos camponeses que sofrem a pressão dos empresários da terra. A sutileza do processo difere na forma em relação à Canudos do século XIX, mas não difere dos objetivos/expulsão daqueles que vivem e produzem e se alimentam da terra.

Figura 15 – PA Canudos – localização entre rodovias e rios



Fonte: Base: Sieg, 2021; Datum: Sirgas, 2000. Organização: Specian, Valdir.

e/ou motivados por uma maior renda, acabam cedendo às propostas de arrendamento⁵.

A proximidade do PA Canudos com a Capital do Estado de Goiás (Goiânia) e o acesso rápido às rodovias pavimentadas de qualquer área do assentamento valorizam suas parcelas, gerando um processo de disputa pelas terras, apesar de tais parcelas do PA Canudos ainda não terem sido titularizadas.

Em relação à localização do PA Canudos, do ponto de vista dos órgãos públicos de planejamento, consideram-se as divisões Regionais do Brasil e/ou Regiões de Planejamento do Estado de Goiás; nestas, o PA Canudos fica dividido entre duas regiões distintas. Para a proposta de Divisão do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas (RGI) e Regiões Geográficas Intermediárias (RGINT), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), as parcelas do assentamento inseridas nos Municípios de Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás estão introduzidas nas respectivas RGIs de Palmeiras de Goiás e RGINT de Iporá e São Luís dos Montes Belos. As parcelas localizadas no município de Guapó inserem-se na RGI e na RGINT de Goiânia.

Seguindo uma proposta semelhante do IBGE, o Instituto Mauro Borges de Planejamento do Estado de Goiás (IMB-GO) divide o PA Canudos em duas Regiões de Planejamento: Região Oeste Goiano (eixo GO 060) para as parcelas localizadas nos municípios de Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás, e Região Metropolitana de Goiânia para as parcelas localizadas no Município de Guapó (IMB, 2018).

Em se tratando da divisão regional em micro e mesorregiões do IBGE de 1990, mudam-se os nomes, mas mantém-se a separação. As parcelas do assentamento localizadas nos municípios de Palmeiras de Goiás e Campestre de Goiás estão inseridas na mesorregião Sul Goiano e microrregião Vale do Rio dos Bois, enquanto as parcelas localizadas no município de Guapó respondem à mesorregião Centro Goiano e à microrregião de Goiânia (IBGE, 1990, p. 132).

Todas essas formas de dividir para planejar os espaços podem ter algumas consequências ao PA Canudos. A visita de técnicos, as reuniões de planejamento de setores dos governos, a disposição de recursos e outros podem não atender de forma igual a todos os assentados. Porém, existe uma outra barreira entre os assentados, o Rio do Bois, que divide

5 Nota-se que os arrendamentos de parcelas de assentamento constituem-se em ilegalidade.

o assentamento em duas grandes porções, uma vez que não existe uma ponte de travessia dentro do assentamento. Essa barreira hidrográfica faz com que o descolamento entre as parcelas do assentado, localizadas em cada margem do Rio do Bois, seja realizada pelas rodovias externas a Canudos: BR 060 e GOs 050 e 156.

ESTRATÉGIAS DA PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DO CAPÍTULO

A pesquisa realizada é parte da tese de doutoramento em Geografia pelo PPGGEO/UFJ⁶. Este capítulo, como parte da discussão maior, procura elucidar as mudanças da forma de uso do solo nos últimos 23 anos – desde as primeiras ocupações da área realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Da mesma forma, são avaliadas as alterações das formas de uso do solo no entorno do assentamento nesse mesmo período (1997/2020).

Para conseguir atingir os objetivos propostos, usamos as bases cartográficas disponíveis nos bancos de dados do IBGE e do Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (Sieg). O banco de imagens anuais de uso e cobertura do solo foi obtido na plataforma multi-institucional, pública, aberta e de acesso gratuito MapBiomas. As informações estatísticas foram obtidas junto ao *site* IBGE e, também, no *site* do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB-GO). As cartas-imagens foram elaboradas junto ao Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território (LEAT/UEG) por meio do Sistema de Informação Geográfica (SIG), livre e aberto, QGIS.

Foram organizadas quatro cartas-imagens para orientar e responder os objetivos propostos. A primeira com a localização da área em consideração aos eixos rodoviários de acesso, incluindo a rede hidrográfica, e outras três cartas-imagens com a evolução das formas de uso ocupação do solo, sempre comparando dois anos distintos, sendo eles: 1997/2000; 2005/2010 e 2015/2020. Esses recortes temporais com as imagens do MapBiomas foram comparados aos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE) e Produção Pecuária Municipal (PPM/IBGE) do mesmo período.

Os resultados serão apresentados conforme a organização das cartas-imagens, considerando-se a localização como indicador da pressão sobre o

6 O curso de doutoramento foi realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ), antiga Regional da UFG de Jataí.

assentamento e os demais conjuntos de cartas-imagens para cada intervalo de cinco anos, orientando-se, também, por informações bibliográficas e dados secundários que contribuem para explicar as mudanças de uso do solo.

Para refletir sobre as mudanças de uso do solo e seus efeitos, tanto no assentamento quanto no seu entorno, tomaremos como referência as discussões da Geografia Ambiental e a construção de objetos de conhecimento híbrido (Souza, 2018, 2019a, 2019b, 2020; Suertegaray, 2002, 2019). Em Souza (2020), é discutida a articulação de conceitos-chaves para a Geografia: “Território, ambiente e lugar”. Esses três conceitos contribuem para responder os dilemas vividos no assentamento, sendo: a pressão pelo território exercida pelos empresários produtores de *commodities*; a conservação do Cerrado, instruída na própria origem do assentamento (Hora *et al.*, 2019, p. 152) e, por último, as relações entre os assentados e o lugar onde vivem – o próprio PA Canudos, constituindo uma teia de convívio forjada desde a época dos acampamentos e da luta pela conquista da terra.

Para verificar os impactos socioambientais do avanço do agronegócio no entorno do assentamento, dois temas serão abordados: a quantidade de uso de agrotóxicos associadas às lavouras de grãos (Pignati *et al.*, 2017) e o número de pivôs centrais para irrigação instalados no Estado de Goiás para o ano de 2017 (IMB, 2019).

TRANSFORMAÇÕES DE UM TERRITÓRIO: A CONQUISTA DA FAZENDA PALMEIRAS E A (TRANS)FORMAÇÃO DO PA CANUDOS: 1997 A 2020

As cartas-imagens apresentadas a seguir, conforme a sequência cronológica (1997/2020), possibilitam compreender o processo de transformação das formas de uso e ocupação do Cerrado na faixa escolhida para o mapeamento, incluindo a área do PA Canudos.

O avanço da agricultura de grãos no entorno do assentamento e o “cercando deste” são a demonstração clara de que a lógica capitalista de produção no campo não encontrou “condições favoráveis” no interior do PA Canudos, pelo menos até 2020, ano do último mapeamento. Ao longo do período estudado, as duas principais culturas plantadas (soja e milho) substituíram não apenas áreas de pastagens e outras culturas, mas também remanescentes de Cerrado. A partir do ano de 2020, uma nova progressão das áreas ocupadas com soja é registrada nos municípios goianos, como em Iporá-GO (Figura 16). A soja avança e o Cerrado desaparece ou é “empurrado contra si mesmo”.

Figura 16 – Preparação de nova área para plantio de soja em substituição à pastagem – Iporá-GO (outubro/2021)



Fonte: Specian (outubro/2021).

A maior parte das parcelas do PA Canudos apresenta condições naturais favoráveis a atividades agrícolas em grande escala, água disponível do Rio dos Bois e seus afluentes e o relevo propício para mecanização. Sessenta e cinco por cento da área do PA Canudos é formada por um relevo ondulado e suavemente ondulado (Incra, 2003). A localização é privilegiada, próxima de centros de estocagem e processamentos de grãos e de um grande centro de consumo que é a região metropolitana de Goiânia. O acesso a Goiânia e Rio Verde-GO é realizado pela BR 060, rodovia que liga o sudoeste goiano, principal produtor de grãos do estado, as regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília. As distâncias das cidades de Rio Verde-GO e Goiânia não ultrapassam 180 km e 90 km, respectivamente.

O Rio dos Bois, que atravessa o assentamento, é importante para os interesses do agronegócio, pois possibilita a outorga de água para possível instalação de pivôs de irrigação. Disponibilidade de água, solos e relevo propícios à mecanização, acesso fácil aos mercados de consumo e do complexo grãos-aves-suínos de Rio Verde-GO (Pizarro, 2017) e a própria estrutura para armazenamento de grãos e abates de animais em Palmeiras de Goiás são fatores que contribuem para o interesse pelas parcelas do assentamento.

Os resultados foram subdivididos em quatro partes. As três primeiras apresentam os registros comparativos, através das cartas-imagens e dados da

produção agropecuária dos três períodos de análise (1997/2000, 2005/2010 e 2015/2020). A quarta subdivisão traz uma discussão sobre os impactos socioambientais e territoriais provocados pelo avanço do agronegócio no entorno do assentamento.

Os primeiros passos do PA Canudos: entre as ocupações e o pré-assentamento (1997/2000)

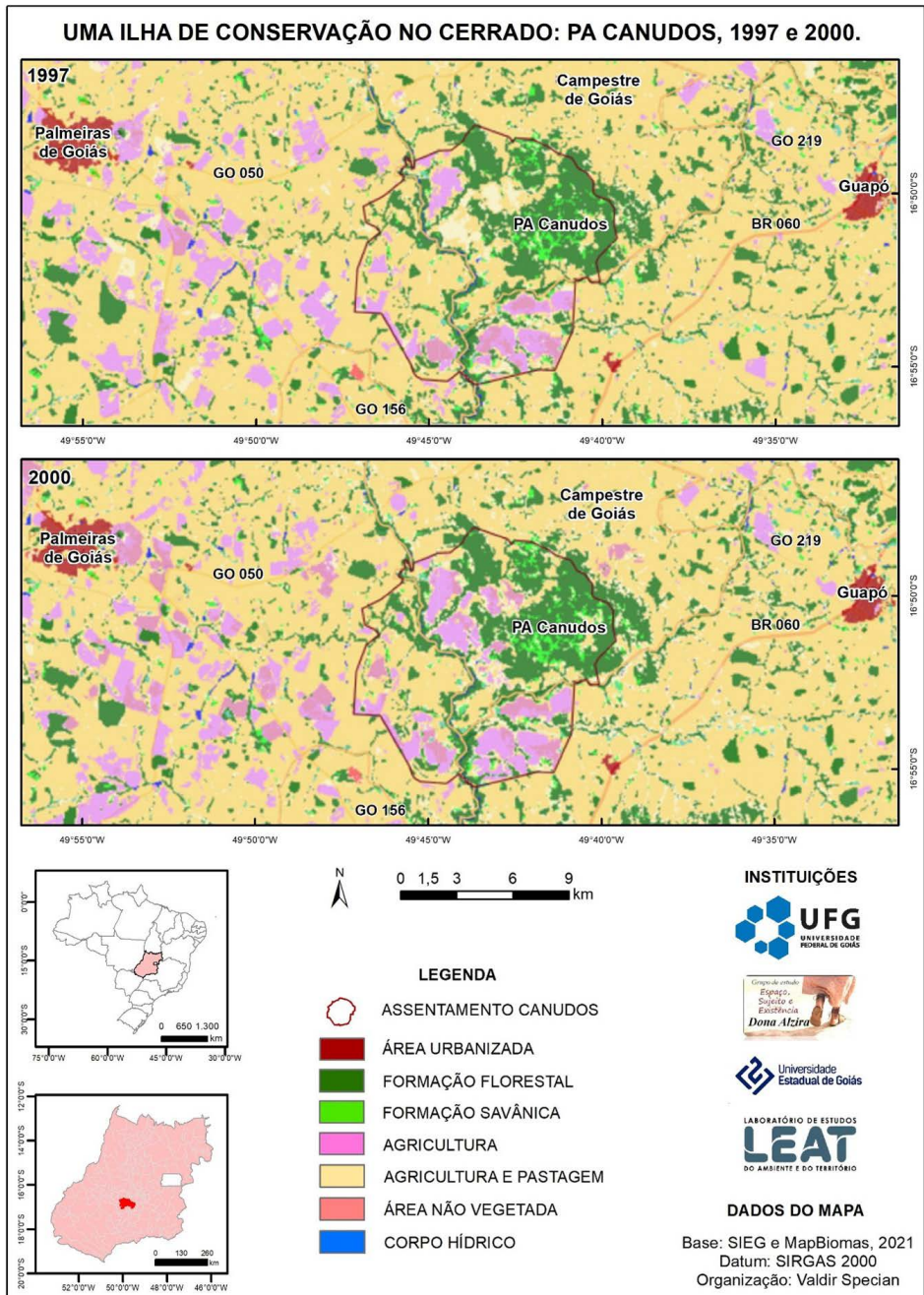
O ano de 1997 é um marco significativo no processo de luta pela terra, pois um ano antes – em 17 de abril de 1996 – aconteceu um dos maiores massacres da história recente do Brasil na luta pela terra – O Massacre de Eldorado do Carajás (PA) (Afonso, 2016; Alves, 2021)⁷.

A primeira ocupação da Fazenda Palmeiras ocorreu em outubro de 1997 – na porção da fazenda inserida no município de Guapó. O MST havia organizado um acampamento às margens da BR 060 no distrito de Varjão. Outras três ocupações foram realizadas até a desapropriação da fazenda no ano de 2000 (Hora *et al.*, 2019). A desapropriação da Fazenda Palmeiras é um marco para o MST, uma vez que a propriedade pertenceu a um dos presidentes da União Democrática Ruralista – UDR. Algumas porções da fazenda estavam arrendadas para agricultores da região que utilizavam as terras para a produção de grãos e algodão. Os arrendatários tinham interesse em permanecer na área, considerando que os contratos se estendiam para os anos subsequentes ao ano de implantação do assentamento.

Esse período, entre as ocupações realizadas pelos camponeses e a desapropriação da fazenda, se arrastou por quase quatro anos. Na divisão da Fazenda Palmeiras, localizada no município de Guapó, registravam-se as maiores porções de áreas destinadas à agricultura. Comparando os anos de 1997 (primeiras ocupações) e 2000 (desapropriação da área), parece não existirem grandes mudanças nas formas de uso e ocupação do solo. Predominam as áreas de pastagens (amarelo) manchadas pelas áreas de agricultura (rosa) e o verde da Reserva Particular do Patrimônio da Natureza (RPPN), localizadas no município de Campestre de Goiás e que ocupam 2.178 ha do total da área da fazenda (Brasil, 1992), conforme registrado na Figura 17.

7 O massacre de Eldorado do Carajás-PA ocorreu na BR 155/Curva do S. Na ocasião, 19 camponeses do MST foram assassinados pela polícia militar do Estado do Pará. Outros dois morreram no hospital. Os camponeses seguiam em marcha até a capital, Belém, para pressionar a desapropriação da Fazenda Macaxeira junto ao Instituto de Terras do Pará.

Figura 17 – PA Canudos – ocupação da terra e instalação do assentamento (1997/2000)



Fonte: Sieg & MapBiomias, 2021; Datum: Sirgas, 2000. Organização: Specian, Valdir.

As porções classificadas como áreas de agricultura, as quais aparecem no interior do assentamento, são as áreas arrendadas. Proporcionalmente, parece existir mais áreas dedicadas ao plantio de lavouras em grande escala no interior da Fazenda Palmeiras, que mais tarde iriam se transformar no PA Canudos, do que fora dos seus limites.

Conforme as informações que colhemos junto às lideranças do assentamento, para além do Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC)⁸ que viabilizou o acordo, permitindo o acesso à terra, os assentados acordaram que alguns arrendatários continuassem plantando, até que eles, os beneficiários/camponeses, tivessem recursos para investir nas unidades recém-conquistadas.

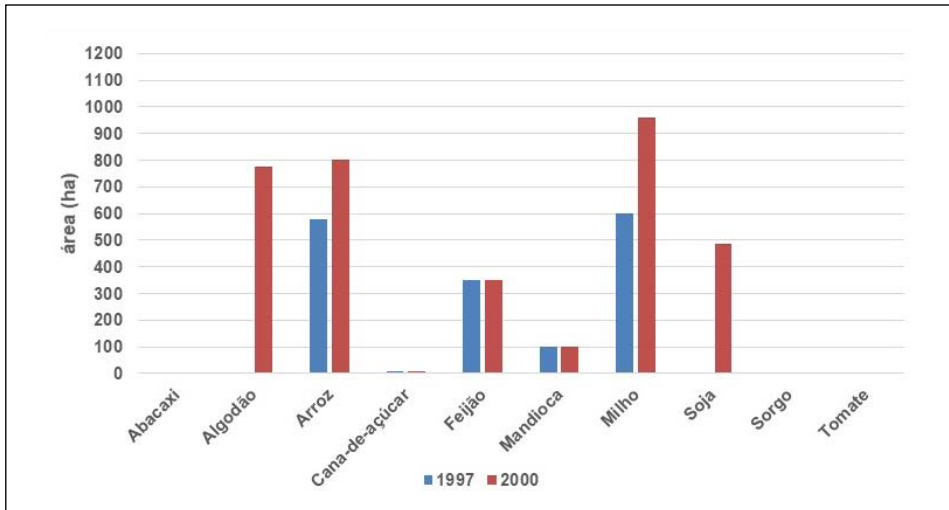
Na prática, os primeiros anos após a desapropriação da Fazenda Palmeiras e a criação do PA Canudos são marcados pela luta entre os assentados e os arrendatários. Os arrendatários originais saíram até o ano de 2003. Entre 2003 e 2005 alguns camponeses arrendaram parte dos lotes para conseguir recursos para se instalar. Cediam parte da terra para a plantação de algodão por arrendatários e estes, além de pagar, deixavam a terra preparada para o plantio do milho.

As Figuras 18, 19 e 20 apresentam um retrato do uso do solo para a produção agrícola nos três municípios que compõem o território do PA Canudos: Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás entre os anos de 1997 e 2000. O município de Campestre de Goiás tem uma área de 273,8 km² e uma população estimada de 3.662 habitantes; Guapó conta com uma área de 515,2 km² e a população estimada é de 14.206 habitantes; e Palmeiras de Goiás tem uma área de 1.539,6 km², sendo a população estimada em 29.915 habitantes (IBGE, 2021a).

O registro da Produção Agrícola Municipal – PAM para os anos de 1997 e 2000 (IBGE, 2021a) para o município de Campestre de Goiás apresenta que já nesta época a diversificação da produção não era grande, mas as áreas ocupadas com a produção de arroz e feijão eram maiores (arroz) ou proporcionais à área ocupada com soja. Destaque para a produção de milho e algodão para o ano 2000.

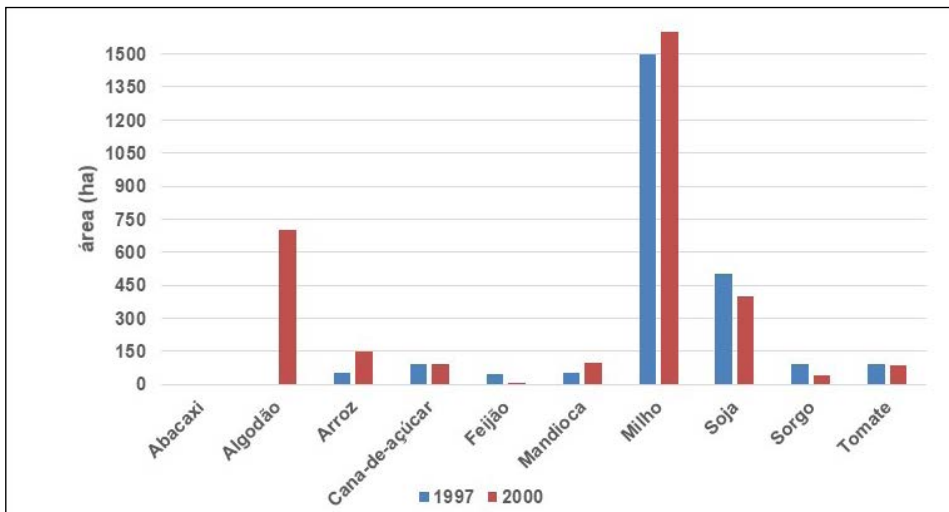
8 O TAC foi firmado entre o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em conjunto com as famílias de assentados (Hora *et al.*, 2019, p. 152). A preocupação do MPF era de que a RPPN da Fazenda Palmeiras fosse ocupada e desmatada pelos novos moradores da área.

Figura 18 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Campestre de Goiás-GO para os anos de 1997 e 2000



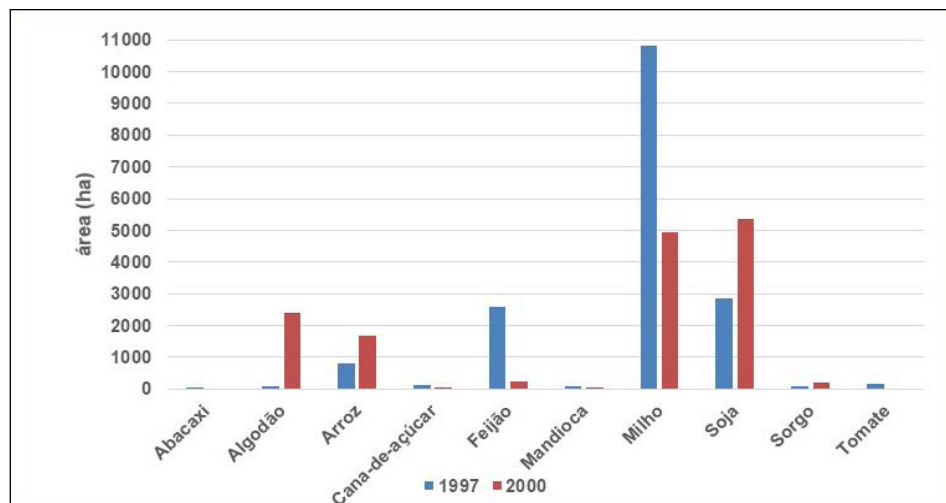
Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

Figura 19 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Guapó-GO para os anos de 1997 e 2000



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

Figura 20 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Palmeiras de Goiás-GO para os anos de 1997 e 2000



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

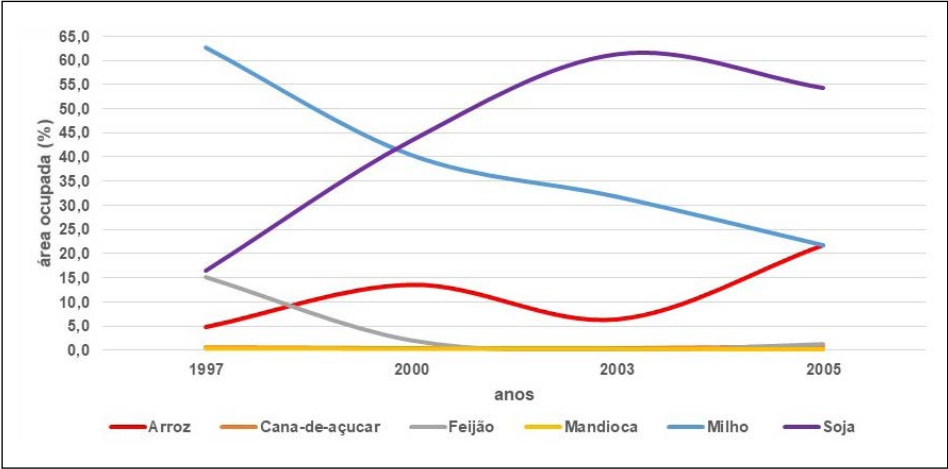
Para o município de Guapó, apesar da diversidade ser maior em relação a Campestre de Goiás, a disposição de áreas de produção da maioria das culturas não ultrapassa os 150 ha. O milho é a cultura de maior destaque com uma área ocupada de 1.500 ha no ano de 2000 (Figura 19).

No município de Palmeiras de Goiás, ainda que exista diversidade de cultivos, prevalecem as áreas de soja e milho nos anos de 1997 e 2000 (Figura 20).

Entre as informações apresentadas sobre a PAM (IBGE, 2021a) foram escolhidas as lavouras com maior relevância para as áreas de cultivo agrícola nos municípios. Ao longo dos 23 anos, a área ocupada por soja, sobretudo no Município de Palmeiras de Goiás, aumenta em detrimento das áreas usadas para outros tipos de culturas. A Figura 21 apresenta a variação do uso de área para a produção de diversas culturas ao longo do período 1997/2005 para Palmeiras de Goiás. As áreas limítrofes com o PA Canudos nesse município são as que mais recebem lavouras de grãos.

O recorte 1997/2005 apresentado na Figura 21 permite comparar a tendência do período. Para os anos subsequentes, essa variação será mostrada intercalando os períodos estabelecidos para a análise. O que se destaca na Figura 21 é o aumento da área com soja e a redução da área de milho, ao mesmo tempo que ocorre um incremento para as áreas usadas para o plantio de arroz.

Figura 21 – Variação do percentual de áreas ocupadas por lavouras temporárias em Palmeiras de Goiás-GO (1997/2005)



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

Quando analisamos o quantitativo de gado (bois) para os três municípios no mesmo período, ocorreu uma elevação entre 1997 e 2005. Os dados da Produção da Pecuária Municipal (IBGE, 2021b) mostram que, respectivamente, os municípios de Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás aumentaram seus rebanhos em 27%, 13% e 13%. Os resultados sugerem que ocorreu uma pressão para abertura de novas áreas para a expansão da pecuária e da agricultura. O Quadro 3 apresenta a variação do rebanho bovino para todo o período de estudo (1997/2020).

Quadro 3 – Variação do rebanho bovino (cabeças) para os municípios de Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás-GO para o período 1997/2020

Municípios	Anos									
	1997	1998	2000	2005	2008	2010	2013	2015	2018	2020
Campestre de Goiás	24.655	25.148	22.182	31.300	27.170	26.300	28.725	33.420	33.850	36.420
Guapó	56.000	56.300	53.500	63.220	58.800	60.010	69.100	68.250	74.889	70.876
Palmeiras de Goiás	135.570	153.940	144.500	153.640	147.620	156.300	156.500	151.250	160.685	157.847

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal – IBGE (2021b).

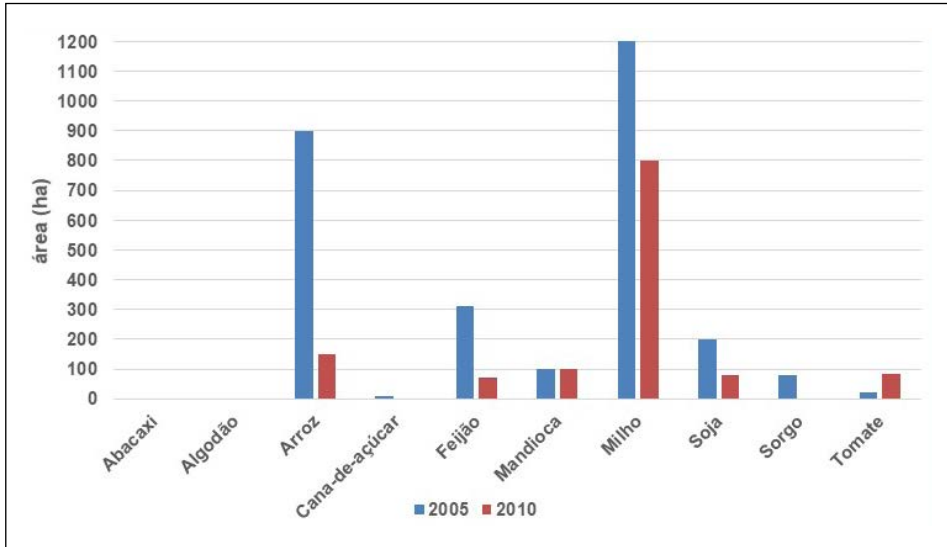
Se as taxas de variação do quantitativo de gado forem diluídas ao longo dos anos, é possível verificar que o setor não tem grandes avanços, sendo que, em alguns períodos, ocorre redução do rebanho dos municípios.

PA Canudos – a retirada dos arrendatários e a consolidação do assentamento (2005/2010)

Um assentamento rural é, pela natureza de sua constituição, um território de resistência. Visto que o processo de (re)conquista da terra é feito com luta, muitos assentados da reforma agrária passam anos nos acampamentos, em um processo de ocupação e de desocupação de fazendas, até que efetivamente essas áreas (fazendas) sejam compradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

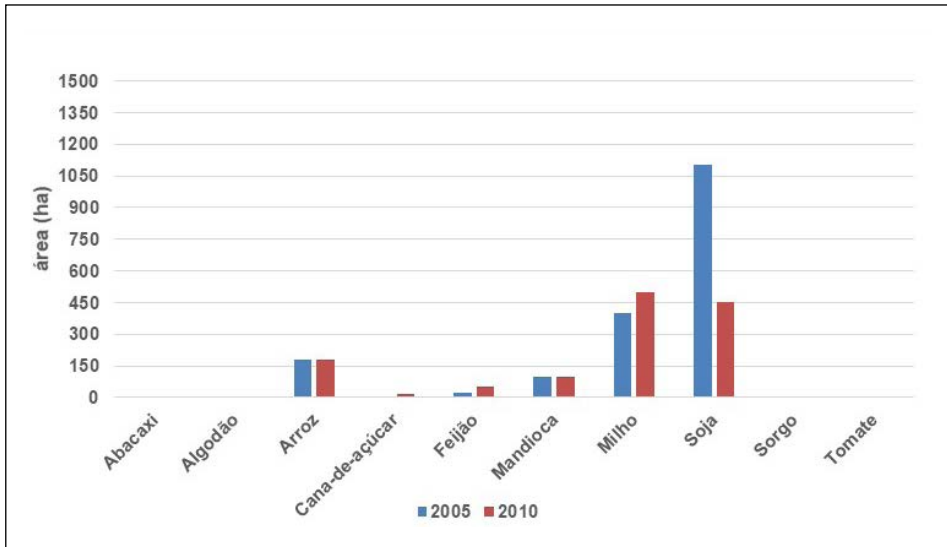
Em um país que não conseguiu avançar com um projeto de reforma agrária, apesar de suas vastas extensões territoriais, os pequenos “proprietários de terra” e/ou assentados pela reforma agrária são vistos como um entrave ao projeto de expansão da agricultura em grande escala. No caso de Goiás, a pressão sobre áreas propícias ao plantio de *commodities* agrícolas avança por todo o território, sejam áreas de reservas e/ou assentamento constituídos. As Figuras 22, 23 e 24 apresentam os quadros comparativos entre os anos de 2005 e 2010 em relação à Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE, 2021a). A primeira comparação com o período anterior (1997/2000) mostra que houve uma diminuição da área de produção das culturas, sobretudo arroz e feijão. A exceção é a área plantada com soja, que aumenta no município de Palmeiras de Goiás, mantendo a tendência registrada no período anterior.

Figura 22 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Campestre de Goiás-GO para os anos de 2005 e 2010



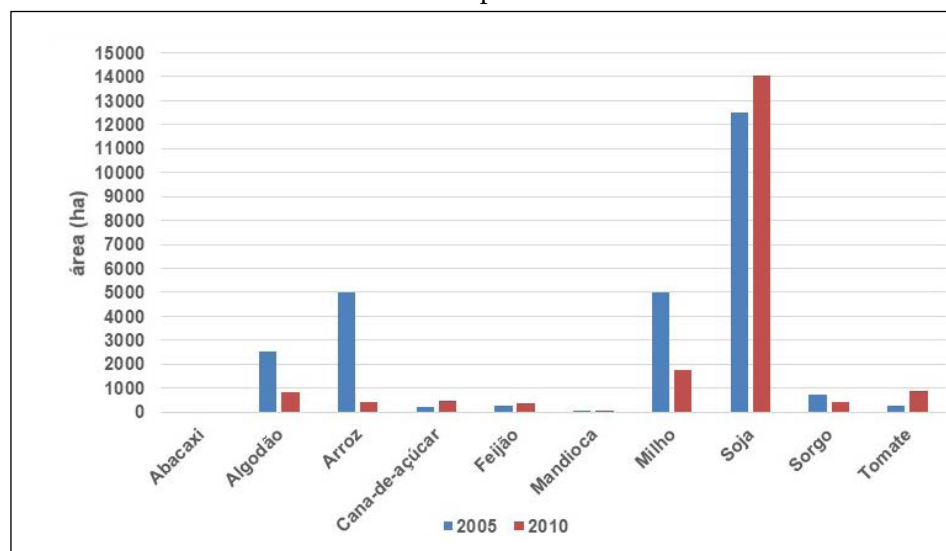
Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

Figura 23 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Guapó-GO para os anos de 2005 e 2010



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

Figura 24 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Palmeiras de Goiás-GO para os anos de 2005 e 2010

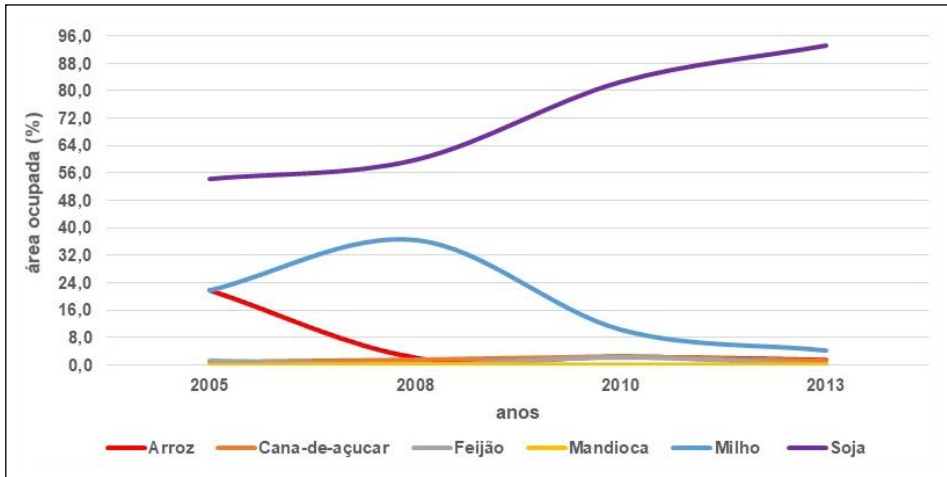


Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

A Figura 25 apresenta a variação do percentual de área ocupada pelas principais culturas para o Município de Palmeiras de Goiás (2005/2013). A tendência verificada no período anterior (1997/2005) se mantém. A soja passa a dominar as áreas destinadas para a agricultura, enquanto algumas culturas, como feijão e arroz, desaparecem no gráfico. Considerando que não houve variação significativa no rebanho bovino de Palmeiras de Goiás e com o apoio da carta-imagem comparativa do uso do solo para os anos 2005 e 2010 (Figura 26), é possível constatar que a principal *commodity* agrícola brasileira passa a dominar o espaço rural do município.

Em relação aos dados da Produção Agropecuária Municipal, o aumento do rebanho no período 1997/2005, relatado na página 115 e no Quadro 3, contrasta com os resultados obtidos para a comparação dos anos de 2005 a 2013, em que ocorre uma redução dos números de cabeças para Campestre de Goiás, -8% e uma baixa variação positiva para Guapó e Palmeiras de Goiás, sendo 9% e 2%, respectivamente. Se a comparação for realizada para o período 2005/2010, ocorre uma redução dos rebanhos em -16% para Campestre de Goiás; -5% para Guapó e uma variação positiva de 2% para Palmeiras de Goiás. Essa redução não impediu a instalação de uma unidade do Frigorífico Minerva no município de Palmeiras de Goiás em junho de 2004.

Figura 25 – Variação do percentual de áreas ocupadas por lavouras temporárias em Palmeiras de Goiás-GO (2005/2013)



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

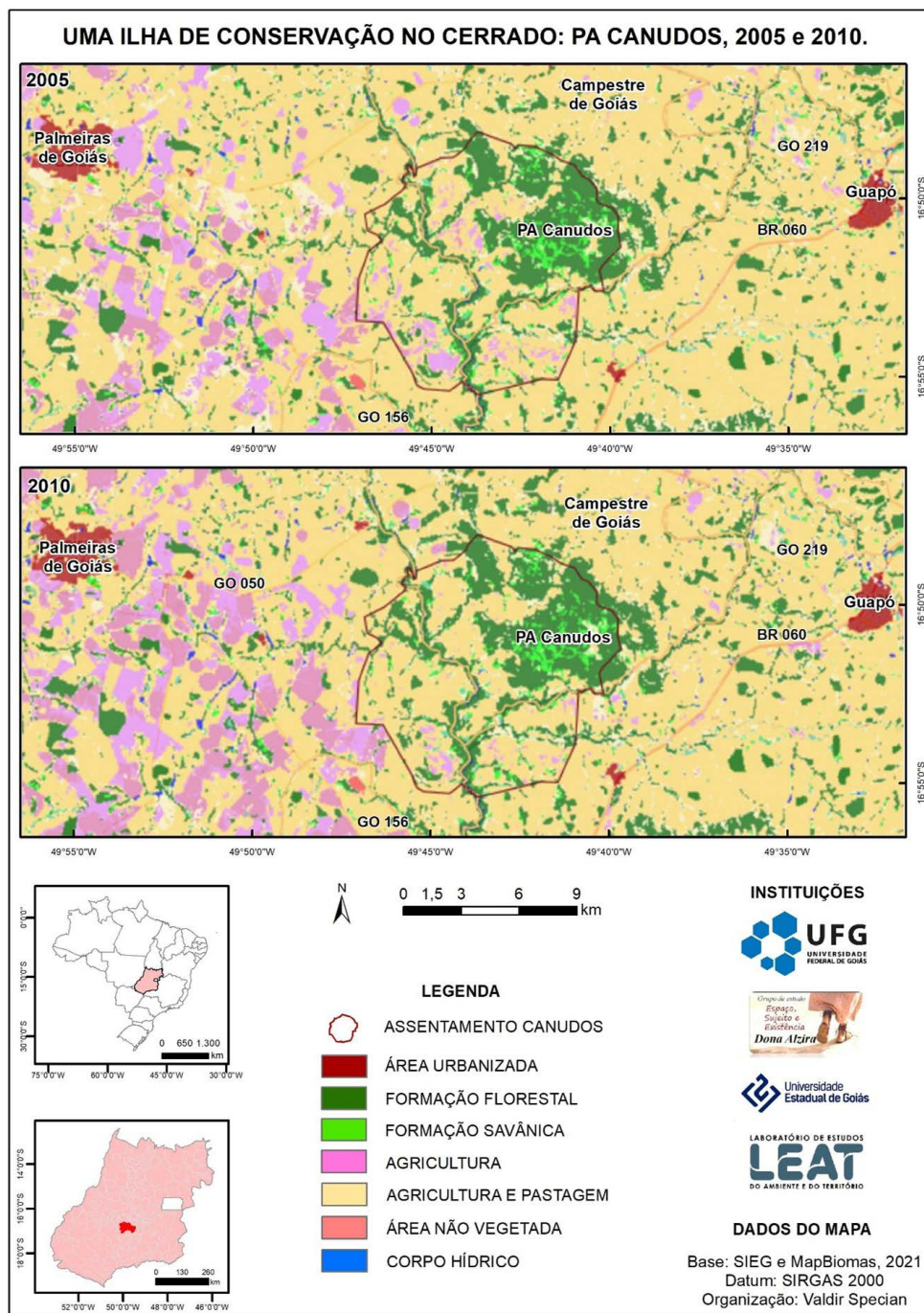
A Figura 26 deixa claro que a consolidação do PA Canudos é, também, uma marca para a conservação das áreas de reservas que foram criadas com a constituição do assentamento e/ou que já existiam. As parcelas de 17 hectares, organizadas radialmente e incluindo áreas de reserva legal e permanente, contrastam com o entorno do assentamento, caracterizado pelo avanço contínuo das lavouras de grãos, sobretudo soja”.

No ano de 2010, poucos remanescentes de agricultura em larga escala (rosa) persistem no assentamento, se comparados ao ano de 1997, quando ocorreram as primeiras ocupações da Fazenda Palmeiras. O assentamento está fora do circuito do agronegócio, indicando que os assentados buscam formas de produzir alimentos e viver na terra que lhes foi concedida.

Nesse mesmo ano, 2010, na fração do assentamento localizado em Palmeiras de Goiás, é visível o avanço da agricultura de grãos em áreas que fazem divisa com o PA Canudos. Uma nova realidade se desenha, o avanço do agronegócio nos limites do assentamento. Essa frente de mudança nas formas de uso do solo no entorno do assentamento continuaria ao longo do período 2010/2020⁹.

9 O avanço da área plantada de soja continuou nos anos seguintes, substituindo áreas de pastagens e Cerrado para o plantio de soja e milho (safrinha).

Figura 26 – PA Canudos – Uso e ocupação do solo no assentamento e no seu entorno (2005/2010)



Fonte: Sieg & MapBiomias, 2021; Datum: Sirgas, 2000. Organização: Specian, Valdir.

O avanço do agronegócio nas fronteiras do PA Canudos: pressão, resistências e transformações (2015/2020)

Os assentados do PA Canudos em sua origem negociaram com arrendatários a instalação do assentamento. A antiga Fazenda Palmeiras havia arrendado porções mais planas de sua área para a produção de lavouras de grãos e algodão – *commodities* para exportação. O acordo entre os assentados e os arrendatários, assistido pelo TAC, permitiu a saída efetiva desses arrendatários e a “posse” definitiva da terra pelos assentados.

No último ano de análise de dados (2020), a pressão sobre os assentados para arrendamento de áreas das unidades produtivas voltou a ser tema de discussão.¹⁰ O modelo agrícola brasileiro e o poder do agronegócio no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2018 no governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro no âmbito federal e no estado de Goiás com o Governo de Ronaldo Ramos Caiado, aliados à demanda por soja pela China e à desvalorização do real em relação ao dólar, provocam uma “nova corrida” em busca de novas áreas para o plantio de *commodities* agrícolas. Isso ocorre não apenas nas áreas de expansão agrícola, como no caso da fronteira dos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – Matopiba (Medonça, 2021)¹¹, mas também em áreas consolidadas no Cerrado goiano, como o caso de Palmeiras de Goiás, Guapó e Campestre de Goiás, municípios que abrigam o PA Canudos.

No trabalho de campo (2021) foi apurado que algumas parcelas do assentamento estão sendo preparadas para o plantio de soja, safra 2021/2022 (Figura 27 – A e B). Chama a atenção que não existe preocupação com o terraceamento de solos, mesmo que a inclinação da vertente sugira o uso dessa prática de conservação.

A última carta-imagem, recorte do período analisado, compara os anos de 2015 e 2020 (Figura 28). O agronegócio chegou na “cerca do assentamento” e quer “ocupar”. O avanço se deu a partir do município de Palmeiras de Goiás, a imagem (2020) repete essa tendência. Se voltarmos ao texto e analisarmos a Figura 17 (1997), é perceptível que havia, proporcionalmente, mais áreas destinadas à agricultura em grande escala no interior do assentamento

10 Neste capítulo focamos a questão espacial do avanço do agronegócio em direção ao assentamento e os possíveis impactos sobre a questão ambiental. No último capítulo do livro será discutido como esse avanço se territorializa e quais as implicações disso para o futuro do assentamento.

11 Neste artigo, a autora destaca o processo de financeirização da terra no Matopiba.

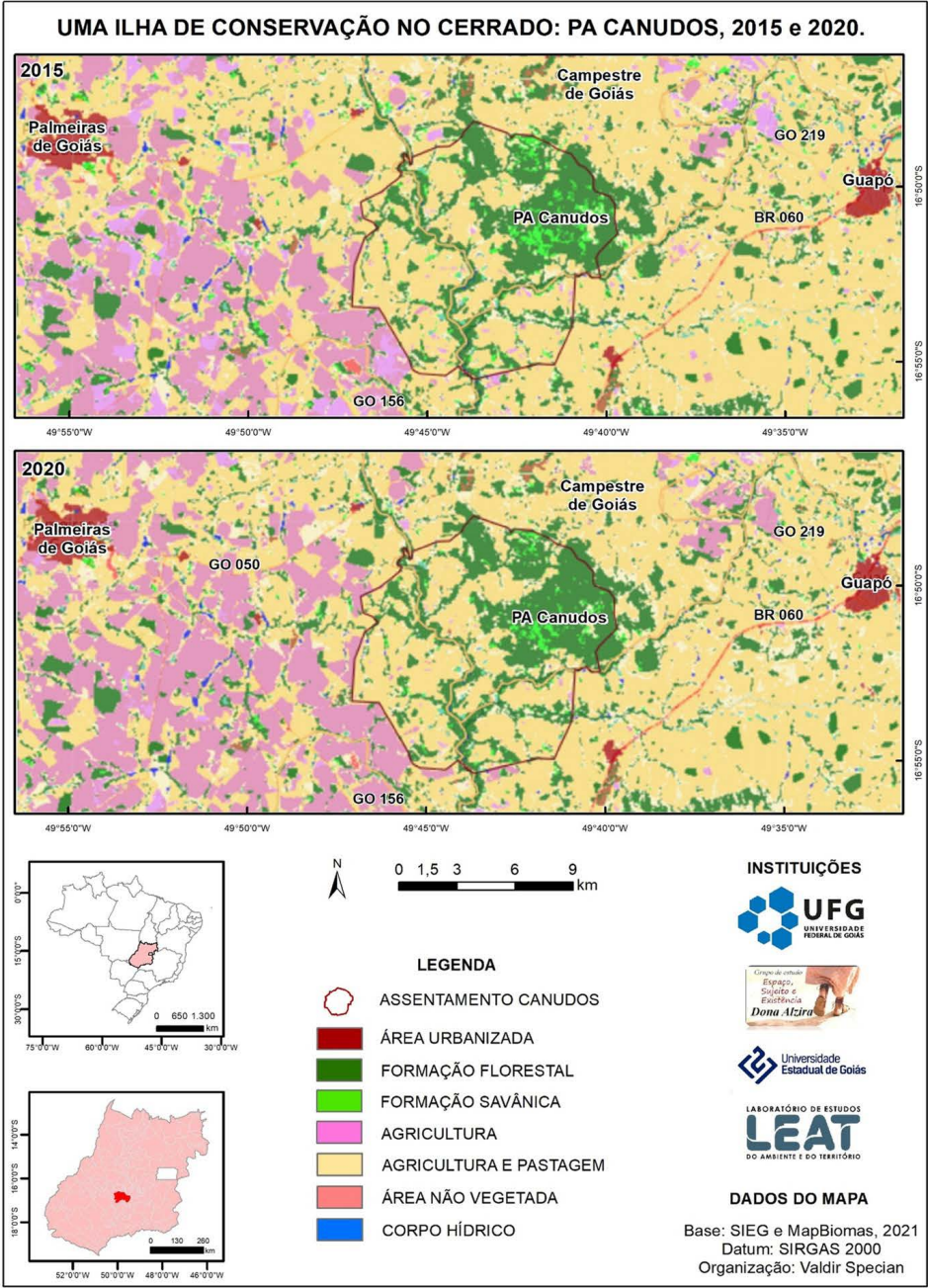
do que no entorno deste. A situação muda completamente no ano de 2020. A imagem do ano de 2020 (figura 28) não foi capaz de captar, mas já existem unidades no assentamento sendo usadas para o plantio de soja.

Figura 27 A e B – Preparação do solo para o plantio de soja em parcela do PA Canudos (2021)



Fonte: Specian (2021).

Figura 28 – Avanço do agronegócio nas fronteiras do PA Canudos (2015/2020)



Fonte: Sieg & MapBiomias, 2021; Datum: Sirgas, 2000. Organização: Specian, Valdir.

Em 2015, o PA Canudos apresentava-se como uma ilha de conservação do Cerrado em “meio ao mar” de avanço do agronegócio. Em 2020, esse mar quer ocupar a “costa dessa ilha” e incorporar a mesma monotonia singular do verde da lavoura de soja.

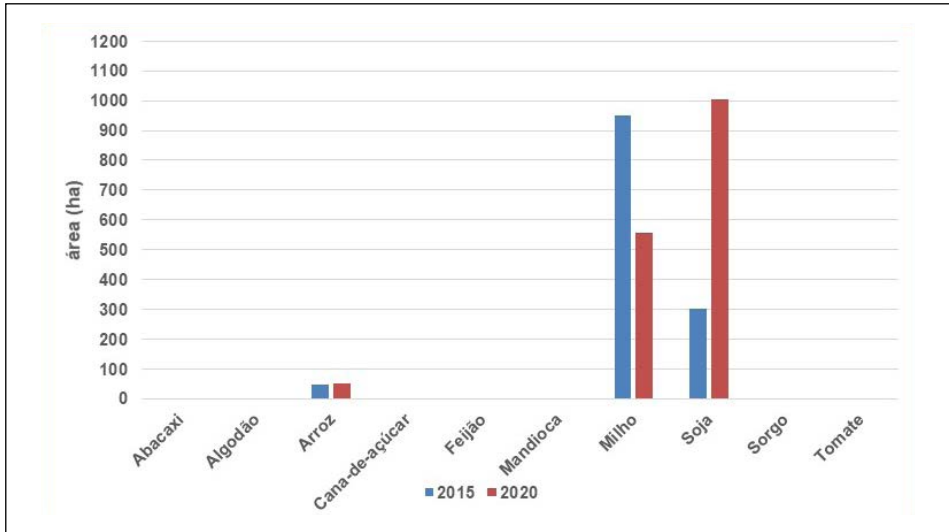
Ressalta-se que as porções do assentamento nos municípios de Guapó e Campestre de Goiás abrigam uma RPPN e a maior parte das reservas legais previstas no TAC. Além das reservas, sobre pressão, que impedem o avanço da soja, é fundamental destacar que o relevo dos municípios de Guapó e Campestre de Goiás, ao menos nas áreas limítrofes com o PA Canudos, não são propícios à mecanização. A pressão maior ocorre nas unidades do assentamento no Município de Palmeiras de Goiás.

As Figuras 29, 30 e 31 revelam essa opção pelas *commodities* agrícolas nos três municípios. Ao longo dos anos (1997/2020), as lavouras de arroz, feijão e mandioca foram perdendo espaço para as principais *commodities* agrícolas, milho e soja. Entre os três municípios, o que mantém alguma diversificação é Guapó (IBGE, 2021a). Para Palmeiras de Goiás, a diferença entre 2015 e 2020 é dada pelo aumento da área de plantio de milho, ocupando o lugar da soja. A tendência de deixar de produzir culturas ligadas ao hábito alimentar dos brasileiros para produzir culturas para exportação não é apenas para a área de estudo, e sim para o Brasil. O feijão, como exemplo, aumentou a área de produção na região Nordeste do Brasil, mas diminuiu nos principais centros produtores do restante do país (Coêlho, 2018).

A realidade do Brasil, que expõe uma diminuição das áreas de produção de alimentos do cotidiano dos brasileiros e o aumento da fome, não é descolada do resto no planeta. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a fome está aumentando no mundo, apesar dos esforços da própria FAO para combater o problema. Entre as causas apontadas estão os conflitos armados em diversos países e os impactos negativos das mudanças climáticas (Konuma, 2019, p. 97).

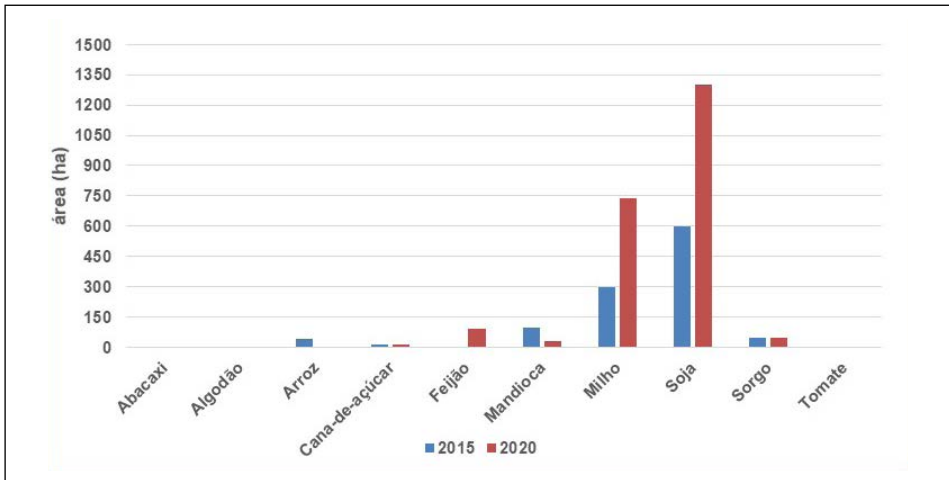
As mudanças climáticas apontadas por Konuma (2019) como uma das responsáveis pelo aumento da fome têm relação estreita com o Brasil e com o Cerrado. O avanço do agronegócio sobre novas áreas de Cerrado tem impacto direto no desmatamento, que por sua vez impacta os mananciais de água e a capacidade produtiva do próprio agronegócio. O Cerrado (bioma) morre, os rios secam e a fome aumenta.

Figura 29 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Campestre de Goiás-GO para os anos de 2015 e 2020



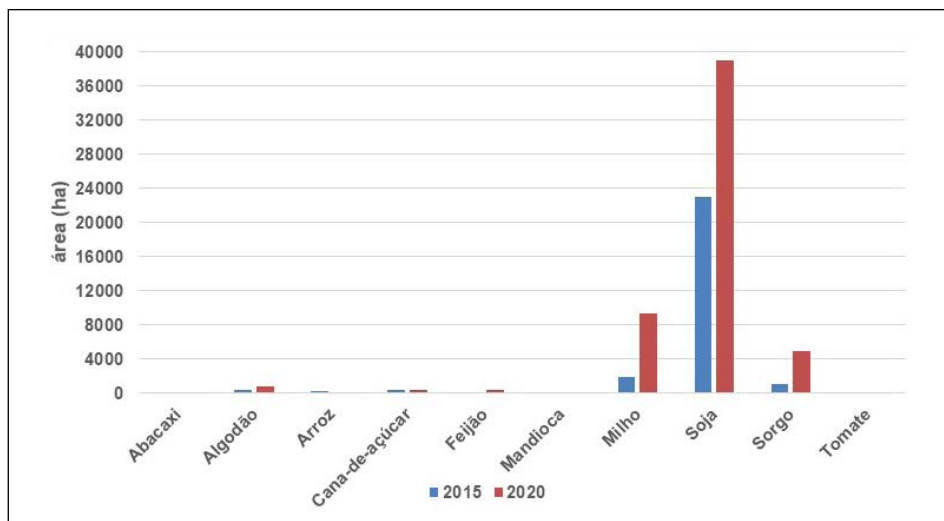
Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

Figura 30 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Guapó-GO para os anos de 2015 e 2020



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a).

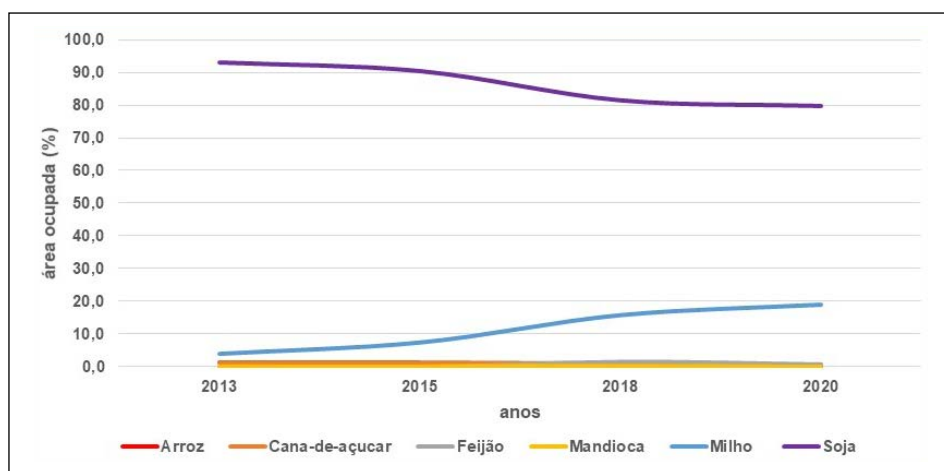
Figura 31 – Produção Agrícola Municipal (PAM) do município de Palmeiras de Goiás-GO para os anos de 2015 e 2020



Fonte: Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021a)

Em específico, a análise dos dados para a Produção Agrícola Municipal no período 2013/2020 para o Município de Palmeiras de Goiás (IBGE, 2021a) sinaliza a opção do município para a produção de soja e milho (Figura 32).

Figura 32 – Variação do percentual de áreas ocupadas por lavouras temporárias em Palmeiras de Goiás-GO (2013/2020)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) para os anos de 2013, 2015, 2018 e 2020 – IBGE (2021a).

As Figuras 33 (A, B e C) a seguir apontam as mudanças nos tipos de cultivo de lavouras temporárias e área ocupada para os três municípios que abrigam o PA Canudos ao longo do período estudado (1997/2020). Os valores estão apresentados em hectares. O cultivo de soja sobressai nos três municípios. O montante de arroz cultivado não ultrapassa 100 hectares em nenhum dos municípios. O feijão é cultivado em 370 hectares em Palmeiras de Goiás e 90 hectares em Guapó.

Ao longo do mesmo período ocorreu um incremento de 47,7%, 26,6% e 16,4% de rebanho bovino para os três municípios, respectivamente, Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás.

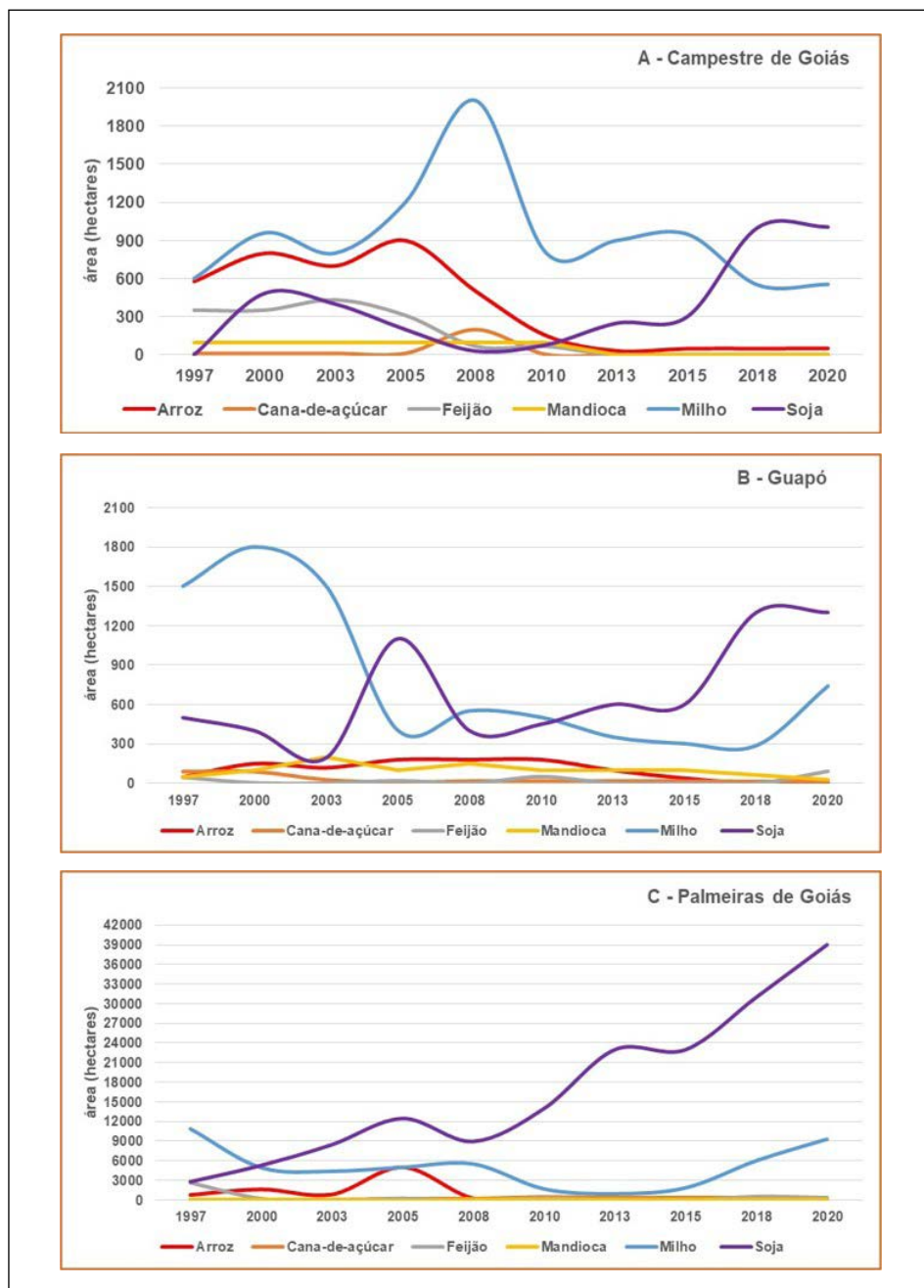
Essas informações mostram que o agronegócio continua a avançar nos municípios, ocupando remanescentes de Cerrado e, agora, pressionando as parcelas do PA Canudos e, conseqüentemente, as áreas de reserva do assentamento.

O agronegócio usa grandes áreas para o cultivo das *commodities* de soja e milho. As máquinas e implementos utilizados foram projetados para atuar em grandes áreas. O custo desse tipo de maquinário não corresponde ao ganho de camponeses assentados. Portanto, a manutenção da parcela de assentamento só é possível com a produção em outra escala e com a conservação dos recursos naturais disponíveis. Entre os recursos, a água é essencial. Em *Ecologismo dos pobres*, Alier (1997) assinala:

Muitos dos conflitos sociais dos dias de hoje, do mesmo modo como ao longo da história, estão conotados por um sentido ecológico, sentido esse aprofundado quando os pobres procuram manter sob seu controle os serviços e os recursos ambientais que necessitam para sua subsistência, ante a ameaça de que passem a ser propriedade do estado ou propriedade privada capitalista (Alier, 1997, p. 347).

O PA Canudos e as unidades camponesas ao longo desse tempo buscaram produzir para o próprio consumo e para venda do excedente: mandioca e derivados (farinha, polvilho); rapadura; leite e derivados (queijo, requeijão, doces à base de leite); carne (suína, bovina, frango); hortaliças; frutas; artesanatos e outros. Uma área de 12.000 hectares que servia a poucas famílias (“proprietários” e arrendatários) passou a servir 329 famílias de pequenos agricultores/camponeses (Hora, 2019).

Figura 33 – Variação da área ocupada (hectares) por lavouras temporárias nos Municípios de Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás-GO no período de 1997 a 2020



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) para os anos de 1997 a 2020 - IBGE (2021a).

Os impactos socioambientais do avanço do agronegócio

Os inúmeros trabalhos no campo da Geografia e/ou da Sociologia que estudam as transformações no campo, seja no passado ou no presente, apontam que o avanço das *commodities* sobre as áreas remanescentes de Cerrado desarticula os territórios já constituídos. Diferentemente do que se propaga, o Cerrado está ocupado, seja por ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos ou outras comunidades tradicionais. Os complexos agroindustriais podem até contribuir para o PIB do Brasil, mas deixam um rastro de exclusão, desalento, de natureza morta e desigualdade social (Ribeiro, 2008).

Para Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), o “agro não é *tech*, o agro não é *pop* e muito menos tudo”. Os autores apresentam uma discussão que contraria a propaganda do agronegócio. Destacamos a questão da soberania alimentar:

O ano de 2020 possibilitou o aparecimento de um *enigma* na sociedade brasileira. Não que esse enigma não existisse na história nacional, mas ele ficou mais evidente: o país bateu recordes de produção agrícola e pecuária, ao passo que os preços dos alimentos subiram de forma avassaladora e a fome voltou a ser uma realidade cotidiana. A elucidação desse enigma seria fácil? A explicação lógica para essa realidade estaria na excepcionalidade do ano pandêmico com a exigência do isolamento social? Não! A produção agropecuária, como atividade naturalmente essencial, não parou durante a pandemia. Então, quer dizer que o Agro que é *tech*, *pop* e *tudo* não produz com foco no abastecimento do mercado interno? Sim! (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 32).

Os autores apresentam dados de geração de emprego e renda nos diversos setores da economia e concluem que o setor do agronegócio fica em último lugar, se comparado ao comércio, serviços e indústria, tanto em relação aos postos de trabalho gerados, quanto à renda média dos trabalhadores (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021).

No Cerrado, os impactos do avanço do agronegócio são sentidos na pressão sobre os recursos hídricos. A produção é cada vez mais dependente da irrigação, ao mesmo tempo que os rios e pequenos riachos tendem a desaparecer com o avanço das lavouras, uma ameaça a “complexa teia hídrica do Cerrado”, conforme aponta Barbosa (2014, p. 2). Os rios desaparecem em virtude da erosão dos solos, do assoreamento e da incapacidade desses solos, sem proteção, em armazenar água.

O que está em jogo são os recursos naturais e a possibilidade de dominação desses recursos. Entre os recursos, a água é um dos mais cobiçados. Os dados mostram que o Município de Palmeiras de Goiás não está entre aqueles que mais mantêm pivôs de irrigação (IMB, 2019), mas a procura aumenta, visto que os recursos hídricos do PA Canudos, o Rio do Bois e seus afluentes são a parte mais interessante da “vitruve que o agronegócio namora”. O município de Palmeiras de Goiás está em 12º no *ranking* de quantidade de pivôs centrais instalados, com uma área irrigada de 3.209 ha, e a Bacia do Rio dos Bois, que corta o assentamento, já é a 5ª em quantidade de pivôs instalados (IMB, 2019).

Ao mesmo tempo que se retira a vegetação, exporta-se a água na forma de carne, soja e milho, deixa-se um volume considerável de veneno no próprio solo, nas águas e nas pessoas que vivem nesses territórios. Os trabalhos de Pignati *et al.* (2014, 2017) trazem um balanço da quantidade de uso de veneno nas lavouras do agronegócio e os impactos para a saúde coletiva e para o ambiente. Com base nessas informações, é possível dimensionar a quantidade de veneno lançado nas lavouras dos três municípios onde se territorializa o PA Canudos (Quadro 4).

Quadro 4 – Quantidade de agrotóxicos (venenos) lançados nas lavouras de milho e soja nos municípios limítrofes ao PA Canudos – Anos de 2019 e 2020.

Municípios	Área de produção (hectares)				Referência		Consumo total de Agrotóxicos (litros)/safra			
	2019		2020		Agrotóxicos (l/ha)		2019		2020	
	Milho	Soja	Milho	Soja	Milho	Soja	Milho	Soja	Milho	Soja
Campestre de Goiás	550	1.000	555	1.005	7,4	17,7	4.070	17.700	4.107	17.789
Guapó	380	2.000	739	1.300	7,4	17,7	2.812	35.400	5.469	23.010
Palmeiras de Goiás	20.000	35.000	9.250	39.000	7,4	17,7	148.000	619.500	68.450	690.300

Fonte: PAM (IBGE, 2021) e Pignati (2017). Organizado pelos autores.

Os parâmetros sobre a quantidade de agrotóxicos usados nas lavouras que orientam o trabalho de Pignati *et al.* (2017) é de 2015. Considerando a liberação em massa de novos venenos, só em 2019 foram liberados 474 novos produtos (Frota; Siqueira, 2021), é possível pensar

que esses valores apresentados no Quadro 4 estão abaixo da realidade do envenenado campo brasileiro. Outra questão fundamental é o tempo de resiliência desses produtos no solo e na água. O efeito é acumulativo, pois a maioria dos venenos demora dezenas de anos para ser eliminada do ambiente.

O cenário que se apresenta é este: exploração máxima do solo e dos recursos hídricos; diminuição da vazão dos rios; perda da biodiversidade do Cerrado e contaminação do ambiente (pessoas e natureza). Isso tudo acontece no entorno do PA Canudos, fazendo com que o assentamento se transforme em uma ilha, ameaçada, de conservação do Cerrado. Aliada a esta conjuntura, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) aponta que a pobreza rural aumentou nos países da América Latina e do Caribe nos últimos anos (FAO, 2018). A entidade afirma que “existe um desequilíbrio nos investimentos para o setor rural e que mesmo em épocas de maior crescimento econômico não se consegue gerar desenvolvimento para todas as unidades produtivas”. A entidade aponta os riscos dessa pobreza; destacamos o terceiro deles:

Finalmente, um terceiro risco é continuar perpetuando desigualdades entre os próprios territórios rurais. Em praticamente todos os países da região existem territórios que foram permanentemente ficando para trás e excluídos da dinâmica de crescimento econômica, em que a pobreza rural é reproduzida intergeracionalmente e intraterritorialmente, devido à enorme quantidade de necessidades básicas insatisfeitas, fome e vulnerabilidade ambiental (FAO, 2018, p. 2).

Direcionando o estudo da FAO (2018) para o Brasil, é possível interpretar que a pobreza no campo, sobretudo nas áreas de Cerrado, aumenta na mesma proporção em que diminuem as reservas naturais e os lugares de sobrevivência de camponeses. Em uma escala maior, como o caso do Matopiba, isso parece ficar claro, entram as máquinas e aumenta a pobreza, mas os povos resistem (Mondardo; Azevedo, 2019).

O campo representado pelo PA Canudos é um campo de resistência, portanto sofre pressão dos agentes de representação do agronegócio. As 329 famílias que vivem no assentamento têm um papel fundamental de guardiãs dos solos, das águas e das áreas de reservas ali inseridas. Considerando os dados da população rural (IBGE, 2010) para os três municípios (Quadro 5), estima-se que, respectivamente, os assentados representam 69,3%, 4,4%

e 3,7% da população rural de Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás. Parece ser pouco ou muito, como no caso de Campestre de Goiás. Os dados são elucidados com a comparação da área do assentamento em cada município com sua área total, sendo que: a área do assentamento em Campestre de Goiás corresponde a 29,5% do total do município, enquanto, para Guapó e Palmeiras de Goiás, corresponde a 2,8% e 1,3% das respectivas áreas dos municípios.

Quadro 5 – População Rural e Urbana de Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás

Municípios	População							
	1980		1991		2000		2010	
	rural	urbana	rural	urbana	rural	urbana	rural	urbana
Campestre de Goiás	1.617	842	905	1.411	1.179	1.988	1.011	2.376
Guapó	4.672	5.356	3.536	8.249	3.947	9.916	2.643	11.333
Palmeiras de Goiás	11.730	10.806	5.441	11.194	4.322	13.500	4.172	19.166
Total	18.019	17.004	9.882	20.854	9.448	25.404	7.826	32.875

Fonte: Censos IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010). Organização: Specian, Valdir.

Para tentar compreender a importância do PA Canudos como uma ilha de conservação de Cerrado (Quadro 6), é essencial olhar para o assentamento enquanto paisagem de interesse do agronegócio, portanto um território em disputa por recursos naturais, seja por solos, pela argila das áreas de brejo e/ou pela água, mas é, também, lugar de moradia desses camponeses. Nas palavras de Souza (2020, p. 23): “Ambiente, território e lugar expressam nada mais que dimensões de uma realidade ‘sociobiofísica’ total que se nos apresenta, em si mesma, como indivisível na qualidade de mundo concreto”.

Em relação ao Quadro 6, existem discrepâncias em relação aos valores da área de RPPN que é registrada como sendo de 2.178 ha (Brasil, 1992), e os dados apresentados pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) são de 1.640,8 ha (Incra, 2003).

Quadro 6 – Distribuição das áreas do PA Canudos
e as respectivas reservas por município

Municípios	Áreas do PA	Vegetação Nativa	Área de Brejo	Área de Preservação Permanente	Reserva Legal	Área de Reserva de Patrimônio Natural
Guapó	1	676,53	56,94	748,75	0	0
Palmeiras de Goiás	2	271,2	45,8	317,4	0	0
	3	341,26	128,39	548,25	0	0
	4	279,78	10,77	183,28	0	0
Campestre de Goiás	5	1.212,39	18,77	101,43	449,8	509,24
	6	516,11	0	173,14	305,65	0
	7	793,64	0	269,11	156,55	379,62
	8	1.862,66	0	77,3	434,2	704,9
	9	21,59	19,57	5,52	31,92	47,07
	total		280,24	2.424,18	1.378,12	1.640,83

Fonte: INCRA (2003).

No PA Canudos existem contradições sobre as formas de uso do solo. A pesquisa de Graciano (2016), que trata da implantação do Programa Bolsa Verde no assentamento, verificou que a produção com uso de agrotóxicos é uma realidade local. A autora constatou que muitos camponeses não tinham a dimensão dos objetivos de conservação dos recursos naturais como contrapartida pelo recebimento da bolsa verde.

Apesar dessas contradições, destaca-se que o PA Canudos cumpre o seu papel social de permitir a reprodução dos camponeses enquanto classe. Eles vivem no lugar e, fundamentalmente, é possível imaginar que a ausência desses mesmos camponeses teria transformado grande parte das reservas e/ou mesmo as parcelas como um todo em grande área de exploração do agronegócio.

Capítulo 4

A esperança brota da Terra¹

**Entre a resistência
socioambiental e a nova
ocupação de Canudos**



¹ A primeira parte do título apresentado neste artigo surge da motivação de uma palestra que proferi para o grupo de estudos da ENSP/Fiocruz – Grupo de Estudos Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador – GE Multivisat. A Esperança Brota da Terra apresenta camponeses produzindo alimentos em machambas de Moçambique, nas encostas da Serra Maestra e em cidades de Cuba e, também, em Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Goiás. A palestra ocorreu em dezembro de 2020, quando a pandemia provocada pelo coronavírus avançava sobre o Brasil, junto com o aumento do número de brasileiros que entraram para o mapa da fome.

Tanta Terra, Muitos Conflitos – a apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes entre os responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e está na origem da desigualdade de poder político, econômico e de prestígio na sociedade brasileira como um todo.
(Porto-Gonçalves, 2001, p. 50).

A discussão sobre desigualdade social, democracia e cidadania passa por uma série de direitos universais, nem sempre garantidos aos brasileiros, como: educação pública, gratuita e de qualidade; alimentação saudável; segurança; saúde e trabalho; moradia; bem-estar e ambiente saudável e direito à terra para aqueles que vivem o presente e para as gerações futuras. No campo da sociologia, que se insere na discussão deste capítulo, Martins (1994) aponta:

Uma certa pobreza de perspectiva tem sustentado a suposição, mesmo entre sociólogos, de que a questão da terra interessa aos trabalhadores rurais e a mais ninguém. Problema residual do passado, será resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis. Assim pensam os que não conseguem ver que no problema fundiário está o núcleo das dificuldades para que o País se modernize e se democratize (Martins, 1994, p. 12).

Se a modernização e a democracia têm relação direta com a questão fundiária (Martins, 1994, p. 12) e a renda da terra e concordamos com isso, temos que os problemas do Brasil, na cidade e no campo, têm correlação com questão agrária e fundiária. Porto-Gonçalves (2001, p. 162), em referência à carta oficial do Primeiro Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia/1989, aponta, entre outras questões, “a percepção da problemática da Reforma Agrária como essencial

na busca de uma democracia substantiva, ou seja, que incorpore valores de justiça social”.

O grande impasse do Brasil rural, tido como moderno do ponto de vista tecnológico, é a sua incapacidade de fazer chegar aos brasileiros uma condição básica da expressão da cidadania – o direito de se alimentar. O agro brasileiro tem representação forte nas decisões das políticas públicas. Ele se confunde com o próprio Estado e, mesmo assim, não é capaz de impedir o flagelo da fome.

A realidade do campo brasileiro, descrito por Martins (1994), portanto, há vinte e sete anos, não mudou muito em nossos dias. Talvez tenha piorado. Avançando no tempo e nos apoiando em Brandão (2009), destacamos:

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Esta racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho, altera as estruturas sociais do poder, de apropriação de espaços da vida, trabalho e produção. [...] que em poucos meses transforma biomas de Cerrado no Norte de Minas em milhares de alqueires de deserto verde de eucaliptais, e que faz o círculo de plantio de soja em lavouras irrigadas chegar até as portas de Brasília, além de alterar a vida das paisagens e de pessoas, das beiras do Chui às do Oiapoque (Brandão, 2009, p. 34).

Essa racionalidade apontada por Brandão (2009) parece não querer enxergar que os recursos naturais disponíveis à sociedade estão se esgotando e, sem eles, a vida das novas gerações é ameaçada. Com destaque ao Cerrado, seja no norte de Minas Gerais, como citado, ou no Estado de Goiás (foco deste livro), a ameaça ao bioma é uma ameaça ao próprio território de reprodução do agronegócio. A água, recurso essencial para a produção de *commodities* pelo agronegócio, se torna indisponível na mesma proporção que o bioma é destruído.

Ao contrário do que fazem os empresários da agricultura, os camponeses tendem a manter outra relação com o bioma Cerrado. A conservação do bioma é a garantia de sua própria existência. Considera-se que a degradação de nascentes, a descontinuidade da vazão dos rios na época de estiagem (abril/outubro) e a inviabilização de áreas de agricultura e pastagem são condições para impedir a reprodução da vida camponesa no Cerrado. A manutenção das árvores frutíferas, como: Pequi; Baru; Guariroba (palmeira); Araticum; Murici; Jenipapo; Jatobá e outras é uma forma de obter

renda ao camponês e, igualmente, alimentar a fauna do Cerrado. A junção entre camponeses e Cerrado forma o Ambiente de Resistência Socioambiental. No “Cerrado do Agronegócio” fica apenas a monotonia biológica das *commodities* agrícolas: soja, milho e cana-de-açúcar.

Ao mesmo tempo que os empresários da agricultura intensificam o uso dos recursos naturais, existe um movimento destes em direção aos camponeses e às terras sob o seu domínio, um verdadeiro assédio para que os camponeses vendam ou arrendem suas terras para o avanço do agro. Essa condição se intensificou nos últimos anos (2018/2021), em virtude do preço das *commodities* e da desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar. No período de novembro de 2018 a novembro de 2021, a saca de soja de 60 kg obteve um reajuste de 98%, acompanhada de 157% do milho (saca de 60 kg), 104% na arroba do boi, enquanto o real sofreu uma desvalorização de 45% em relação ao dólar americano (Agrolink, 2021; Investing, 2021).

Nas disputas de narrativas, “o agro pop, *tech*, tudo” aparece na grande mídia como o maior responsável pela produção de alimentos e motor da economia brasileira. Essa condição é questionada por Mitidiero Junior e Goldfarb (2021). Os autores apresentam uma série de dados que contestam a condição do agronegócio como “grande motor da economia”. Segundo os autores (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 32), o agronegócio se vangloria por ser o único setor que não parou durante a pandemia em 2020 e bateu novos recordes de produção de toneladas de grãos. Em contrapartida, a fome no Brasil aumentou (Neves *et al.*, 2021; Lustosa, 2021). Uma prova inquestionável de que o setor não produz para o mercado interno.

Ainda, sobre o debate da eficiência do agronegócio, no ano de 2021 foi lançada no Brasil a Rede Nacional de Irrigantes (RNAI)¹. Nos discursos dos participantes é destacado que a flexibilização das regras de outorga de água é fundamental para o avanço da irrigação. A justificativa é que a irrigação é “vetor de segurança alimentar, socioeconômica e ambiental”. O ex-ministro de agricultura Alysso Paolinelli, participante do evento, chamou a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) de entulho – portanto, que precisa ser removido. Em outubro de 2021, durante o XXXII Congresso

1 O lançamento da Rede Nacional de Irrigantes (RNAI) foi realizado em evento *online* no dia 15 de junho de 2021. O evento com o título “Irigar é Alimentar” foi organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelos Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Agricultura. O vídeo do evento pode ser acessado no link: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/cna-e-os-ministerios-do-desenvolvimento-regional-e-da-agricultura-promovem-irrigar-e-alimentar>.

Brasileiro de Agronomia, o ex-ministro voltou a defender que a liberação da outorga para irrigação permitiria acabar com a fome dos brasileiros.

A pressão sobre os recursos hídricos aparece em dois Projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados e que tratam de permitir o represamento de “pequenos cursos d’água” em área de proteção permanente para fins de irrigação (PL nº 2.294/2019, de autoria do Deputado José Vitor de Resende Aguiar (MG), e PL nº 2.168/2021, de autoria do Deputado José Mario Schreiner-GO – ambos da bancada ruralista). Os PLs visam mudanças no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). A justificativa é sempre a soberania alimentar, mas, na prática, é forma de garantir água para as *commodities* agrícolas, colocando mais pressão sobre as pequenas e degradadas bacias hidrográficas – fonte inicial d’água.

Na proposta do PL nº 2.168/2021, inclui-se a alínea f no art. 3º da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal):

f) as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal, inclusive os barramentos ou represamentos de cursos d’água que provoquem intervenção ou supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, para garantir a segurança alimentar e segurança hídrica do Brasil (Projeto de Lei nº 2.168, 2021, grifo nosso).

O que os defensores dos “pacotes de irrigação” não admitem é que já existe uma pressão sobre os recursos hídricos, sobretudo no Cerrado. A devastação avança em larga escala, na mesma medida em que a produção de grãos para exportação avança ano após ano, inclusive durante a pandemia provocada pelo coronavírus (2020/2021). Usar o combate à fome como justificativa para relaxar as regras de proteção ambiental ecoa como uma afronta à condição de miséria na qual vivem muitos brasileiros.

As disputas pelo uso da água, a degradação ambiental, o aumento da fome que contrapõem-se aos recordes de produção agrícola, entre outros, formam um conjunto de fatores associados à expansão do agronegócio em Goiás e no Brasil, que tem reflexos diretos nos assentamentos de reforma agrária. Além dos indicadores econômicos internos e externos favoráveis à expansão de área de *commodities* agrícolas, existiu um governo que estimulava o setor em detrimento de políticas de conservação das áreas “já ocupadas”, sejam reservas naturais ou áreas indígenas.

De um lado, existe estímulo, extra, aos empresários do agronegócio. Do outro lado, as políticas de créditos para a agricultura familiar, aliadas aos

mecanismos de soberania alimentar, foram perdendo recursos e/ou extintas durante o governo Bolsonaro. De acordo com Fernandes *et al.* (2020, p. 339), desde do início do Governo Jair Bolsonaro (2019 – 2022), as políticas para o campo, criadas nos governos anteriores, com foco na agricultura familiar, foram descontinuadas e/ou reduzidas. Os exemplos citados são: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO²; Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; Programas Terra Sol e Terra Forte.

Todas essas condições provocam uma “tempestade perfeita”³ que projeta a continuidade da destruição do Cerrado e de sua sociobiodiversidade, concomitante ao aumento do latifúndio e em detrimento da permanência dos camponeses no campo. Ainda assim, os camponeses resistem, mesmo que “cercados e a contrapelo” (Silva, 2018).

O presente capítulo busca avaliar os conflitos e as resistências no Projeto de Assentamento Canudos – GO (PA Canudos) – após vinte anos de criação e qual a projeção para os próximos anos. Os conflitos estão inseridos, particularmente, no contexto do avanço do agronegócio em direção ao PA Canudos e aos assentamentos de Reforma Agrária, em geral. As resistências estão entrepostas na forma em que os próprios camponeses lidam com esses conflitos e, em alguns casos, apresentam soluções e/ou projetos que denominamos, ao longo deste livro, de uma Resistência Socioambiental.

O PA Canudos está envolto nos problemas narrados nos parágrafos anteriores e vive o “processo de uma nova ocupação” baseada no cerco de suas terras pelo agronegócio, forçando os assentados a arrendar e/ou vender suas parcelas para empresários da terra de fora do assentamento. Simultaneamente, existe uma pressão interna para mudança nas formas de uso do solo, através do arrendamento de parcelas por companheiros do próprio assentamento. Essa realidade tem consequências imediatas no PA Canudos, contudo provoca o debate sobre o futuro do assentamento, da conservação de suas reservas naturais, da água e da vida desses camponeses, que resistem.

2 Uma reivindicação construída e conquistada a partir da “marcha das margaridas”.

3 A expressão *tempestade perfeita* vem do inglês *perfect storm*. Ela é usada em várias situações/setores. Em geral, faz referência a uma combinação rara de um conjunto de fatores, que, via de regra, tem como resultado uma situação negativa. Em relação ao Cerrado, a expressão é usada no artigo de Strassburg *et al.* (2017). Os autores fazem referência à tempestade perfeita do agronegócio no Cerrado: expansão; desenvolvimento de infraestrutura; baixa proteção legal e conservação limitada, que podem provocar a extinção do bioma.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

A motivação para a elaboração deste último capítulo, assim como de toda a obra, é facultada ao constatar que a cada dia mais brasileiros entram para o mapa da fome. O último levantamento de 2020 mostrava que cerca de 19 milhões de brasileiros passavam fome no Brasil (Freitas *et al.*, 2021) e esse número pode ter aumentado em 2021 em decorrência da pandemia do coronavírus e da inflação, que ocorreu, essencialmente, sobre o preço dos alimentos. O aumento dos números de brasileiros famintos, ano após ano, é acompanhado pelo aumento da produção e da produtividade do agronegócio. Um par dialético.⁴

No campo do agronegócio não se produz alimento. como dizem, se produz *commoditie*. Se fosse alimento, o pão, o arroz, o feijão, a carne e as verduras estariam postos à mesa dos famintos, não teríamos mais crianças que dormem ao sabor de água com açúcar para enganar suas entranhas daquilo que é impossível enganar – a fome. Isso me motiva a escrever pelo direito à vida – simples quando percebemos que somos seres incompletos, pois precisamos de água, oxigênio, alimentos – limpos para nos manter vivos. Tão simples e tão distante de muitos. “Somos alimentados por grãos, frutas e folhas que ainda provêm bem mais da multivariância da agricultura familiar, típica do campesinato tradicional” (Brandão, 2009, p. 36).

Conforme apontaram Martine e Garcia no final da década de 1980, “o favorecimento de culturas dinâmicas de exportação relegou a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade a um *status* secundário” (Martine; Garcia, 1987, p. 83). Da distante década de 1980 para o ano de 2022, a participação do “feijão e arroz” na produção agrícola nacional só diminuiu.

O Brasil “preferiu” escolher a escala da grande lavoura para exportação. É habitual ouvir que a produção brasileira alimenta bilhões de pessoas no mundo inteiro. Falar desse agro pujante é uma estratégia do setor para dividir a opinião pública, a mesma tática da grande mídia, que prefere mostrar e analisar as escalas globais de problemas sociais e ambientais de forma separada, assuntos que são inter-relacionados. As mudanças climáticas globais, por exemplo, nos atingem, mas são distantes de nós. No cotidiano das pessoas, pouco se pode fazer para combater a fúria do clima e suas intempéries. A mídia gasta valiosos minutos para transmitir as tragédias – sempre

4 Em 2025, ano da publicação da presente obra, A FAO declarou que o Brasil novamente deixou o Mapa da Fome

distantes. Uma grandeza que só poderá ser resolvida por governos e nações em seus acordos quase sempre ineficazes.

Existe, porém, outra escala não menos importante, que não é explorada pela mídia: a escala dos problemas locais – socioambientais, por serem difusos e, às vezes, silenciosos – não ganha os jornais. Quanto tempo de exposição ao veneno da agricultura é necessário para matar um trabalhador do campo? As perdas das camadas férteis de solo, pela erosão laminar serão sentidas em qual momento na mesa de camponês estimulado a ser um agente do “agronegócio”?

Por quanto tempo os pequenos cursos d’água do Cerrado serão capazes de resistir em decorrência da devastação do bioma? A escala no nível local é que pode expor os problemas e, também, mostrar soluções para as questões que envolvem a conservação do Cerrado e dos povos que tiram sustento neste território/bioma.

A escala que buscamos neste capítulo e em todo o livro é aquela próxima do sujeito e sua interação com o ambiente, com a intenção de valorizar ambos. “O lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais” (Leff, 2015, p. 340).

Para a realização dessa etapa final desta obra, foi realizada, ao longo do ano de 2021, uma série de visitas ao Assentamento Canudos-GO (Quadro 7). A maior concentração dessas visitas ocorreu na fração do assentamento que se localiza no Município de Palmeiras de Goiás-GO (Figura 15, p. 117), e, em particular, na Unidade de Produção Agroecológica – Colmeia (que vamos denominar na sequência apenas como Unidade Colmeia), parcela do assentamento dedicada à produção de alimentos sem o uso de venenos. Da unidade Colmeia foi possível realizar incursões para outras parcelas do assentamento.

Definimos as atividades realizadas com essas visitas “como pesquisa engajamento”, em razão de todos os afazeres desenvolvidos na Unidade Colmeia. A base teórica e metodológica foi pautada na técnica de observação participante, também denominada de pesquisa participante (Proença, 2007; Heidrich, 2016).

Uma das práticas de pesquisa qualitativa mais difundida é a observação participante, por vezes também denominada como pesquisa participante ou participativa, porém há um importante aspecto que as difere. A observação participante é fundamentalmente uma postura adotada pelo pesquisador em campo, enquanto na pesquisa participante há envolvimento do pesquisador ou mediador com os interesses da comunidade ou grupo envolvido na questão (Heidrich, 2016, p. 25).

Quadro 7 – Visitas realizadas no PA Canudos ao longo do ano de 2021

Visitas	Período	Locais e Objetos da Visita
1	15 – 17/01/2021	VI Circuito da sociobiodiversidade ⁵ , visita em grupo nas parcelas da área 2b, 3 e 4 (Palmeiras de Goiás).
2	21 – 24/04/2021	Visita de observação participativa (individual) – Unidade Colmeia e inserções nas áreas 2b, 1a, 1b e 7 – nos três municípios em que o assentamento se insere: Palmeiras de Goiás; Guapó e Campestre de Goiás.
3	11 e 12/06/2021	Visita de observação participativa na Unidade Colmeia e parcelas próximas.
4	04 e 05/09/2021	Visita de observação participativa na Unidade Colmeia em conjunto com pesquisadores da Universidade de Brasília.
5	14 e 15/09/2021	Visita de observação participativa – Unidade Colmeia.
6	05 – 16/10/2021	Visita de observação participativa, Unidade Colmeia e demais parcelas próximas. Neste período foram realizadas atividades contínuas de preparação de solo, plantio, colheita na Unidade Colmeia.
7	03 – 05/12/2021	Visita de observação participativa, Unidade Colmeia e demais parcelas próximas. II Seminário de Desenvolvimento Rural, organizado por pesquisadores da Universidade de Brasília – UnB; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Estadual de Goiás – UEG; e Universidade do Norte do Tocantins – UFNT.
8	09/12/2021	Visita de observação participativa em Parcelas do Assentamento nos Municípios de Guapó e Campestre de Goiás.
9	11 – 14/12/2021	Visita de Observação Participativa na Unidade Colmeia.

Organização: os autores.

No PA Canudos buscamos compreender, durante as visitas, o cotidiano de parte dos assentados. Entre uma refeição e outra, em cada café servido e/ou durante o trabalho na Unidade Colmeia foi possível pausar reflexões sobre os conflitos que ocorrem no assentamento, a pressão sofrida pelos assentados em relação ao avanço do agronegócio, a projeção analítica do futuro do assentamento em relação à permanência dos

5 Os Circuitos da Sociobiodiversidade são atividades ligadas ao Projeto **Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado** (projeto Capes/ Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil – PGPSE/4611).

assentados no PA Canudos e a conservação do Cerrado e as possibilidades da produção agroecológica. Na prática, a pesquisa participante e de engajamento é uma forma de crescimento pessoal e profissional do pesquisador (Figura 34).

Figura 34 – Rotina de trabalho na Unidade Colmeia: preparação do solo e plantio



Fonte: Specian (2021).

Conforme a Figura 15, p. 117, o PA Canudos ocupa área de três municípios e é dividido em regiões/áreas (Incra, 2003, p. 83), sendo: Região de Guapó: localizam-se as áreas 1A e 1B; Região de Palmeiras de Goiás: localizam-se as áreas 2A, 2B, 3 e 4; Região de Campestre de Goiás: localizam-se as áreas 5, 6, 7, 8 e 9 (Figura 2, p. 59). A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que compõe o PA Canudos, é toda localizada no Município de Campestre de Goiás.

A proposta de divisão das áreas do PA Canudos tem origem na organização das ocupações da Fazenda Palmeiras. Enquanto o processo de desapropriação definitiva da fazenda tramitava no Incra, os futuros assentados organizaram a divisão das áreas. Os agrupamentos das famílias nas áreas ocorreram conforme os fatores de proximidade: parentesco, amizade, religiosidade. Esses agrupamentos eram organizados por lideranças/coordenações. Ao longo das ocupações, era estratégia do MST fazer acampamentos em diferentes pontos da Fazenda, garantindo a segurança dos acampados. Outro fator considerado na divisão das áreas/lotes foi o acesso à água, ou seja, a rede hidrográfica do assentamento contribuiu para a organização da divisão das parcelas (Incra, 2003).

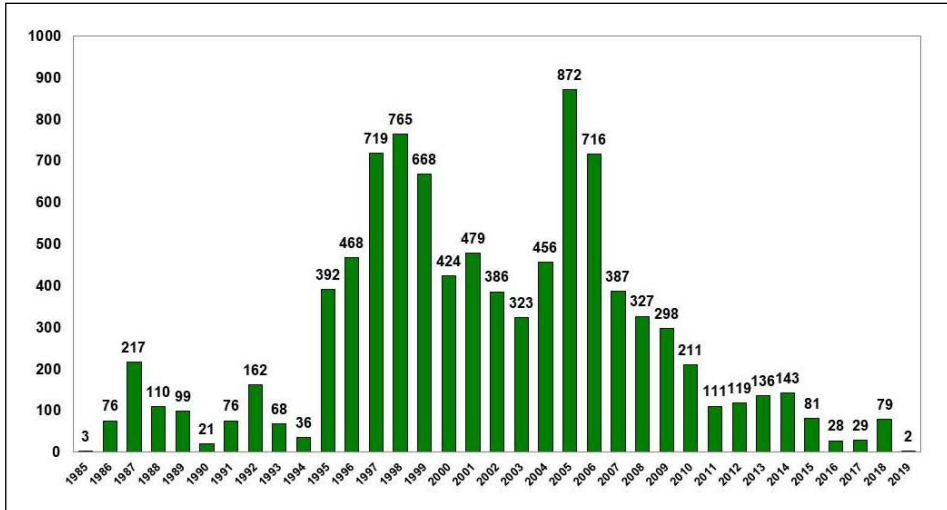
ASSENTAMENTOS RURAIS – HISTÓRIAS DE LUTAS E FUTURO DE (IN)CERTEZAS

Assentamentos rurais fazem parte de políticas públicas. No caso do Brasil, essas políticas são transformadas em ações de governo e não de estado⁶. Mesmo considerando que a Reforma Agrária esteja prevista na constituição em seus artigos 184 a 191 e 243 (Brasil, 1988), o processo depende de vontade política. Quando a Fazenda Palmeiras foi desapropriada, após cinco ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o governo brasileiro vivia sob pressão interna e externa para avançar na pauta da Reforma Agrária, condição motivada pela repercussão do massacre de camponeses em Eldorado dos Carajás (PA) em abril de 1996 (Batista, 2008, p. 257; Afonso, 2016).

Um dado contundente que mostra que a Reforma Agrária não foi pauta do Governo Bolsonaro (2019/2022) ou dos governos que assumiram o Brasil após o golpe de 2016 é o gráfico do número de assentamentos implantados nos últimos 34 anos (Figura 35). Para o ano de 2019, o Incra registrou a criação de apenas dois assentamentos no Brasil (Dataluta, 2020).

6 No Brasil, a cada troca de gestão (prefeitos/as, governadores/as e presidente), é comum a crítica a gestão anterior e a tentativa de apagar possíveis méritos conquistados pelo(a) antecessor(a). Os gestores fazem uma política de governo, da gestão do momento. A implantação de assentamentos rurais segue essa prática, alguns governos fazem mais, outros menos, esquece-se de que deveria ser uma política de estado, promover a reforma agrária como pauta de avanço social do Brasil.

Figura 35 – Número de Assentamentos Rurais criados no Brasil entre os anos de 1985 e 2019



Fonte: Relatório DATALUTA/Brasil (2020).

Ao mesmo tempo que o governo federal restringiu os recursos aplicados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), inviabilizando a condução de uma política de assistência aos assentamentos rurais constituídos e/ou de desapropriação de novas áreas para Reforma Agrária, os conflitos no campo aumentam. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) relata em suas publicações trimestrais que os conflitos do campo aumentam à medida que o agronegócio avança sobre áreas de fronteiras agrícolas ocupadas por populações tradicionais e nas áreas de assentamentos constituídos. Nestes últimos, existe o assédio pela aquisição e/ou arrendamento de terras de famílias assentadas e conflitos pelo uso excessivo dos recursos naturais e pela intensificação do uso de veneno na agricultura, condições que prejudicam a manutenção das comunidades camponesas (CPT, 2021).

O assédio aos camponeses pelo arrendamento de suas terras não é exclusivo de nossos dias. Almeida (2011) e Norder (2011) relatam situações em que os assentados arrendam suas parcelas, mas esse processo foi intensificado nos últimos anos. Antes, por diversos motivos os assentados ofereciam suas terras para os arrendatários, hoje são os arrendatários que procuram as áreas de assentamento.

No Governo presidido pelo capitão da Reserva Jair Messias Bolsonaro (2019/2022) os processos de desapropriações de terras ficaram travados. Áreas que já estavam ocupadas há vários anos e em fase final de “indenização” dos

fazendeiros tiveram o processo parado, ameaçando o despejo de inúmeras famílias que já residem em seus lotes, os denominados despejos judiciais (CPT, 2020).

Nos anos de 2020/2021, o número de despejos diminuiu em virtude da pandemia e da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender os despejos rurais e urbanos (Brasil, 2021a). Ainda em 2021, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 14.216/2021, que proibiu os despejos durante a pandemia (Brasil, 2021b). O estado de calamidade pública provocado pela pandemia minimizou os processos de despejos, mas não parou o projeto em curso de contrarreforma agrária promovido pelo governo federal, conforme aponta Alentejano (2020).

No interior dos assentamentos constituídos, alguns fatores podem ser pontuados, os quais funcionam como uma bomba-relógio para explosão dos conflitos fundiários:

- A venda de partes das parcelas para novas famílias – inviabilizando a capacidade de reprodução das famílias residentes –, áreas menores que um módulo rural.
- O assédio de grandes fazendeiros por terras bem localizadas em assentamentos rurais para o arrendamento e plantio de *commodities* agrícolas.
- A titulação de terras e a permissão de venda.

Esse ambiente que divide produção, resistência socioambiental e conservação do ambiente, manutenção da vida e conflitos provocados pelas formas de uso da terra associadas ao processo de arrendamento marca as condições dos assentamentos rurais no Brasil e, também, do PA Canudos. O futuro incerto dos assentamentos pode provocar uma nova onda de migração campo/cidade desses camponeses assentados e, igualmente, a escala da violência no campo, como já ocorre em locais de avanço das frentes de agronegócio sobre as terras de comunidades tradicionais, como no caso da região do Matopiba (Mondardo; Azevedo, 2019; Jesus, 2020; Santos, 2021).

PA CANUDOS: TERRITÓRIO DE CONFLITO E DE RESISTÊNCIAS

Conforme apresentado no capítulo anterior, o PA Canudos é fruto de um processo de ocupação da Fazenda Palmeiras com sede no Município de Palmeiras de Goiás a partir de 1997, ano da primeira ocupação. O

assentamento foi implantado no ano de 2000. Ao longo dessa história, entre ocupações, implantação e consolidação do assentamento, uma série de conflitos, resistências e transformações ocorreram. Os detalhes desse histórico de lutas e transformações do PA Canudos podem ser encontrados nos trabalhos de Silveira e Machado Filho (2013); Anacleto (2014); Marques (2017); Estácio (2017); Marques e Chaveiro (2019).

Interessa-nos analisar as transformações em curso no PA Canudos e como isso poderá refletir no futuro do assentamento e dos camponeses assentados e, também, em relação às áreas de Cerrado que até o momento estão conservadas. A principal transformação está associada aos arrendamentos das parcelas para o plantio de *commodities* agrícolas, soja e milho.

Destaca-se que um assentamento pulsa a própria oscilação política do Brasil, momentos de avanço progressista, intercalados com os retrocessos, como no tempo presente em que a pauta da agricultura familiar, segurança e soberania alimentar, a conservação do ambiente e tantos outros temas ficam de fora das políticas públicas.

Na obra *O poder do atraso*, José de Souza Martins destaca essa oscilação de ciclos da política e do poder no Brasil.

O principal indicador dos resultados prováveis da eleição estava na tradução pendular da política brasileira: ciclos de autoritarismo e centralização do poder no governo federal (isto é, ditadura), de governos desenvolvimentistas, industrialistas e modernizadores, seguidos de ciclos de governos de descentralização política de base agrária e oligárquica, apoiados numa retórica liberal e democrática (isto é, abertura política) (Martins, 1994, p. 146).

As reflexões de Martins (1994) foram anotadas em seu caderno de campo durante a 8ª Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizada em 1989, antes das eleições daquele ano. O autor refletia sobre a provável vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello em 1989.

Havia uma esperança (dogmática) entre os participantes da assembleia da possibilidade de um novo Brasil, davam como certa a chegada de um operário ao poder e este, por sua vez, resolveria as demandas pela terra do Brasil. Esse poder, na visão dos agentes e demais membros da assembleia, se resumia na figura, quase mística, do presidente. Não havia preocupação em eleger deputados e senadores comprometidos com a causa dos camponeses (Martins, 1994, p. 146).

Os anos de 2016/2022 foram de retrocesso, a questão agrária foi pausada, única e exclusivamente, pelo agronegócio e seus interesses de expansão sem limites. As resistências estão reprimidas, mas não aniquiladas. O desastroso governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019/2022) permitiu que muitos setores, progressistas, de nossa sociedade, entre eles os camponeses, dessem como certo o retorno ao poder de um presidente “alinhado com as necessidades do povo”. Será? Sem a eleição de um conjunto de deputados/senadores que corroboram com esse pensamento, o sonho se transformará em pesadelo. Uma repetição da história⁷.

As reformas em curso pautadas no Congresso Nacional atendem tão somente aos interesses de classes dominantes, entre elas as demandas dos agentes do agronegócio. A velha justificativa de realizar a reforma agrária desapropriando terras/latifúndios improdutivos parece não ser mais possível. O agronegócio avança e deixa um rastro de destruição, a morte dos cursos d’água e uma camada nada tênue de veneno sobre os solos, casas, pessoas e bichos que ainda resistem, mas é “produtivo”.

Recorrendo novamente a Martins, na obra *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do Campo* (Martins, 1986)⁸, podemos fazer um trocadilho e dizer: o avanço do agronegócio e a produção de *commodities* na safra 2021/2022 foi expressivo a ponto de faltar “terra para intoxicar neste verão” – por isso os assentamentos em áreas agrícolas já consolidadas, como o PA Canudos, se transformam em “área de expansão do agronegócio” através do arrendamento dos lotes dos assentados. Existe uma alucinada busca de novas áreas de expansão da soja.

7 No momento que escrevíamos esse capítulo da tese, agora livro, estava ocupando o cargo de Presidente o Sr. Jair Bolsonaro e, assim como descrito para outros momentos da história do Brasil, havia uma expectativa de que o próximo presidente eleito teria um perfil progressista. Mas, a eleição de presidente progressista não garantiria o avanço de uma mínima proposta de Reforma Agrária, era preciso muito mais, sem um parlamento alinhado com as necessidades do campo dos camponeses, pouco se avançaria. As previsões, infelizmente, estavam corretas. A eleição do presidente Lula permitiu sonhar com mudanças no campo e na cidade com vista a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Mas a atual composição do Congresso Nacional (2023/2026) parece pouco se importar com as demandas dos trabalhadores. No Brasil dessa primeira metade do século XXI é o congresso que acaba por definir os rumos do Brasil, inclusive, “excutando” uma parcela considerável do orçamento nacional.

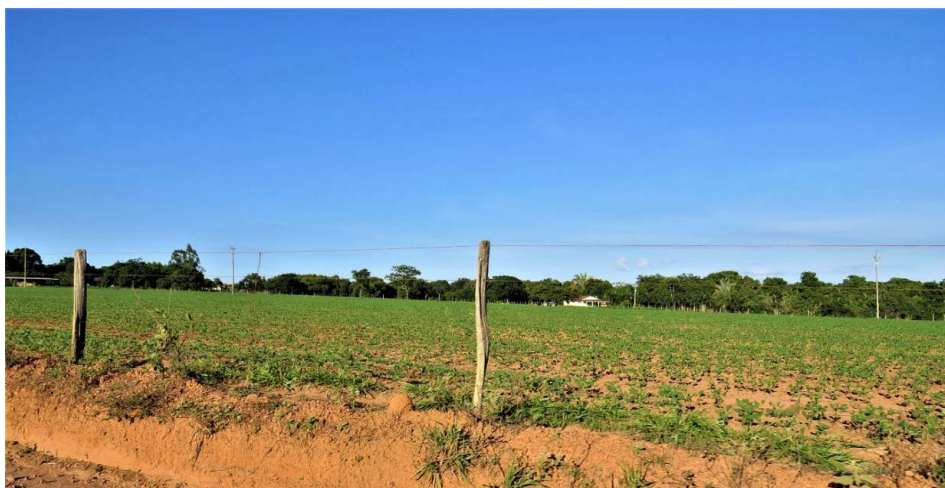
8 A Obra de Martins *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*, publicada em 1986, faz referência ao contexto amazônico e aos posseiros e indígenas expulsos de suas terras.

A terra é arrendada para empresários, de fora e dentro do assentamento. Qual será o resultado desse processo? Ainda não sabemos, mas “falta terra para plantar *commodities* neste verão” e os camponeses vivem o dilema entre manter sua lógica de produção com pequenas roças e manutenção do gado de corte ou de leite, ou ceder suas terras para o arrendamento. Este último permite receber um valor de até três salários mínimos mensais.

Os contratos de arrendamento de parcelas de assentamentos da reforma agrária são ilegais, portanto contratos precários. Corre-se o risco de nada ser recebido. Na prática, alguns assentados venderam o gado e a roça virou soja, a casa está “cercada” por essas *commodities*, junto com o veneno que é usado nas plantações, e ainda existe o medo de não receber arrendamento de sua terra.

No PA Canudos, as parcelas situadas no município de Palmeiras de Goiás são as que sofreram maiores impactos desse processo de mudança na forma de uso e ocupação do solo. Sobretudo nas áreas 2A, 2B e 3, saem os pastos “regados” de árvores para dar lugar à lavoura de soja (Figura 36).

Figura 36 – Plantio de soja no PA Canudos – 2021 (área 3)



Fonte: Specian (2021).

A soja é plantada em parcelas arrendadas por empresários externos ao assentamento, pelos próprios assentados em suas parcelas – através do uso coletivo de tratores e plantadeiras e, também, por assentados que possuem maquinário que lhes permite arrendar outras unidades do assentamento. A lógica de produção é baseada nos “pacotes tecnológicos de produção agrícola”, que envolvem: sementes transgênicas, veneno e adubos para a produção em larga escala.

A mudança nas formas de uso da terra no PA Canudos parece ser o maior pivô de conflitos, mas não é o único. Essa mudança representa a transição da pecuária (corte e leite) e da produção agrícola para consumo próprio e venda de excedentes para uma forma de uso intensivo do solo voltada à plantação de commodities agrícolas. Tal transformação ocorre seja por arrendatários externos e/ou internos, seja pela própria ação isolada de alguns assentados, parece ser o maior pivô de conflitos, mas não é o único. O Quadro 8 apresenta indicadores desses conflitos.

As visitas ao assentamento e à pesquisa participativa permitiram mapear os indicadores de conflitos no cotidiano do assentamento. Destaca-se que um assentamento é dinâmico. Os camponeses forjados na luta pela Reforma Agrária estabelecem ritos de discussão dos problemas e, seguramente, os conflitos internos afloram.

Quadro 8 – Diagnóstico de conflitos internos em curso no PA Canudos

Item	Fato	Atores	Consequências
1	Arrendamento de lotes	Empresários do agronegócio externos ao assentamento; assentados.	O MST condena o processo de arrendamento em seu Programa Agrário (MST, 2015, p. 30 e 40). No contexto do assentamento não há segurança jurídica para esse tipo de negócio. A terra arrendada deixa de fazer jus à sua função social de produzir alimentos para as famílias assentadas. Os jovens das famílias que arrendam as terras não encontram motivos para continuar no assentamento, considerando que o valor recebido oferta uma aparente melhora nas condições de vida. Pode ocorrer um esvaziamento do assentamento.
2	Desmatamento (ameaça a reservas)	Pessoas externas ao assentamento que compram a madeira para uso em fornos; plantadores de soja; assentados.	Ameaça às reservas de cada lote do assentamento e da RPPN que ocupa metade da área da antiga Fazenda Palmeiras; Ameaça à fauna local e ao equilíbrio ambiental: mais processos erosivos e morte de nascentes e rios.
3	Plantio de soja	Empresários do agronegócio; assentados que arrendam terras de outros assentados.	O avanço da soja sobre as parcelas do assentamento é o grande conflito que se associa aos demais. O plantio de soja no contexto dos “pacotes agrícolas”: mecanização, veneno e transgênicos, provoca a homogeneização da paisagem, retira toda a vegetação do Cerrado, acarretando todo um processo de degradação ambiental.

Item	Fato	Atores	Consequências
4	Pressão sobre os recursos hídricos	Assentados; Poder Público; Turistas e Pescadores; Empresários do Agronegócio.	O PA Canudos é rico em recursos hídricos. O Rio dos Bois, que atravessa o assentamento, é alvo de invasão de pescadores e turistas. Os cursos d'água (afluentes do rio dos Bois) sofrem com a disputa pela água e a possibilidade de contaminação com o veneno das lavouras. Podem ocorrer disputas pelo uso da água para a irrigação de lavouras de soja plantadas nas parcelas arrendadas. Os conflitos de uso d'água devem aumentar na medida em que as reservas florestais do PA Canudos são degradadas. Existem estudos segundo os quais o Rio dos Bois possa fornecer água para a população da grande Goiânia.
5	Venda de parcelas	Assentados; Pequenos empresários das cidades da região e da capital.	Parte do PA Canudos pode virar um condomínio de chácaras de lazer, caso o processo de venda de partes das parcelas persista. Lotes pequenos inviabilizam a produção para a família do assentado; novos conflitos por áreas; negação da função social da terra.
6	Veneno das lavouras	Produtores de Soja e Milho (arrendatários); Assentados; Representantes do Setor de Agroquímicos.	Orientações para uso de veneno em excesso; riscos para a saúde dos próprios assentados que manipulam o veneno aplicado nas lavouras e todos os demais assentados que moram próximos e/ou na própria família; prejuízos de hortas nas divisas de parcelas que usam veneno (inviabilização das hortas); mortes de animais domésticos e rebanhos. O veneno está matando o pasto nas áreas limites de parcela (soja/pasto). Esse item é pauta de discussões nos grupos de WhatsApp do assentamento.
7	Exploração de argila	Empresas do Setor Cerâmico e Assentado.	O Rio dos Bois tem áreas de várzeas ricas em argila. Um assentado vendeu a argila em área de reserva legal para exploração de empresas do setor cerâmico. Isso gera um passivo ambiental e coloca pressão sobre outros assentados que podem ser assediados para vender a argila do fundo de vale de suas parcelas. Um processo de destruição de várzeas, nascentes e do Rio dos Bois.
8	Ausência de alimentos	Assentados; Empresários do Agronegócio; Avifauna.	A homogeneização do uso da terra no PA Canudos com a retirada da vegetação nativa e a plantação de soja (e milho) faz com que faltem alimentos básicos nas parcelas: legumes, hortaliças, frutas, feijão, arroz, leite etc. A produção é inviabilizada pelo uso total da área para as commodities e pelo veneno que prejudica as parcelas vizinhas. Da mesma forma, faltam alimentos para aves e animais silvestres, faltam árvores. As árvores de pequi que resistem em algumas parcelas são “invadidas” pelas araras que buscam alimentos.

Item	Fato	Atores	Consequências
9	Pressão do agronegócio	Empresários do Agronegócio e Assentados.	A pressão do agronegócio deverá se intensificar para além do processo de arrendamento inicial. Existe um processo de assédio aos assentados para vender ou arrendar seus lotes. A pressão para transformar novas áreas de Cerrado e pastagens em lavouras encontra nas áreas planas do PA Canudos uma “vitrine” a ser conquistada. Essa condição é estimulada pela titulação dos lotes dos assentamentos e pela falta de políticas públicas que permitam a permanência dos jovens no PA Canudos e assentamentos em geral. Um novo êxodo rural pode ocorrer.
10	Ocupação por camponeses acampados – sem terra	Assentados e Grupos Sem-Terra sem vinculação a movimentos organizados.	Grupos de Sem-terra acampados nas margens da rodovia GO 156 em Cezarina-GO ocuparam por duas vezes parte da reserva (RPPN) do PA Canudos. A manutenção da reserva é condição da própria existência do assentamento. Esses grupos entendem que é possível alocar mais famílias na área do PA Canudos.
11	Falta de Crédito para os assentados	Governo Federal, Assentados e Agentes do Agronegócio.	O governo em curso (2019/2022) é marcado pela descontinuidade de programas de compra direta do agricultor – como o PAA e o PNAE. Esses programas garantiram renda aos camponeses, além da produção de alimentos para eles e para famílias e escolas beneficiadas (merenda escolar). A ausência de crédito público para a produção e comercialização contribui para o aumento do “assédio” dos agentes do agronegócio aos assentados. Eles, agentes do agronegócio, têm o dinheiro para ofertar às famílias, arrendando suas unidades de produção. Além disso, para o agronegócio não falta crédito do governo federal. Os assentados se veem no dilema entre não ter para onde escoar a sua possível produção (prejuízo), ao mesmo tempo que o dinheiro do agronegócio pode entrar “fácil” pela porta da frente ao custo de perder o “domínio de produção de alimentos” de suas parcelas.

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: Specian, Valdir.

Ainda que tenha sido possível construir um quadro-síntese de mapeamento dos conflitos que ocorrem em Canudos, baseados no diálogo com os assentamentos ao longo do ano de 2021, esse mapeamento ainda pode estar longe de um entendimento profundo dos problemas enfrentados pelos

assentados. Na literatura, é possível encontrar alguns paralelos que permitem elucidar outras causas desses conflitos.

Candido (2003), em sua obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, fez referência aos “caipiras” de São Paulo e à mobilidade como estratégia de adaptação desses camponeses. Segundo o autor, “quando, no entanto, as alterações do ambiente circundante não podem ser compensadas por esta forma [pela mobilidade], surgem as condições de desequilíbrio e crise” (Candido, 2003, p. 222). O território e o tempo que Candido descreve correspondem ao interior de São Paulo em 1948, contexto no qual os camponeses (caipiras) enfrentavam dificuldades decorrentes do esgotamento dos recursos naturais. A relação com o meio é quebrada pelo esgotamento e não resta mais a possibilidade de migrar (mobilidade). Nisso aparece a crise socioambiental.

Se os recursos naturais das parcelas dos assentados não permitem mais a manutenção da vida destes, “é hora de migrar”. No Cerrado, entre os recursos, fundamentalmente estão a água e/ou sua escassez, porém não é o único, se não se pode tirar o mínimo de alimento da terra, a motivação para continuar desaparece.

Em Brandão (2009, p. 150), existe uma descrição de como as comunidades rurais se relacionaram com o ambiente – “naquilo que ele chamou de eixo horizontal”. “Os primeiros habitantes viam a natureza como obstáculo, a água dos rios era ‘necessária e hostil’, quando bem distribuída (geralmente era) significava ganhos, às vezes os invernos acentuados causavam prejuízos”. O tempo e a destruição da vegetação fizeram com que a água dos rios e riachos diminuísse, expulsando a vida. O tempo foi curto entre a abundância e a ausência. Hoje falta água nas propriedades dos períodos de seca no Cerrado, os rios não enchem, assim como as cisternas”. *É possível montar para Mossâmedes-GO dois eixos de relações: um horizontal, passado entre o homem e a natureza; outro vertical, entre categorias de produtores de bens e agentes da sociedade* (Brandão, 2009, p. 149).

O segundo eixo apontado por Brandão (2009) pode ser associado, em nossos dias, nessa relação do assentado com o “agente do agronegócio” – seja ele outro assentado ou mesmo um empresário do setor que tem como desejo o arrendamento das terras dos primeiros.

Para o município de Mossâmedes-GO, “o fim do ciclo da fartura está associado à reorganização fundiária da região e ao aumento das áreas de lavouras, considerando a passagem da condição da venda de excedentes para a condição de produção para o mercado, sendo marcado, também, pela mudança nas relações de trabalho no campo. A chegada do trator e

do fertilizante marca a derrubada do Cerrado e o estabelecimento do vazio ecológico” (Brandão, 2009, p. 156).

Indiretamente, o arrendamento para o agronegócio provoca a situação que Brandão (2009) apontou. As palavras de um assentado do PA Canudos (2021) fazem referência ao possível esvaziamento produtivo do assentamento: “Haverá um momento que não acharemos um ovo, mandioca, leite ou queijo para comprar no assentamento”. O assentado faz uma crítica à opção pelo plantio de *commodities* agrícolas.

A opção pelo arrendamento dos lotes para o plantio de soja e milho tem como consequência direta: falta de área em cada lote para manutenção do rebanho, em geral; falta de área para o cultivo de hortaliças e frutas ou essas serão prejudicadas pelo veneno aplicado nas lavouras, conforme descrito no Quadro 2. Sobre os conflitos pontuais registrados no PA Canudos, inclui-se a reclamação de um assentado que perdeu todas as galinhas e frangos do terreiro, além do cachorro de estimação. As mortes foram associadas à aplicação de veneno da soja. Evidentemente, não foram realizados exames toxicológicos nos animais mortos e nada foi provado.

Quanto maior o capital do arrendatário, maior será a possibilidade de uso intensivo da área. Exemplo será o conflito pelo uso da água no assentamento para irrigação de “grandes lavouras de soja e/ou milho”. Isso ainda não aconteceu.

O conflito que se estabelece nas relações de arrendamento do solo já havia sido previsto nos estudos de Marx, conforme aponta Foster (2014). Existe uma quebra (ruptura) na relação metabólica entre o homem e a natureza (ambiente). Nas discussões apresentadas pelo autor (Foster, 2014) estão justamente as relações de arrendamento e renda fundiária da terra e os significados socioambientais dessa associação. Haverá entre os arrendatários alguma preocupação com a conservação dos recursos naturais? Isso já havia sido respondido por James Anderson para a Inglaterra do início do século XIX, é claro que não (Foster, 2014, p. 206).

Conflito parecido é registrado no Brasil com o avanço da lavoura de cana-de-açúcar em áreas de solos férteis de São Paulo e Norte do Paraná. O solo recebido após anos de exploração pela lavoura de cana-de-açúcar sempre será pior que aquele cedido no processo de arrendamento (Massareto; Nunes, 2010; Fonseca, 2019).

A questão, porém, não se resume ao solo. No PA Canudos ou em qualquer outro assentamento, sobretudo no Cerrado, a degradação dos recursos naturais é rápida e as consequências são duradouras, e não se restringem

apenas ao solo. A água, componente fundamental para a vida camponesa, escasseia na mesma proporção que se devasta a vegetação do Cerrado. A monocultura das *commodities* não permite que árvores do Cerrado “permaneam em pé”. A consequência é a separação metabólica entre o assentado e a sua unidade de produção.

A narrativa que acompanha esse avanço do agronegócio no Brasil é a ideia da vanguarda tecnológica, das taxas de produtividade e da necessidade de acabar com a fome do mundo, argumentos que são questionados por Brandão (2009).

Para que a terra produza em excesso – o mito tecnológico da produtividade – tanto seres de grupos humanos são retirados das paisagens anteriores, quanto a própria terra é subjugada: tornada plana, vazia do que não sejam os espaços úteis à produção, exaurida de recursos naturais e impregnada das químicas do agronegócio. [...] Isto significa que a absoluta racionalidade da modernização do campo brasileiro apoia-se organicamente em alternativas bastante pré-capitalistas de “conquista” da terra e de “posse e uso” do trabalho (Brandão, 2009, p. 49).

Para Porto-Gonçalves (2021), “o agrícola brasileiro sempre foi moderno e voltado para o mercado externo. Não existiam ‘modernos engenhos’ em todas as partes do mundo para a produção de açúcar para exportação”. Hoje, temos o agronegócio, que avança sobre as áreas do Cerrado e da Amazônia, expulsando camponeses (ribeirinhos, posseiros, agricultores/as, familiares) e populações indígenas. No passado, existiam os grandes latifúndios para a produção de cana-de-açúcar com base na exploração do trabalho escravo.”⁹

A questão central nesta discussão é que a fome no Brasil só aumentou nos últimos anos e “pode se tornar uma questão explosiva” (Silva, 2022), aliada à degradação ambiental, que avança no Cerrado e nos demais biomas do país, conforme apresentado cotidianamente na mídia. Sobre a degradação ambiental, três setores da economia estão na linha de frente desse processo: o agronegócio; a mineração, seja das grandes mineradoras e/ou dos garimpos espalhados pelo Brasil; e, por último, a construção de empreendimentos para a geração e transmissão de energia elétrica.

9 Apesar da economia baseada no trabalho escravo ter ficado para trás, ainda são comuns denúncias e a constatação de que existe trabalho “análogo à escravidão” no campo e na cidade neste país tomado pelo agronegócio.

Esses setores, juntos, respondem não apenas pela crescente degradação ambiental, mas também pela degradação social de camponeses, ribeirinhos, posseiros e índios. Trata-se, na realidade, de uma condição de degradação socioambiental.

No que se refere ao agronegócio, existem diferenças que podem passar despercebidas para aqueles que olham o campo apenas pelas propagandas da televisão ou via notícias que chegam pelo celular, difundidas por esse setor da economia. Para Porto-Gonçalves (2021), as diferenças começam nas palavras: Agronegócio é negócio, acima de tudo. Sua dimensão capitalista não consegue enxergar outra coisa senão o máximo nível de exploração do ambiente e da vida (socialmente organizada). Agricultura é cultura, outra dimensão do campo – produzir e reproduzir culturas – que alimenta a vida e a alma.

Não paramos apenas nesse trocadilho – negócio e cultura. O território do agronegócio tenta sintetizar o espaço-tempo – no plantio, na aplicação de venenos e na colheita, os trabalhadores que “monitoram as máquinas” não têm turno ou hora – o trabalho é contínuo –, não existe mais o significado do pôr do sol e/ou da alvorada, a máquina não pode/não precisa parar, ela que comanda os corpos.

Para o camponês que produz alimento e não *commodities*, o horário é marcado pelo sol e pela chuva. Ainda que a modernidade tenha chegado ao campo, para o camponês o pôr do sol é o convite para o descanso e a alvorada marca o início de suas atividades. No Cerrado, o período seco marca a lógica de cuidar da casa, do solo, da preparação – da venda do excedente, o manejo com o gado muda – a seca impõe outras formas de lidar com o gado. O tempo das águas é o momento da intensidade do plantar, o leite aumenta, mas o trabalho no curral é mais duro. Nesse caso se reproduz cultura e negócios, e não apenas o último. Para Brandão (2009, p. 43), algumas comunidades camponesas, indígenas e/ou quilombolas o tempo é mais “comida” do que “dinheiro”.

Para o “agronegócio”, a natureza (ambiente) é subjugada às suas vontades. Consome-se o máximo que o ambiente pode produzir, não sobra “tempo/ambiente” para a manutenção da vida do solo, das plantas, dos animais, dos rios. Esse desequilíbrio é que Marx chamou de Ruptura Metabólica (Foster, 2014).

Voltando aos conflitos provocados pelo arrendamento da parcela, é inevitável considerar que o camponês arrenda a terra pela própria condição de vida. A falta de recursos, aliada à diminuição da capacidade de trabalho

provocada pela idade e pelos anos de trabalho árduo, não deixa alternativas ao assentado senão arrendar sua parcela.

Aos assentados mais jovens, o arrendamento e o “dinheiro fácil” provocam uma espécie de letargia em relação à parcela de produção. O ócio pode provocar consequências ainda mais profundas no camponês. Qual o interesse pela vida, fora da vida do trabalho e das relações sociais mediadas pelo trabalho? Essa condição pode ser sentida na discussão que tivemos com um dos assentados que também dirige uma igreja evangélica no assentamento – concluímos que a busca do Deus é para pedir a conquista da saúde, da moradia, da colheita da terra e para agradecer essas mesmas conquistas. A terra arrendada, a ausência de trabalho na roça e os ganhos proporcionados por isso dispensam a figura de Deus e, por consequência, a própria igreja e suas tradições.

Como já descrito antes, o PA Canudos é dinâmico, assim como todos os assentamentos de Reforma Agrária do Brasil e, apesar de apresentarem indicadores de conflitos que estão conectados ao momento político brasileiro, da mesma forma apresentam indicadores de resistência, próprios do contexto em que foram gestados, na luta pela terra e pelo direito de viver e produzir.

Essa resistência, que preferimos aqui chamar de Resistência Socioambiental, é descrita por diversos autores conforme apresentado no Capítulo I. Destacamos os trabalhos de Guimarães e Alves (2014). As autoras apresentam um resumo da condição do camponês no mundo e no Brasil, destacando-o enquanto classe social e a luta travada por ela na disputa pelos territórios. O trabalho de Silva (2021) aborda como o campesinato goiano se desenvolveu e resistiu ao longo do tempo, mesmo que “cercado e a contrapelo” pela agricultura hegemônica representada pelo agronegócio.

Brandão (2009, p. 39) faz referência à condição da unidade de produção camponesa e sua inserção no modelo vigente.

A pequena unidade camponesa de tradicional agricultura familiar não é marginal à expansão do capital agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é orgânica e essencial à expansão do capitalismo no campo (Brandão, 2009, p. 39).

No PA Canudos a resistência se faz pelo próprio questionamento às mudanças em curso, transformações que não sabemos se serão duradouras. Os assentados simplesmente não assistem como simples espectadores e/ou como algo externo à sua própria condição de vida.

Considerando a discussão apresentada no Capítulo 3, constata-se que no processo de criação do PA Canudos, no ano de 2000, o arrendamento da terra era uma realidade, portanto não é nada novo no assentamento. Talvez o método e os atores sejam outros. Nos anos 2000, os assentados fizeram a opção pela produção do trabalho familiar na terra própria para o consumo, rechaçando os arrendatários da antiga Fazenda Palmeiras.

A Resistência Socioambiental nos foi relatada durante as visitas ao assentamento. O assédio aos assentados para o arrendamento dos lotes se transformou numa espécie de leilão, quando diferentes agentes do agronegócio oferecem valores cada vez maiores pelo arrendamento da parcela. A resistência socioambiental se traduz em dizer não aos arrendatários, mas é subjetivada na expressão da forma de morar no assentamento; na construção das casas, conforme aponta o trabalho de Marques (2016); na escolha das formas de viver e produzir.

As Figuras 37 A e B apresentam duas moradias no PA Canudos. A primeira localiza-se na área 1B (município de Guapó). O camponês chegou ao local e não havia uma única árvore plantada, Ele não apenas reflorestou o local onde foi construída a sua casa, como ainda mantém um processo contínuo de recuperação das margens do Rio dos Bois, que passa por sua parcela. A segunda é uma casa na área 3 (município de Palmeira de Goiás). Nesta, o camponês preserva uma tradição de morar em casa de palhas. Antes de qualquer juízo, é questão de escolha do viver, das subjetividades na forma de morar. Se não existisse o PA Canudos, provavelmente essas duas áreas mostradas na figura estariam uniformizadas enquanto áreas de produção de *commodities*.

Enquanto o arrendamento provoca a homogeneização da paisagem em algumas parcelas, através da retirada das árvores que cresceram em meio ao pasto (um meio de “limpeza da terra” para a passagem do trator e do arado), em outras parcelas a prática cotidiana é do reflorestamento, do cuidado com a água, da produção e compartilhamento do alimento que é produzido. A Resistência Socioambiental pode ser explicada pela relação ontológica do camponês com o território e com o lugar de manutenção da vida.

Para Souza Filho (2021), essa homogeneização da paisagem se opõe ao fundamento da função social da terra. O autor argumenta que o “capitalismo no campo tem aprofundado a destruição da natureza e expulsão das gentes” (Souza Filho, 2021, p. 230), e também acrescenta que os desertos verdes da agricultura são

territórios de morte donde toda a vida fica proibida de ingressar. São grandes, imensas, quase infinitas plantações de dinheiro. Nesta circunstância, a função social da terra ganha uma dimensão de vida ou morte. Não se trata mais de produzir, mas do quê e como produzir. Por isso, no conceito de função social se reconhece que a produção deve ser adequada e racional (Souza Filho, 2021, p. 231).

Concordando com Souza Filho (2021), a função social da terra tem uma dimensão de respeito a todas as formas de vida e, portanto, da conservação do ambiente e da sociedade.

Figuras 37 A e B – Moradia em Canudos: expressões da subjetividade da relação com o lugar



Fonte: Specian (2021).

RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: POSSIBILIDADES PARA OS CAMPONESES NO CERRADO

Unir três conceitos e/ou práticas em um único subtítulo pode parecer um desafio extenso. Parte desses conceitos que aparecem neste item do livro já foram trabalhados em outros capítulos, como o que denominamos de Resistência Socioambiental. A Soberania Alimentar é um conceito que, igualmente, já foi apresentado, fazendo um contraponto ao conceito de Segurança Alimentar.

Quanto à Agroecologia, merecia uma longa discussão de suas premissas teóricas, mas focaremos em usar algumas referências sobre o tema ao longo do texto, nos apoiando em autores como Leff (2015); Zamberlam e Fronchetti (2016); Costa (2017), além da obra organizada por Carneiro e Maluf (2003), sendo que a primeira e a última referência não tratam diretamente do tema.

Na Agroecologia buscamos o pressuposto de refutar o processo de “artificialização” da vida através de uma “agricultura monopolista” (Oliveira, 2016), que tem como base o uso crescente de veneno e sementes transgênicas e, como consequência, um processo de homogeneização da paisagem através das monoculturas (Souza, 2021, p. 160) e do esgotamento dos recursos naturais. É a prática de um sistema de destruição e “patologização da vida e a constituição de uma hegemonia predatória” (Chaveiro *et. al.*, 2019). Na realidade, os três conceitos-temas (resistência socioambiental, soberania alimentar e agroecologia) se completam; logo, não devem ser aplicados de forma separada.

Como já mencionado ao longo de todo este trabalho, os anos de 2020, 2021 e 2022 ficarão marcados na história da humanidade pela pandemia provocada pelo coronavírus e pela fome que aumentou em todo o mundo. Uma análise rápida poderia associar a fome à pandemia, tendo como base o recuo da produção agrícola. A primeira associação é correta, pessoas perderam emprego, sobretudo as mais pobres e/ou que trabalhavam nos setores da economia mais atingidos, como pequenos comércios. As famílias viram sua renda familiar desaparecer e a fome entrou nos lares.

Por outro lado, qualquer tentativa de associar a fome e a pandemia com o recuo da produção agrícola é mera especulação. No Brasil, é fato que algumas áreas foram atingidas pela seca nos anos de 2020 e 2021, sobretudo no Centro Sul do país, prejudicando culturas como o café no Estado de

Minas Gerais, mas o país, em geral, continua a bater recordes de produção de grãos e de avanço das áreas de produção de *commodities*. Para oferecer “luz” ao debate, vale citar um trecho do prefácio da primeira edição de Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço de 1946.

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. [...] Veja o caso da Índia, nos últimos trinta anos do século passado (XIX). Morreram de inanição naquele país mais de vinte milhões de habitantes. [...] Enquanto o porto de Calcutá continuava a exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais (Castro, 2006, p. 13).

Respeitando o arcabouço geopolítico, científico e socioeconômico da época, é possível perceber o problema da fome, no Brasil, que parece manter uma íntima relação com o descrito por Josué de Castro. Produzimos e exportamos *commodities* (cerais), como soja, milho, café; alguns processados como açúcar – produzido da cana-de-açúcar; cortes de carne – proveniente do abate de frangos, suínos e bovinos; *commodities* minerais, como petróleo, ferro, níquel, alumínio, ouro e manganês, mas o povo continua a passar fome.

A soberania alimentar, que poderia/deveria ser tratada como pauta número 1 em qualquer governo, foi esquecida, especialmente, no governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019/2022). A partir dessa pauta básica, soberania alimentar, as políticas públicas para financiamento da agricultura, conservação dos recursos naturais, produção de alimentos saudáveis, logística de armazenamento de alimentos e outras pautas correlatas comporiam um arcabouço de luta contra dois inimigos da humanidade, a fome e a destruição do planeta.

A Unidade de Produção Agroecológica Colmeia – onde a utopia e a realidade se misturam

Uma característica preservada nas relações entre os assentados é a partilha e ajuda mútua. As cercas entre as parcelas existem, mas os arames não são rígidos como nas divisas de terras camponesas com o latifundiário.

A interação é peça-chave para a reprodução da vida e do trabalho nos assentamentos. A constituição de um assentamento forjado na luta, como o PA Canudos, encontra na partilha, desde os acampamentos e ocupações, uma premissa da vida. Sem compartilhamento não é possível resistir às condições impostas em pré-assentamentos. Constituir as primeiras roças, formar um pequeno rebanho, procurar água, construir a moradia e lutar pelo direito de viver, entre tantos outros desafios, são possíveis apenas na partilha. Contudo, o núcleo familiar é condição fundamental para enfrentar os desafios impostos na conquista da terra.

No PA Canudos a história não é diferente: unir trabalhadores em mutirões para cuidar da parcela de uma família assentada que esteja com algum tipo de dificuldade é algo corriqueiro. Entre as parcelas que constituem o PA Canudos, existe a Unidade Colmeia, à qual dedicamos maior atenção.

Essa parcela do PA Canudos, que recebeu o nome de Colmeia, tem como marco de início o mês de novembro de 2019; portanto, é recente, considerando o ano de instalação do assentamento. Nessa data, uma liderança nacional do MST em Goiás se instala no Assentamento Canudos¹⁰. A parcela que ele passou a ocupar estava tomada pelo capim braquiária; alguns velhos pés de manga; o solo desgastado pelo tempo. Sua missão: devolver a vida ao solo e produzir alimentos livres de veneno, recuperando o quinhão de terra que recebera.

Em minhas andanças pelo PA Canudos, ouvi mais de uma vez de outros assentados que o projeto que começava a ser desenvolvido na Unidade Colmeia era de um *sonhador* – essa denominação é uma forma de dizer que ele não irá para frente, que está ausente da realidade. Talvez esteja embutido neste discurso, nesta definição do outro como sonhador, um pré-conceito

10 O líder do MST foi convidado pelas lideranças do PA Canudos a ocupar um quinhão de terra (como ele chama) da área livre/comum do assentamento, próximo à antiga sede da Fazenda Palmeiras. Essa mudança para o assentamento tem relação com o momento pelo qual ele estava passando. Em outubro de 2016, ele recebeu o direito à liberdade assistida, após ficar seis meses preso, no período de maio a outubro de 2016. Ele havia sido condenado pela ocupação da área da Usina de Alcool em Santa Helena de Goiás – na realidade, a massa falida da Usina. Um detalhe é que ele não estava na ocupação, mas como liderança do movimento no Estado, ele foi condenado em primeira instância com base na lei antiterrorismo – “uma punição exemplar”. O *habeas corpus* concedido pelo STJ, atendendo à sentença do Juiz de Santa Helena, impedia-o de realizar atividade de organização política – de militante do movimento. Na prática, um duro castigo para quem vive pelo movimento. A solução encontrada para ele continuar desempenhando tarefas para o movimento foi a designação de uma nova atribuição: produzir comida livre de veneno e com respeito ao ambiente. Assim começou o projeto na Unidade de Produção Agroecológica Colmeia.

típico daquilo que Martins (2015, p. 10) chamou de modo “anômalo e incabado como a modernidade se propõe num país como o Brasil e na realidade descompassada desta nossa América Latina”. Qual é o limite do homem simples e como ele é capturado pelo sistema vigente?

A pergunta encontra resposta nos próprios camponeses que almejam o desenvolvimento do assentamento como um projeto do agronegócio, na forma de lidar com a terra e com as relações de trabalho assalariado. Estes, em sua maioria, definem o outro como sonhador.

A privação do Camponês em poder falar com a massa e de articular os movimentos camponeses, fez com que ele se libertasse através da produção de alimentos saudáveis e da realização camponesa. Ele não precisou sair de sua casa para fazer acontecer o movimento. Impedido de se deslocar, transformou sua prática diária no quinhão de terra em movimento e discurso, sem necessidade de palavras. As pessoas passaram a visitar a Unidade Colmeia e difundir a experiência.

A produção de alimentos saudáveis, a diversidade biológica, o tratamento orgânico do solo, a negação da “mais valia” nas relações de trabalho e a produção de alimentos livres de venenos são práticas de seu “discurso silencioso”. Um “drible da vaca” na justiça burguesa, que ficou sentada em sua cadeira de fazer injustiças, enquanto o camponês se encontrava, à frente ou às suas costas, com a liberdade proporcionada pelo encontro com a terra de produzir alimentos e discursos.

O trabalho na Unidade Colmeia é um exemplo de contraponto dos movimentos sociais ao paradigma estabelecido na “relação da degradação do homem/ambiente e a produção de alimentos intoxicados” (Chaveiro *et al.*, 2021, p. 265). Na Unidade Colmeia se produz alimentos saudáveis.

Após a instalação na parcela, começa o trabalho, com a enxada, de afastar o capim braquiária para começar a horta, necessária para a alimentação do dia-a-dia. Aliado a isso, inicia-se a aplicação de projetos para ofertar uma nova lógica de vida para o lugar. O primeiro e contínuo projeto é o de plantar árvores, iniciando o processo de criação de uma agrofloresta¹¹,

11 Segundo Micollis *et al.* (2016, p. 22), Agrofloresta ou Sistemas Agrofloretais (Safs) são “sistemas baseados na dinâmica, na ecologia e na gestão dos recursos naturais que, por meio da integração de árvores na propriedade e na paisagem agrícola, diversificam e sustentam a produção com maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles que usam o solo em diversas escalas” (definição ofertada pelo Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestral – Icrاف).

que foi denominada de Agrofloresta Ana Primavesi¹². O nome escolhido faz jus ao propósito defendido pela pesquisadora “Solo Sadio, Planta Sadia, Homem Sadio” (Primavesi, [s/d].). As Figuras 38 e 39 exibem parte da produção e organização da Unidade Colmeia.

O cuidado com o solo passou a ser uma prática na Unidade Colmeia, um rito educativo e produtivo. “Zelar pelo solo é, ao mesmo tempo, uma forma de zelar pela produção de alimentos saudáveis” (Chaveiro *et. al.*, 2021, p. 282).

A Agrofloresta Ana Primavesi tem funções que vão além da conservação do solo e da produção de alimentos saudáveis. Para cada árvore plantada é realizada uma homenagem aos que viveram em prol de uma sociedade melhor. Quem visita a Unidade Colmeia planta uma árvore. A Agrofloresta mantém viva a chama da esperança, resgatando a memória daqueles/daquelas que dedicaram a vida à sociedade e ao ambiente. Para Chaveiro *et al.* (2021):

A plantação de símbolos é parte do projeto da Unidade Colmeia, ajuda a ligar o solo à memória, e, portanto, à formação da consciência coletiva. Não à toa que os camponeses, com formação política e intelectual consistentes, na abertura dos trabalhos de campo e das atividades colaborativas na Unidade, geralmente apresentam os propósitos do projeto (Chaveiro *et. al.*, 2021, p. 270).

A preocupação com o solo e a produção de alimentos saudáveis é uma proposta do MST seguida na Unidade Colmeia. A questão envolve a orientação do movimento que foi apresentada seu Programa Agrário (2014-2019), entre elas, destacamos:

46. A Reforma Agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de coprodução homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2015, p. 33, grifo nosso).

12 Anna Maria Primavesi – Engenheira Agrônoma de formação, foi pioneira nas pesquisas de conservação de solo e agroecologia no Brasil. Nasceu na Áustria em 1920 e faleceu em São Paulo no ano de 2020.

Figura 38 – Canteiros de hortaliças na Unidade de Produção Colmeia



Fonte: Specian (2021).

Figura 39 – Área de produção de bananas consorciadas com árvores frutíferas: café, cupuaçu e cacau



Fonte: Specian (2021).

Após algumas experiências com os Sistemas de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) praticada nos primeiros anos do Movimento, a partir dos anos 2000 o MST encontrou na agroecologia uma nova orientação política, e uma resposta ao “paradigma da Revolução Verde” e do

Agronegócio, para ser efetivada em seus Assentamentos Rurais (Moura, 2021, p. 100; De'Carli, 2013, p. 113).

A preocupação com o ambiente (natureza) e a produção de alimentos saudáveis aparece em outros pontos do Programa Agrário do MST. O Movimento entende que a conservação dos recursos naturais está intimamente ligada à produção de alimentos sem o uso de venenos. Entre os recursos naturais, a água ganha destaque em vários pontos do Programa, com distinção para as nascentes do Cerrado que abastecem as principais bacias hidrográficas brasileiras.

Na divisão original do PA Canudos, das 329 parcelas/famílias assentadas, apenas 17 não tinham acesso a um curso d'água em sua parcela (nascente/riacho/represa ou rio). Com a instalação das famílias no assentamento, a maioria delas passou a contar em suas parcelas com um poço raso (poço caipira ou cacimba) ou minipoço. Na Unidade Colmeia, a água para irrigação das plantas é retirada de uma represa (período de seca) e de um poço caipira (se necessário) no período de chuvas. Parte da irrigação é realizada por gotejamento em culturas de ciclo mais longo. Nas hortaliças é usado o sistema de aspersão. Nas observações de campo foi possível verificar que o nível de represa que abastece a Unidade não se altera (diminui) com o uso da água para irrigação; existe sustentabilidade no uso do recurso.

Um segundo paradigma que é questionado na Unidade Colmeia é a exploração do trabalhador e o lucro sobre ele. Para executar o projeto de recuperação da área, aliada à produção de alimentos saudáveis, foi necessário aumentar a força de trabalho na parcela. O “guardião da unidade de produção” buscou no assentamento um parceiro para dividir a execução das tarefas na Unidade Colmeia. A divisão das tarefas ocorre na mesma proporção em que o retorno financeiro é auferido, ou seja, ele não contratou um trabalhador para explorar sua mão de obra, mas sim um companheiro para dividir com ele o bônus do trabalho coletivo, conforme preconizado nos fundamentos do Programa de Reforma Agrária Popular do MST:

4. Produção – toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação [...] (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2015, p. 36, grifo nosso).

Essa forma de pensar e agir muda toda a lógica produtiva. É um desafio, pois a maioria dos trabalhadores, dentro e fora do PA Canudos, se habituou a ter uma relação de trabalho em que se estabelece um valor pela venda da força de trabalho, independentemente dos resultados auferidos pela venda do que é produzido. O parceiro que passou a atuar na Unidade Colmeia é, igualmente, um assentado.

O terceiro paradigma que é contestado no processo produtivo da Unidade Colmeia é a venda segundo uma lógica de mercado, em que a oferta e a demanda determinam os preços e, também, exigem o máximo de exploração dos solos, da água e dos recursos naturais. A proposta é ofertar um preço justo ao consumidor final, respeitando os limites da natureza no “quinhão de terra”¹³ que gera a produção de alimentos saudáveis.

A venda (entrega) da produção passou a ser feita em Goiânia todos os domingos, usando o espaço (parceria) da Igreja São Judas Tadeu, Igreja Católica ligada aos Frades Dominicanos (Figura 40). O reconhecimento do trabalho dos camponeses de produção agroecológica realizada na Unidade Colmeia fez com que o grupo de amigos/consumidores organizasse uma associação para dar apoio ao trabalho em curso. O caminho escolhido foi a organização de uma “Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA.”¹⁴ A sigla, CSA, tem como referência (em inglês) – Community Supported Agriculture (Junqueira; Moretti, 2018).

Nas CSAs, um grupo de pessoas se compromete a adquirir a produção da Unidade; em contrapartida, os membros da CSA podem opinar nas formas de produção, considerando que a produção tenha como referência a agroecologia. Carvalho e Oliveira (2021) elucidam as CSAs da seguinte maneira:

De forma geral, a CSA é um modelo de trabalho coletivo entre agricultores e um grupo de consumidores, que se comprometem a financiar a produção agrícola por um período e em contrapartida recebem periodicamente os alimentos produzidos. Assim, o agricultor produz com a certeza do escoamento da produção e sem a preocupação em determinar preço para cada item (Carvalho; Oliveira, 2021, p. 1).

13 A área total da Unidade de Produção Agroecológica Colmeia é de 10 ha, incluindo as áreas de reserva legal. A área utilizada para a produção não ultrapassa 3 hectares, conforme os dados de janeiro de 2022.

14 Sobre a criação das CSAs no Brasil e o histórico de surgimento na Europa e nos Estados Unidos, podem ser encontrados em Sousa Junior (2013) e Sales *et al.* (2022).

Figura 40 – Local de entrega dos alimentos produzidos na Unidade Colmeia – Pátio da Igreja São Judas Tadeu – Goiânia-GO. Detalhe das sacolas com alimentos com o emblema da CSA Art. 5º prontos para serem entregues.



Fonte: Specian (2021).

O trabalho de Junqueira e Moretti (2018) apresenta uma definição aprofundada das relações que se estabelecem nas CSAs:

Entram em cena não apenas necessidades, demandas e expectativas dos consumidores quanto à oferta de alimentos mais saudáveis, íntegros, frescos e naturais, mas também formas alternativas de organização dos circuitos de distribuição agroalimentar e expressões políticas ativas em relação à defesa, promoção e proteção da biodiversidade, da economia familiar, do desenvolvimento sustentável e endógeno do local e do combate aos desperdícios, à poluição ambiental e ao uso abusivo ou desregrado dos recursos naturais (Junqueira; Moretti, 2018, p. 517-518).

A CSA criada para compartilhar a produção da Unidade Colmeia recebeu a denominação de CSA Art. 5º (uma referência ao 5º art. da Constituição Federal). No início se somaram a Unidade de Produção 12 (doze) coagricultores ou “coagris”, atualmente o grupo é formado por 51 coagris (Carvalho; Oliveira, 2021). Estima-se que são atendidas semanalmente cerca de 200 pessoas com os produtos produzidos na Unidade Colmeia.

O acordo firmado é que cada coagricultor pague um valor fixo de R\$ 180,00 ao mês. Em troca, recebem uma cesta de alimentos semanalmente. O acordo previa que a cesta deveria ter no mínimo seis tipos diferentes de alimentos, distribuídos entre legumes, frutas, verduras ou tubérculos. Em média, os coagricultores recebem entre 10 a 12 produtos diferentes em cada cesta de alimentos. Não se estabelece um valor por produto. A relação é pautada na produção de alimentos saudáveis e no respeito aos seres humanos e à natureza. Além das cestas entregues entre os coagricultores, parte da produção da Unidade Colmeia é doada às famílias de ocupações urbanas em Goiânia, além da alimentação dos próprios camponeses e da venda ou doação para outros assentados do PA Canudos.

Na CSA, não há atravessadores que extraiam renda sobre o produto. Nas palavras da liderança do MST, articulador da Unidade Colmeia, “a produção e o retorno financeiro obtidos na Unidade Colmeia são maiores que em qualquer outra produção do agronegócio (*commodities*), comparando uma mesma área de uso”.

Uma pesquisa, em andamento, realizada por um técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), mostra que a Unidade Colmeia produz 82 variedades de alimentos. Em uma de nossas passagens pela Unidade Colmeia, computamos a produção contínua de 28 variedades de alimentos, sendo: alface (três variedades); couve; berinjela; banana (diversas variedades); açafrão; pequi; quiabo; beterraba; batata-doce; mandioca; cebola (experimental); salsa; cebolinha-verde; tomate (duas variedades); maxixe; abóbora (diversas variedades); mamão; rúcula; ovos; repolho; jiló; inhame; pimenta (diversas variedades); milho; couve-flor; manga; jenipapo; limão; mel; e outros. Além disso, já foi cultivado arroz, e vários tipos de frutas foram plantadas.

O quarto paradigma superado pela lógica produtiva na Unidade Colmeia é de que não é possível gerar tecnologias para a produção agroecológica. Na Unidade Colmeia, segue-se outra orientação proposta pelo Programa Agrário do MST (MST, 2015), da pesquisa e extensão rural, voltado para a produção agroecológica e soberania alimentar. Entre os pontos apresentados no Programa Agrário do MST, destacamos:

Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender às necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país;

Assegurar que a assistência técnica, a transferência de tecnologias, o fomento e extensão rural tenham como orientação política os princípios da democratização dos conhecimentos, o favorecimento de intercâmbios e o estímulo à criatividade dos camponeses (MST, 2015, p. 43-45).

A Unidade Colmeia recebe pesquisadores de várias universidades brasileiras: Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras. Uma das pesquisas de destaque que estão sendo testadas na Unidade Colmeia é da aplicação de um fertilizante natural produzido com nanotecnologia. A pesquisa é conduzida por pesquisadores da UnB (Brasil, 2021c). Os resultados iniciais mostram aumento da capacidade de produção em um ambiente livre de venenos. Portanto, é possível desenvolver tecnologias para aplicar na agricultura de pequena escala voltada para a agroecologia.

“Por fim, conforme preconiza Souza (2018), a superação da separação sociedade x natureza é uma condição que está na “ordem do dia”. No entanto, a regra do campo brasileiro e de algumas parcelas arrendadas do PA Canudos é retirar árvores para homogeneizar a paisagem com a monocultura de soja e milho. Na Unidade Colmeia ocorre o contrário – plantam-se árvores, que ofertarão sombreamento para o cultivo de outras espécies, gerando massa orgânica para o solo, produzindo e cuidando do solo. É uma forma de buscar o caminho contrário apontado por Foster (2014). Na Unidade Colmeia ocorre uma tentativa de recuperação da relação metabólica – homem/natureza.

No momento em que escrevíamos este capítulo final, ocorreu o lançamento da pré-candidatura¹⁵ do “Guardião da Parcela Colmeia” para ocupar uma vaga no Congresso Nacional, como Deputado Federal. Se por um lado a candidatura ameaça parte do projeto de Resistência Socioambiental na Unidade Colmeia, com o afastamento do mentor/articulador do projeto; por outro, amplia-se a possibilidade de discussão da produção de alimentos saudáveis no campo.

15 O Lançamento foi realizado simbolicamente na Unidade de Produção Agroecológica Colmeia no dia 19 de março de 2022. Nesse dia foram plantadas árvores em um bosque denominado José Porfírio, uma homenagem a um camponês que ousou lutar pela reforma agrária em Goiás e no Brasil, tornou-se o primeiro Deputado Estadual camponês de Goiás e, infelizmente, teve um fim trágico: desapareceu durante o regime militar no mês de julho de 1973. O seu corpo nunca foi encontrado. O bosque José Porfírio é uma tentativa de recuperação de uma área degradada do latifúndio que deu origem ao Assentamento Canudos.

A candidatura vem apoiada como uma tarefa do MST, ou seja, a candidatura marca oficialmente uma mudança de postura do movimento, de mudar a forma de luta, incorporando outros métodos, garantir a terra para quem quer produzir alimentos saudáveis, ou seja, fora do pacote utilizado pelo agronegócio. O movimento não vira partido, como algumas pessoas imaginam. O movimento se apoia no partido que sempre apoiou (Partido dos Trabalhadores) para estruturar uma nova forma de luta pela Reforma Agrária, Conservação dos Recursos Naturais, Produção de Alimentos Saudáveis e a busca da Soberania Alimentar em país de milhões de famintos. Uma reviravolta criticada por muitos intelectuais, mas, com certeza, aprovada por outros.

A esperança brota da terra, mas a terra precisa ser cultivada, cuidada. O processo de “uma nova ocupação do PA Canudos”, protagonizado pelo avanço do agronegócio, tanto pelas mãos dos camponeses do assentamento quanto por agentes externos, gera conflitos e resistências. Considerando a lógica política do período 2019/2022, os Assentamentos de Reforma Agrária tiveram que resistir aos apelos do agronegócio.

A esperança é o movimento de resistência socioambiental – ele é contínuo, é movimento. A esperança, ademais, está na mudança da ordem política vigente. Por isso a importância das eleições no ano de 2022, assim como será importante as eleições de 2026, a sociedade terá que escolher entre a volta de um projeto neoliberal ou manter um governo com “intenções progressistas”. A esperança brota na terra e da possibilidade de projetar um futuro em que o Cerrado seja pensado enquanto território e bioma, pois sem o bioma e a sua diversidade, o território padece. A destruição do Cerrado compromete a conservação daquilo que é fundamental para a manutenção da vida, a água.

Considerações Finais



*“É necessário se espantar, se
indignar e se contagiar, só assim
é possível mudar a realidade”*

Nise da Silveira

Ao longo deste livro, buscamos organizar as partes como independentes e articuladas entre si. Cada qual busca responder aos próprios questionamentos enunciados, e seguimos com o mesmo entendimento na organização desta etapa da obra.

As perguntas e respostas apresentadas foram organizadas a partir da articulação de teorias, categorias de análise e conceitos. O território e o lugar, conceitos fundamentais para a Geografia, foram articulados para permitir a interpretação das questões que envolvem a fome, a soberania alimentar, a conservação da água no Cerrado e do próprio bioma/território. A concepção da Geografia Ambiental permitiu “a construção de uma ponte” entre os campos de saberes da Geografia e de outras áreas da ciência. Essa “ponte” possibilita a interlocução entre a defesa do bioma e a possibilidade de constituição do território, ocupado por aqueles que buscam o equilíbrio entre a produção de alimentos e a manutenção do Cerrado – em pé.

A indagação fundamental: é possível produzir alimentos e ao mesmo tempo conservar o Cerrado? Respondemos que sim. Essa resposta, direta, foi ao longo do texto contestada e reafirmada nos conflitos que envolvem o campo no Cerrado e nas possibilidades encontradas pelos camponeses.

Uma afirmação ficou oculta ao longo do livro. A vida simples pode ser uma resposta às mazelas do nosso mundo? Afinal, o que as pessoas precisam para viver? A vida simples não é uma vida de sofrimentos, como muitos

querem acreditar, negando, dessa forma, a condição de simplicidade, abrindo o território camponês para a expansão do capital.

Os/as camponeses/as e o seu cotidiano colaboram para a compreensão da vida simples. Essa condição de vida contribui para esclarecer o conceito de Função Social da Terra. A narrativa histórica sobre a condição camponesa retrata um contínuo processo de resistência, mas sob uma égide de que, embora se defendendo, essa classe social e seu serviço prestado é pouco reconhecido pela sociedade. Renovar os conceitos apresentando novas perspectivas aos camponeses é trabalho da academia, enquanto resposta ao próprio uso da “condição camponesa” em diversas pesquisas acadêmicas – a questão agrária é farta fonte de pesquisa para a Geografia.

O questionamento sobre os modos de vida da sociedade, impulsionados pela pandemia que, ainda, assola o planeta, eliminando milhares de vidas, parece ser um bom momento, dada a sensibilidade de parte da sociedade para apresentar o trabalho dos camponeses enquanto produtores de alimentos saudáveis e, sob certa medida, capazes de “defender” o ambiente. O camponês não pode, não consegue viver em terras arrasadas. Ele precisa não só cuidar, mas também recuperar o passivo ambiental deixado pelo latifúndio predatório.

Reconhecer o trabalho dos camponeses e debater os ganhos da reforma agrária com a permanência das pessoas no campo, na produção de alimentos e não de *commodities*, na diminuição da fome do Brasil e do mundo são temas importantes que nos direcionam para pensar novos conceitos. A Resistência Socioambiental é um conceito que traz para o debate essas questões. O conceito permite direcionar as discussões para além das páginas de conflitos – que existem e continuarão a existir; é possível pensar a qualidade de vida a partir de um movimento contrário – de moradia das pessoas no campo, de esvaziamento das periferias urbanas e retorno desses camponeses expropriados à terra. Pode significar a diminuição da violência, da fome, das desigualdades sociais – essa é a força que pode ser pensada para a Resistência Socioambiental.

Não sejamos ingênuos em imaginar que isso acontecerá de forma natural. A resistência continuará no centro das discussões, os embates continuarão necessários para questionar o campo e os atores dominantes do agronegócio, do agro pop, mas o caminho para o planeta parece ser aquele que deixa de separar a sociedade do ambiente. A Geografia Ambiental, a superação do mito da natureza intocada e a valorização daqueles que buscam harmonizar a vida para além da cultura do consumo são caminhos possíveis.

A estratégia de organizar uma Resistência Socioambiental passa pela forma que os camponeses lidam com o Cerrado e suas particularidades ambientais, assim como sua condição enquanto bioma e território.

Parte das nossas discussões aborda a ocupação do bioma Cerrado enquanto um “Território Líquido”. Dessa forma, buscamos apontar as consequências da disputa desse território (líquido) sobre as comunidades inseridas no Bioma. A defesa apresentada é que o Cerrado é um território (bioma) de possibilidades para os camponeses, sujeitos organizados enquanto classe social importante para o conjunto da sociedade, um contraponto ao discurso do agronegócio e/ou o termo no diminutivo que vem sendo usado – o agronegocinho, uma referência de tentativa de cooptação dos camponeses.

O Cerrado aparece na produção acadêmica enquanto bioma em vias de desaparecer. O discurso parece contribuir com a lógica do sistema capitalista que apresenta esse vasto território como uma das áreas de maior contribuição para a produção de alimentos no planeta (leia-se *commodities*). Esses agentes do agro-hidronegócio, que cercam os rios e tomam suas águas, formando os territórios líquidos, argumentam que isso é necessário para a produção de energia e alimentos.

A escala de conflitos pela disputa das águas do Cerrado ultrapassa o nível dos camponeses e seus lugares de moradia. Analisando os conflitos registrados para a bacia do Rio São Marcos, divisa dos Estados de Goiás e Minas Gerais, fica evidente que o uso em excesso da água coloca os próprios “atores hegemônicos” em conflito.

Em Goiás, os remanescentes de Cerrado sofrem com a pressão do agro-hidronegócio – terras e água são objetos de disputa para a produção agropecuária, geração de energia e mineração (esta última não foi abordada no livro). Os grandes projetos agropecuários não apenas retiram a cobertura vegetal original do Cerrado como também provocam impactos ambientais diretos. Os efeitos a longo prazo podem comprometer a disponibilidade de água para todo o território nacional. No campo socioambiental, é uma ameaça às populações tradicionais – como ocorre com as comunidades tradicionais na região do Matopiba ou, no caso do Estado de Goiás, em relação ao território ocupado pelos kalungas no extremo norte do estado.

A ocupação do Cerrado por camponeses em áreas menores em um processo de “reterritorialização” é fundamental para projetar a recuperação dos solos degradados e das nascentes dos rios. O camponês que recebe uma parcela em um assentamento de Reforma Agrária só consegue permanecer na terra se produzir e ao mesmo tempo conservar os recursos disponíveis.

A reterritorialização camponesa e a importância para o bioma Cerrado podem ser analisadas no Projeto de Assentamento Canudos. Estima-se que residem no PA Canudos cerca de 400 famílias; antes, a Fazenda Palmeiras, que deu origem ao assentamento, era ocupada por três famílias herdeiras. Os camponeses no PA Canudos, apesar dos dilemas e conflitos, estão produzindo e alimentando as suas famílias e, também, conservando os remanescentes de Cerrado registrados para o assentamento.

No Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e no Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC) assinado pelos assentados de Canudos, permitiu-se que cerca de 55% do total da área permaneça como reserva permanente, enquanto no entorno no assentamento esse percentual cai para 38%, considerando o recorte temporal entre 2000 e 2011.

Pensar o Cerrado “em Pé”, ocupado por camponeses que produzem e vivem nesse bioma, não é utopia distante, é possibilidade. A conservação das águas desse Bioma se faz com a alternativa dessa ocupação. A água é a fonte de vida do camponês e esta pode ser a garantia para a conservação do Cerrado.

Apesar da Resistência Socioambiental ser uma marca dos camponeses que vivem no PA Canudos, considera-se que o assentamento não é uma “ilha intocável”. Os camponeses no assentamento pulsam e são influenciados pela realidade socioeconômica do seu entorno.

A análise das informações sobre a produção agrícola nos municípios onde se localiza o PA Canudos para os últimos 23 anos (1997/2020) permite considerar que ocorreu uma mudança da forma de uso e ocupação do solo, saindo de uma diversidade de produção agrícola para a concentração da produção de produtos da pauta de exportação de *commodities*, sobretudo soja e milho. A mudança ocorreu de maneira acentuada no município de Palmeiras de Goiás. É fato que isso não é uma condição isolada, é uma tendência do Brasil.

As atividades ligadas à pecuária, tanto de corte quanto de leite, não avançaram na mesma proporção. O rebanho foi mantido. Talvez tenha ocorrido um melhoramento genético que permitiu a manutenção do rebanho, pois a área destinada à pastagem foi, com o tempo, sendo substituída pelas lavouras de grãos.

Os camponeses no assentamento não são alheios aos processos de mudanças, às transformações, às mudanças das formas com que o capital agrícola é aplicado, como a instalação de cooperativas e indústrias

ligadas ao processamento da produção do campo, as quais impactam os camponeses, seja por “cativar” algumas mentes para o mercado e a promessa de enriquecimento a curto prazo, seja por negar a estrutura organizativa dos camponeses.

As pessoas necessitam se alimentar e não nos alimentamos de soja em nosso dia a dia, por mais que essa leguminosa esteja presente em vários alimentos superprocessados. Se de um lado ficou claro, especialmente na pandemia, que o agronegócio avançou na quantidade de toneladas de grãos produzidos, mas não conseguiu acabar com a fome, que, ao contrário, aumentou nos anos de 2020 e 2021, por outro lado surge a dúvida na sociedade: de onde vêm nossos alimentos? Essa dúvida, portanto uma busca de resposta, é uma oportunidade para o campesinato e para os assentados de Reforma Agrária mostrarem sua capacidade produtiva de alimentos e não de *commodities* agrícolas.

Não se produz, porém, sem assistência e sem apoio. Os programas de financiamento tanto da produção quanto do incentivo à permanência no campo foram minguando após o golpe de 2016. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Bolsa Verde já viraram história e/ou diminuíram drasticamente os recursos aplicados.

O PA Canudos resiste, uma Resistência Socioambiental, os camponeses, em sua maioria, sabem que a vida pode ser dura no campo, mas é muito mais dura na cidade e/ou nos acampamentos da reforma agrária. O aparato do Estado, que pouco tem apoiado os camponeses através de políticas públicas, sobretudo durante o governo genocida do presidente Jair Bolsonaro (2019/2022), não deixa de fiscalizar as condições de conservação das áreas de proteção legal nos assentamentos de reforma agrária, como as áreas de reservas do PA Canudos. Sempre existe uma pressão do estado e da sociedade sobre o camponês. Torna-se necessário perguntar: “reservar/conservar para quem?”

A conservação do Cerrado é um ato de Resistência Socioambiental, é um ato político. Parece claro que a manutenção do bioma Cerrado é condição para a manutenção dos camponeses no PA Canudos. Vale repetir a máxima segundo a qual “sem Cerrado, não é possível manter a água e a reprodução da vida”. A permanência dos camponeses em lotes de até 17 ha será possível com o equilíbrio entre produção e conservação dos recursos naturais, essencialmente água. Produzir no Cerrado exige um esforço em conservar os recursos hídricos, a teia hídrica, permitindo a produção de alimentos no período marcado pela estiagem.

As áreas de reserva ou aquelas que ainda não foram absorvidas pelo agronegócio são como uma vitrine para o setor: peças a serem conquistadas, compradas e, às vezes, tomadas. A disputa é pelos recursos naturais e pela vontade de privatizar o uso desses recursos. A água é o recurso mais cobiçado.

Parece certo que a vontade de “ocupar e destruir” do agronegócio não tem limites. Ao mesmo tempo que o setor avança em área ocupada e na quantidade de toneladas de *commodities* produzida, o Cerrado agoniza, os rios estão cada vez mais secos e os solos cada dia mais estéreis. Do bioma pouco resta, por isso a importância do PA Canudos e, em especial, os camponeses que lá encontram a terra para fazer morada e reproduzir a vida em sua essência, com cultura, trabalho, lazer, alimentação e segurança. São essas questões que estão em jogo na disputa territorial do Cerrado do PA Canudos.

Nos primeiros meses de 2022, o noticiário já começava a tratar da ameaça aos estoques de alimentos em todo o planeta. Uma parte da retórica de escassez é associada ao conflito em curso no Leste Europeu, causado pela invasão da Rússia à Ucrânia. O descompasso da produção e distribuição de alimentos não é apenas provocado pela guerra e pela pandemia. Existe uma degradação ambiental global que afeta a produção de alimentos, apesar de que, o maior responsável pela fome ainda é a distribuição irregular de renda entre os países e no interior destes.

Como já mencionado, o PA Canudos pulsa o próprio momento histórico que vivemos. Os conflitos existentes no assentamento são provocados, em parte, pelo assédio aos camponeses para arrendar suas terras. O agronegócio busca novas áreas para a “produção de alimentos”, nós preferimos denominar de *commodities*. O Brasil de milhões de famintos se contrapõe ao Brasil que bate recordes de produção de grãos em suas terras agricultáveis.

O avanço do agronegócio tem como premissa o desequilíbrio ambiental. Esperar que os camponeses resolvam a questão é um equívoco. Espera-se que a própria urgência global em relação à fome e à degradação dos recursos naturais permita uma mudança de curso e isso só pode ser feito pelo conjunto da sociedade e por políticas públicas.

Os camponeses no Cerrado mostram que as premissas para acabar com a fome no Brasil serão conquistadas com respeito ao trabalhador, à reforma agrária e à conservação do bioma. A experiência na Unidade Colmeia é um exemplo de produção de alimentos e conservação do Cerrado. A escala de produção na Unidade Colmeia é a própria resposta à conservação.

A destruição do Cerrado e o esgotamento dos seus recursos acontecem na escala de cada propriedade rural, independentemente do seu tamanho. A resposta a sua conservação pode ser realizada nesta mesma escala. A conservação dos remanescentes do Cerrado e a recuperação de cada curso d'água que deixou de correr no “último verão” serão uma forma de recuperar o próprio bioma Cerrado. Essa recuperação é possível com a ocupação do Cerrado. Uma ocupação que compreenda que produzir alimentos saudáveis é apenas possível com respeito ao ambiente.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. **O que é ser Geógrafo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

AFONSO, José B. Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá-PA, 2016. Disponível em: <https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/finalBatista.pdf>. Acesso em: 1º out. 2021.

AGRICULTORES goianos perdem o rio Batalha para usina hidrelétrica: entenda este conflito pela água. **Popular Online**, Goiânia, GO, 4 fev. 2020. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/agricultores-goianos-perdem-o-rio-batalha-para-usina-hidrel%C3%A9trica-entenda-este-conflito-pela-%C3%A1gua-1.1986870>. Acesso em: 7 set. 2020.

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/35126461/Geopol%C3%ADtica_da_Biodiversidade. Acesso em: 1º ago. 2020.

ALENTEJANO, Paulo R. Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, Dourados, MS, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/> // DOI 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALIER, Juan M. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 1997.

ALMEIDA, José C. de. **A disputa territorial entre agronegócio x campesinato no assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita – RS**. 2011. 57 f. Monografia (Curso Especial de Graduação em Geografia – Licenciatura e Bacharelado) – Convênio

Unesp/Incrá/Pronera. Presidente Prudente, SP, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/monografias.php>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ALMEIDA, Maria G. de. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre os sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, Maria G. de (org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. p. 321-347.

ALVES, ELIS D. L. Frequência e probabilidade de chuvas no município de Iporá-GO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 65-72, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16204>. Acesso em: 23 dez. 2020.

ALVES, Fernando. Massacre de Eldorado do Carajás: 25 anos de luta e impunidade! **A Verdade**. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/04/35819/>. Acesso em: 1º out. 2021.

ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil 1978 – 1988**. Niterói, RJ. 2016. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1809.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ANACLETO, Álvaro. **As disputas territoriais na construção do Assentamento Canudos, em Goiás**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, – Unesp, Presidente Prudente, SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/135995>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARBOSA, Altair S. A complexa teia hídrica que brota do Cerrado está ameaçada. **Revista IHU On-Line** (entrevista). São Leopoldo, RS, out. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/536664-a-complexa-teia-hidrica-que-brota-do-cerrado-esta-ameacada-entrevista-especial-com-altair-sales-barbosa>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BARBOSA, Altair Sales. A morte silenciosa dos rios do Cerrado. **Ecoa**, Campo Grande, jun. 2018. Disponível em: <https://ecoa.org.br/a-morte-silenciosa-dos-rios-do-cerrado/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BATISTA, Pedro César. **João Batista**: mártir da luta pela reforma agrária: violência e impunidade no Pará. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 278 p.

BENAVIDES, Juanita C. Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 66-89, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6702>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BÔAS, Orlando V.; BÔAS, Cláudio V. **A marcha para o oeste**: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 654 p.

BORGES, Júlio C. P. **O Estado e as políticas públicas**: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2007. Disponível em : <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1861>. Acesso em: 3 mar. 2018.

BORGES, Júlio C. P. **Fazenda-Rocha Goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano**. Goiânia. 2016. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, UFG, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5853>. Acesso em: 27 maio 2018.

BORGES, Rosana M. R. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado**. 2013. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, UFG, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3697>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRANDÃO, Carlos R. No **Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 417-428, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Portal Ypadê. Ministério do Meio Ambiente. Povos e Comunidades, 2016b. Disponível em: <http://portalypade.mma.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2168, de 14 de junho de 2021**. Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2286627>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2294, de 15 de abril de 2019**. Altera a Lei n. 12.651/2012, para considerar de interesse social o represamento de pequenos cursos d'água, quando voltado para a irrigação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2198163>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

BRASIL. CAPES. **Nanotecnologia brasileira: mais produtividade da agricultura**. Brasília, DF, CAPES, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/nanotecnologia-brasileira-mais-produtividade-da-agricultura>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 10 de dez. 2021.

BRASIL. **Lei n. 14.216, de 7 de outubro de 2021**. Suspende o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público. Brasília, DF, Presidência da República, 2021b.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14216.htm. Acesso em: 10 de jan. 2022.

BRASIL. Portaria n. 67-N, de 25 de junho de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, sessão 1 – 8155. 1992.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – 828**. Suspensão de todos os processos e todas as medidas de remoção, desocupação, reintegrações de posse ou despejos enquanto durar a epidemia da covid-19, Brasília, DF, STF, 2021a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6155697>. Acesso em jan. 2021.

CALVI, Pedro. O curto caminho de volta ao mapa da fome. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**. Câmara dos Deputados, Brasília. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm>. Acesso em: 1º jul. 2020.

CAMPOS FILHO. Romualdo P.; SOUSA, Walleska P.; SILVA, Sarah C. Batista da. O desafio da escassez hídrica: irrigação e crescimento agrícola em Cristalina-GO: um estudo sobre as bacias do rio São Marcos e São Bartolomeu. *In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 09., 2019, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE: SINGA, 2019. Disponível em: <https://singa19.files.wordpress.com/2020/10/versao-final-anais-ix-simposio-internacional-de-geografia-agraria-e-x-simposio-nacional-de-geografia-agraria-2019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 376.

CARDOSO, Joel H.; INSAURRIAGA, Isaías C.; GRINBERG, Patrícia da S.; BERGMANN, Nagilah T. **Sistemas Agroflorestais e Conversão Agroecológica: o Desafio do Redesenho dos Sistemas de Produção**. Pelotas, RS: Embrapa-Clima Temperado, 2013, 29 p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 169). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/992691/1/boletim169web.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARDOSO, Messias A. Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, ano 20, n. 36 (dossiê), p. 36 – 57, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5227>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 230.

CARVALHO, Ludmilla L.; OLIVEIRA, Janice M. Comunidade que sustenta a agricultura: experiência exitosa em Goiás. *In: XXXII Congresso Brasileiro de Agronomia*, 2021, Florianópolis, SC. **Anais...** do XXXII CBA, 2021. Disponível em: <https://www.cba-agronomia.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARVALHO, Thiago M. de; FERREIRA, Manuel E.; BAYER, Maximiliano. Análise integrada do uso da terra e geomorfologia do Bioma Cerrado: um estudo de caso para Goiás. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, PE, v. 1, n. 1, p. 62-72, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232609>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CASALDALIGA, Pedro. **Antologia retirante**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 318.

CAVALCANTE, Leandro V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6016>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CHAVEIRO, Eguimar F. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. **Élisée**, Porangatu, GO, v. 9, n. 2, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10861>. Acesso em: 1º out. 2021.

CHAVEIRO, Eguimar F.; BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. CARTOGRAFIA DE UM PENSAMENTO DE CERRADO. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 15-34.

CHAVEIRO, Eguimar F.; CALAÇA, Manoel; LIMA, Valdivino B. de. A patologização global da vida e a produção de alimentos: efeitos na sociobiodiversidade do Cerrado. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, n. 17, p. 78-92, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em: 20 de dez. 2021.

CHAVEIRO, Eguimar F.; GONÇALVES, Ricardo J. de A. Fernandes; SPECIAN, Valdir. Plantar vida, plantar símbolos: ambiente e produção de alimentos saudáveis: o exemplo da Unidade Produtiva Colmeia, Assentamento Canudos, Goiás. In: CARNEIRO, Vandervilson A.; NASSER, Maurício D.; RUAS, Keli S. (org.). **Estudos rurais e abordagens geográficas: tessituras, olhares e caminhos**. Anápolis, GO: Sama (livro eletrônico), 2021, p. 264-290.

CLEMENTE, Evandro C.; CLEPS JUNIOR, João. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na microrregião geográfica do sudoeste de Goiás. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 288-314, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6582>. Acesso em: 23 abr. 2020.

COELHO, Jackson Dantas. Produção de grãos: feijão, milho e soja. **Etene – Caderno Setorial**. Fortaleza, CE, ano 3, n. 51, 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/5014256/81>. Acesso em: 1º set. 2021.

COLLA, Julia L. “Del otro lado del alambrado”: conflictos territoriales y lucha por la tierra de los campesinos indígenas Qom en el Chaco argentino. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 166-192, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6760>. Acesso em: 23 abr. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos de terra no Brasil-2018**. Goiânia: CPT, nacional (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), 2019. 244 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil-2019**. Goiânia: CPT Nacional (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), 2020, p. 247. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil-2020**. Goiânia: CPT Nacional (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), 2020, p. 279. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CORRÊA, Ana Paula S.; GONÇALVES, Ricardo J. F. de Assis. O território do Cerrado em disputa: controle da água como estratégia de acumulação de capital em Goiás, Brasil. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, SP, v. 17, p. 27-42, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

COSTA, Helen C.; MARCUZZO, Francisco F. Noronha; FERREIRA, Osmar M.; ANDRADE, Lucas R. Espacialização e Sazonalidade da Precipitação Pluviométrica do Estado de Goiás e Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia Física**. Recife, PE, v. 5, n. 1, p. 87-100, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232785>. Acesso em: 15 ago. 2020.

COSTA, Manoel B. Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e prática**. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 141.

COTAÇÕES. **Agrolink**. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/go/soja-em-grao-sc-60kg>. Acesso em: 15 de dez. 2021.

DATALUTA. Relatório DATALUTA Brasil. Presidente Prudente, SP: **Nera**, n. 21, 2020, p. 89. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345983567_RELATORIO_DATALUTA_BRASIL_-_2020. Acesso em: 10 dez. 2021.

DE'CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/Portugal, n. 100, p. 105-130, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5245>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTAMENTO NO ESTADO DE GOIÁS. **Blog do Incra de Goiás**, 2017. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/#oeste>. Acesso em 13 ago. 2021

DO ESTADO ao latifúndio, a violência avança. **Comissão Pastoral da Terra – CPT**, Goiânia, ano 46, n. 252, p. 8-9, outubro a dezembro de 2021.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, ano 9, n. 8, p. 29-51, 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*: revista da Universidad de Barcelona, Barcelona, v. XII, n. 270 (74). 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-74.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ELIAS, Denise. Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais: a cidade do campo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA

- LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 4475-4487.
- ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A. *et al.* (org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 201-220.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/5139/513951695003.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.
- ESTÁCIO, Francisca de Sousa. **MST e suas ações de luta pela terra no Estado de Goiás**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais – Iesa/UFG, Goiânia, GO, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10249>. Acesso em: 15 de nov. 2021.
- ESTIAGEM compromete abastecimento de água nas cidades e castiga zona rural. **O+POSITIVO Online**, Piranhas-GO. 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.omaispositivo.com.br/estiagem-compromete-abastecimento-de-agua-nas-cidades-e-castiga-zona-rural/>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- FAO. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe (2018)**. Santiago, 2018, p. 112. Disponível em: <https://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- FERNANDES, Bernardo M.; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros. A Questão Agrária no primeiro ano do Governo Bolsonaro. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986.
- FOLLMANN, Jéssica Ap. de Avila; ROOS, Djoni. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, PR. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 216-237, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6653>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- FONSECA, Silas R. da. Repercussões Territoriais do monocultivo da cana-de-açúcar no Estado do Paraná. **Geofronter**, Campo Grande, n. 5, v. 4, p. 101-128, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/3978>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza** (tradução de Maria Teresa Machado). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 418.
- FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, n. 33, v. 1, p.

5-23, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933>. Acesso em: 1º abr. 2020.

FREITAS, Gabriele C. de; ARAÚJO NETO, Luiz A.; D'ÁVILA, Cristiane. Fome no Brasil: a incerteza da comida na mesa em um país assolado pela covid-19. **Casa de Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz**. Notícias, 2021. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1953-fome-no-brasil-a-incerteza-da-comida-na-mesa-em-um-pais-assolado-pela-covid-19.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FREITAS, Weder D.; CHAVEIRO, Eguimar F. Cerrado: modernização e ocupação a partir da localidade. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica. Número especial EGAL – 2011. p. 1-16, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2612>. Acesso em: 5 jan. 2018.

FROTA, Maria T. Borges A.; SIQUEIRA, Carlos E. Agrotóxicos: os venenos ocultos na nossa mesa. **Cadernos de Saúde Pública** – ENSP/Fiocruz. Rio de Janeiro, ano 37, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/pWgs4R38wDw6NBWKzYshwYx/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panara: luta e sobrevivência de um povo**. 1994. 212 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1994. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279489>. Acesso em: 10 set. 2020.

GONÇALVES, Ricardo J. F. de Assis. Levantados do Chão: território e resistência em Goiás. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**. Iporá, GO, v. 8, n. 1, p. 249-267, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/>. Acesso em: 1º abr. 2020.

GONÇALVES, Ricardo J. F. de Assis; COELHO, Anna L. Alves. Por dentro das “margens”: os circuitos produtivos de um território local e a importância das feiras livres em Iporá. **Élisée, Revista de Geografia**. Porangatu, GO, v. 7, n. 2, p. 136-161, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/issue/view/472>. Acesso em: 10 abr. 2020.

GONÇALVES, Ricardo J. F. de Assis; MENDONÇA, Marcelo R. Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no Cerrado goiano (Goiás/Brasil). **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, Edição Especial – XXII ENGA, p. 206-228, 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/publicacoes/mineracaoag/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GONÇALVES, Ricardo J. de A. Fernandes. Narrativas da terra: a questão agrária em Goiás na literatura de Bernardo Élis. **Revelli, Dossiê Estudos de Linguagem e Interculturalidade**, Inhumas, GO, v. 10, n. 2, p. 339-357, 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/7866>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GRACIANO, Monyele C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável: uma análise da efetividade do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás**. 2016. 109 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – UFG: Escola de Agronomia, Goiânia, GO, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6056>. Acesso em: 1º out. 2021.

- GUERRA química: fazendeiros usam agrotóxicos contra famílias do campo. **Comissão Pastoral da Terra – CPT**, Goiânia, ano 46, n. 250, p. 8 e 9, abr./jun. 2021.
- GUIMARÃES, Alessandra R.; ALVES, Sandra Ap. Teorias Agrárias e as Resistências Camponesas. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças-MT: UFMT, v. 4, n. 2, p. 204-220, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- GUIMARÃES, Daniel P.; LANDAU, Elena C.; REIS, Ruibran J. Caracterização da bacia hidrográfica do rio São Marcos. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 20., 2013, Bentos Gonçalves, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS: ABRH, 2013. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/94070/1/Caracterizacao-bacia.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2020.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Cláudia L. Zeferino (org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra I, 2016, p. 15-34.
- HORA, Karla E. Ribeiro; MAURO, Rogério A.; CALAÇA, Manoel. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 49, p. 140-167, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5881>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010/Goiás**. Rio de Janeiro, IBGE: Coordenação de Geografia. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=52&dados=0>. Acesso em 13 ago. 2021
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. (Periodicidade Anual). Rio de Janeiro, IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1º jun. 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal – PPM** (Periodicidade Anual). Rio de Janeiro, IBGE, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1º jun. 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro, IBGE: Coordenação de Geografia. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 7 set. 2021.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**: 1990. Rio de Janeiro, IBGE: Diretoria de Geociências. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.
- IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Mapeamento de espelhos d'água do Estado de Goiás e Distrito Federal – Ano 2016. **Informe Técnico**, n. 16, 2017. Disponível em: <https://www.imb.gov.br/files/docs/publicacoes/>

informes-tecnicos/2017/14-mapeamento-de-espelhos-d-agua-do-estado-de-goias-e-distrito-federal-de-2016-201708.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Mapeamento de pivôs centrais do Estado de Goiás e Distrito Federal em 2017. **Informe Técnico**. Ano IX, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2019/5-pivos-goias-2017.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Regiões de Planejamento do Estado de Goiás** – 2018. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

INÁCIO, Jaqueline B.; SANTOS, Rosselvelt J. Os geraizeiros e os usos do território e a sociobiodiversidade em Buritizeiro-MG. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, Edição Especial: I CIGEO-DR, p. 105-116, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 23 dez. 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; UFG – Universidade Federal de Goiás. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Canudos**. Goiânia, UFG/INCRA, 2003.

JESUS, José Novais de. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do Matopiba**. 2020. 497 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais – Iesa/UFG, Goiânia, GO, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11444>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

JUNQUEIRA, Antonio H.; MORETTI, Sérgio L. do Amaral. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 3, p. 517-538, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_comunidade_que_sustenta. Acesso em: 2 jan. 2021.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Texto_Adicional_ConservacaoID-xNOKMLsupY.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.

KONUMA, Hiroyuki. Como o Programa Fome Zero brasileiro inspirou a Ásia e o Pacífico. In: SILVA, José Graziano da (org.). **Do Fome Zero ao Zero Hunger: uma perspectiva global**. Roma: FAO, 2019, p. 90-98. Disponível em: <https://grazianodasilva.com/wp-content/uploads/2020/01/FAO-Livro-Fome-Zero-ao-Zero-Hunger.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 494.

LIMA, Amanda S.; SOUZA, Francilane E. de. Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 315-343, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6512>. Acesso em: 24 abr. 2020.

LIMA, Sélvia C. de; CHAVEIRO, Eguimar F. O Cerrado goiano sob múltiplas dimensões: um território perpassado por conflitos. **Espaço em Revista**, Universidade Federal de Goiás, Catalão, v. 12, n. 2, p. 66-83, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16857>. Acesso em: 5 jan. 2018.

LIMA, Sélvia C. Povo indígena do Cerrado goiano: os karajá de Aruanã. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 131-154.

LIMA, Silvânia. Tesouro que brota da terra. **Afirmativa – UFG**. Goiânia, GO. n. 06, p. 20 – 21, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/revista_CERRADO_web.pdf. Acesso em: 1º set. 2020.

LOPES, Gabriela R.; LIMA, Mairon G. Batos; REIS, Tiago N. P. dos. Revisitando o conceito de mau desenvolvimento: inclusão e impactos sociais da expansão da soja no Cerrado do Matopiba. **World Development**, n. 139, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X20304435>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LUSTOSA, Monalisa. A fome, no Brasil, tem rosto de mulher. **Brasil de Fato** (artigo de opinião), João Pessoa, PB, ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/08/25/artigo-a-fome-no-brasil-tem-rosto-de-mulher>. Acesso em: 5 jan. 2022.

MARCUZZO, Francisco; FARIA, Thiago G.; PINTO FILHO, Ricardo de F. Chuvas no Estado de Goiás: análise histórica e tendência futura. **Acta Geográfica**, Boa Vista, RR, v. 6, n. 12, p. 125-137, 2012. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/view/702>. Acesso em: 1º abr. 2020.

MARQUES, Ana C. de Oliveira; SOUZA, Josy D. Alves. Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: contornos teórico-conceituais e diretrizes metodológicas de um projeto guarda-chuva. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, n. 17, p. 160-175, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/14237>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARQUES, Ana Carolina de O. **Cartografia das moradias em Canudos: a dimensão política do morar**. 2017. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais – Iesa/UFG, Goiânia, GO, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7565>. Acesso em: 12 out. 2021.

MARQUES, Ana Carolina de O.; CHAVEIRO, Eguimar F. Moradia e cultura em território do Cerrado: o Assentamento Canudos (Goiás). **Geoambiente On-Line**, Jataí, GO, n. 35, p. 332-350, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/geoambiente>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MARQUES, Ana Carolina de O.; SPECIAN, Valdir; REZENDE, Paula J. da Silva. A reestruturação da Universidade Estadual de Goiás e as implicações na reprodução social do campesinato em Itapuranga-GO. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, GO, v. 10, n. 3, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/issue/view/639>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. A modernização agrícola e a panela do povo. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. p. 81-95.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p. 270.

MARTINS, José de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto. 2015. p. 172 p.

MARTINS, José de S. **Não há terra para plantar neste verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes. 1986. p. 112.

MARTINS, José de S. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 174 p.

MARTINS, Renato A. **O agrohidronegócio do pivô central no Estado de Goiás**: expansão, espacialização e a consequente degradação do subsistema de veredas. Brasília, DF. 2017. 222 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23360>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MASSARETO, Nivea; NUNES, João O. Rodrigues. Impactos ambientais do plantio da cana-de-açúcar nos solos dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP: o caso das “parcerias” no Assentamento Santa Terezinha da Alcídia. In: XI Semana de Geografia e VI Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, 2010, Presidente Prudente. **Anais...** da XI Semana de Geografia e VI Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, 2010.

MATZEMBACHER, Daniele E.; MEIRA, Fabio B. Mercantilização & contramovimento: agricultura sustentada pela comunidade (CSA): estudo de caso em Minas Gerais, Brasil. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, BA, v. 27, n. 94, p. 396-430, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/osoc/v27n94/1984-9230-osoc-27-94-396.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2021.

MEINHOF, Ulrike Marie "Do Protesto à Resistência", **konkret**, maio de 1968, p. 5. Disponível em: https://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=1628. Acesso em 13/08/2020

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 2001. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/%20terralivre/article/viewFile/352/334>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2004.

- MENDONÇA, Marcelo R. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, SP, v. 16, número especial, p. 3-15, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3535/2876>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- MENDONÇA, Marcelo R.; MESQUITA, Helena. A. O agrohidronegócio no Cerrado goiano: a construção das (re)existências. *In*: ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1; ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. **Anais...** Salvador, 2007.
- MENDONÇA, Maria Luiza. Avanço do Agro e a financeirização da terra no MATOPIBA. **Heinrich Böll Stiftung**, Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/11/18/avanco-do-agro-e-financeirizacao-da-terra-no-matopiba>. Acesso: 29 nov. 2021
- MICOLLIS, Andrew; PENEIREIRO, Fabiana M.; MARQUES, Henrique R.; VIEIRA, Daniel L. Mascia; ARCO-VERDE, Marcelo F.; HOFFMANN, Maurício R.; REHDER, Tatiana; PEREIRA, Abilio V. Barbosa. **Restauração ecológica com sistemas agroflorestais**: como conciliar conservação com produção (Guia Técnico). Brasília: Icrf. 2016, p. 266. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1069767>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco A.; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG**, Rio de Janeiro, RJ. 2021. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- MONDARDO, Marcos L.; AZEVEDO, José R. Nunes de. Matopiba: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. **Revista Nera** (Dossiê – 2019), Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 47, p. 296-320, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/6273/4806>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A. Observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. Portugal, v. 3, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- MORAIS, Tiago C. de. CSA e Agroecologia: uma análise da busca pela autonomia de produtores e consumidores na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: Enanpege, 13., 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- MOURA, Derick M. B. de; OLIVEIRA, Ivanilton J. de; NASCIMENTO, Diego T. F. Monitoramento da vazão do ribeirão Santo Antônio no Município de Iporá-GO pelo método do vertedor retangular. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, GO, v. 9, n. 3, p. 218-232, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MOURA, Filipe Borba de. **Geopolítica dos conflitos: agroecologia e movimentos sociais na resistência ao agronegócio em Goiás**. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, “Campus” Cora Coralina, Goiás, 2021. Disponível em: http://www.ppgeo.ueg.br/conteudo/21077_catalogo_de_dissertacoes. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Programa Agrário do MST** (Cartilha). São Paulo: MST. 2015, p. 56. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

NASCIMENTO, Aline C.; MAURO, Rogério A.; MENDONÇA, Marcelo R. A modernização do território goiano e a construção de (Re)Existências. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, GO, v. 2, n. 6, p. 66-83, 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

NERUDA, Pablo. **As uvas e o vento**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.

NEVES, Gustavo Z. de Figueiredo. A chuva no Estado de Goiás e Distrito Federal: aspectos espaciais, temporais e dinâmicos. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, ano 15, Edição Especial – XIII Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica – jun. 2019, p. 67-82, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/66147>. Acesso em: 10 dez. 2020.

NEVES, José A.; MACHADO, Mick L.; ALMEIDA, Luna Dias de; MORENO, Yara M. Franco; MEDEIROS, Maria A. T. de; VASCONCELOS, Francisco de A. G. de. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por covid-19. **Revista de Nutrição**, Campinas: PUC, v. 34, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

NORDER, Luiz Antonio. Produção agropecuária e arrendamento de terras em áreas de reforma agrária. In: SIMONETTI, Mirian C. Lourenção (org.). **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2011. p. 125-138. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/22. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016. 545 p.

OLIVEIRA, Franciane A. de; PEIXINHO, Dimas M.; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar F. Território líquido: a apropriação das águas na bacia do Rio Doce – Sudoeste Goiano. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012, p. 1-16. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1033_1.pdf. Acesso em: 1º abr. 2020.

OLIVEIRA, Semí C. de. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/outubro2011/historia_artigos/10historia_artigo_oliveira_semi.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

ORIGUÉLA, CAMILA F.; COCA, Estevan L. de Freitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo M. Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista Nera. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 50, p. 8-20, 2019. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6817>. Acesso em: 20 abr. 2020.

OS CUSTOS ambientais e humanos do negócio de terras: o caso do Matopiba Brasil. **FIAN Internacional**, Heidelberg/Alemanha. 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Os-Custos-Ambientais-e-Humanos-do-Nego%CC%81cio-de-Terras-.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PEIXINHO, Dimas M. O processo de ocupação dos Cerrados. **Temporis (Ação)**, Universidade Estadual de Goiás, cidade de Goiás, v. 1, p. 201-230, 2002.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo R. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 51-70.

PEREIRA, Lorena I.; COCA, Estevan L. de Freitas; ORIGUÉLA, Camila F. Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 9-21, 2020. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6016/5563>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PEREIRA, Lorena Izá; BUSCIOLI, Lara D.; ORIGUÉLA, Camila F.; SOBREIRO FILHO, José. Disputas territoriais em Correntina, BA: territorialização do agronegócio, resistência popular e o debate paradigmático. Presidente Prudente, SP. **Boletim Dataluta**, n. 118, 2017.

PIGNATI, Wanderlei A.; LIMA, Franco A. Neri de Souza; LARA, Stephanie S. de; CORREA, Marcia L. Montanari; BARBOSA, Jackson Rogério; LEÃO, Luís H. da Costa; PIGNATTI, Marta Gislene. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/ Abrasco, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/i/2017.v22n10/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PIGNATI, Wanderley; OLIVEIRA, Noemi P.; SILVA, Ageo M. Cândido da. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro/ Abrasco, v. 19, n. 12, p. 4669-4678, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7DTpVnghMtk89JR43CHJ/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2021.

PINHEIRO, M. F. B. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas**: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. 2007. 254 f. Dissertação (Mestrado) – Unicamp/Faculdade de Engenharia Mecânica. 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/263911>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PIZARRO, Roberto E. C. **O agronegócio e a produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano**. 2017. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia)

– Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/25331?mode=full>. Acesso em: 9 jan. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001. 178 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Geografias agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. In: XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária (2021). Palestra de Abertura, 7 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kNewAygBi_0. Acesso em: 7 abr. 2021.

PORTO-GONÇAVES, Carlos W. **O desafio ambiental**. 3. ed. Coleção Os Porquês da Desordem Mundial (org. Emir Sader). Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 89.

PRIMAVESI, Ana Maria. **O solo**: a base da vida em nosso globo. Mimeografado. Fazenda Ecológica – Itai, SP. Sem Data. 13 p. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/06/30/o-solo-a-base-da-vida-em-nosso-globo/>. Acesso em: 10 out. 2021.

PROENÇA, Wander de Lara. O método da observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, Campinas, SP, n. 4, 2007, p. 1-24. Disponível em: https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf. Acesso em: 1º nov. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

RIBEIRO, José F.; WALTER, Bruno M. Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, Sueli M.; ALMEIDA, Semíramis P.; RIBEIRO, José F. (Editores Técnicos). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 151-212.

ROCHA, Genival F.; FERREIRA, Laerte G.; FERREIRA, Nilson C.; FERREIRA, Manuel E. Detecção de desmatamentos no bioma Cerrado entre 2002 e 2009: padrões, tendências e impactos. **Revista Brasileira de Cartografia**, Uberlândia, MG, v. 63, n. 3, p. 341-349, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/43744>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SALES, Pedro C. M.; SOARES, João P. G.; JUNQUEIRA, Ana M. R.; PANTOJA, Maria J. Comunidades que sustentam a agricultura (CSAs): produção orgânica integrada e escoamento de produtos. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, RS, v. 19, n. 1, p. 191-214. 2022. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2353>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, Simoni R. **Injustiça e conflitos ambientais**: uma abordagem nas comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto-BA. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, UFT, “Campus” de Porto Nacional, Porto Nacional, 2021.

SANTOS, Tiago R. Silva; RICARTE, Carlos A. de Almeida; CONCEIÇÃO, Francilene S. da. Rondônia Mutações de um território federal na Amazônia brasileira. **Confinns (Online)**, n. 29, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confinns/11356>. Acesso em: 10 nov. 2021.

- SCARABELI, Vanderly; MANÇANO, Bernardo Fernandes. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e Agroecologia. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, v. 3, n. 1, p. 35-52, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>. Acesso em: 1º mar. 2020.
- SILVA, Edson B. **Camponeses: cercados e a contrapelo**. Curitiba: CRV, 2021. p. 518.
- SILVA, Edson B. Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 335-360, 2020. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7050>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- SILVA, Edson B. da. **Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)**. Tese de Doutorado defendida em 2018. Disponível em: <https://posgeo.iesa.ufg.br/ppgeo/index.php/publicacoes/banco-de-teses-do-ppgeo/send/67-2018/508-edson-batista-da-silva>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- SILVA, ELAINE B. da. **A dinâmica socioespacial e as mudanças na cobertura e uso da terra no bioma Cerrado**. 2013. 109 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócioambientais, UFG, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3277>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- SILVA, Elaine B. da; FERREIRA JÚNIOR, Laerte G.; ANJOS, Antônio F. dos; MIZIARA, Fausto. A expansão da fronteira agrícola e a mudança de uso e cobertura da terra no Centro-Sul de Goiás, entre 1975 e 2010. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, GO, v. 7, n. 2, p. 116-138, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/15660>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- SILVA, Elaine B.; ANJOS, Antônio F. dos. O monitoramento do desmatamento e as ações de conservação do bioma Cerrado na primeira década do século XXI. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis (org.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010. p. 71– 91.
- SILVA, José Graziano. Graziano: fome no Brasil pode chegar a “situação explosiva”. **Deutsche Welle Brasil** (entrevista), Brasília, DF, mar. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/graziano-fome-no-brasil-pode-chegar-a-situa%C3%A7%C3%A3o-explosiva/a-60946424>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- SILVA, Livia M. da Costa; HORA, Mônica de A. G. Massera da. Conflito pelo uso da água na bacia hidrográfica do Rio São Marcos: o estudo de caso da UHE de Batalha. **Engevista**, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 2, p. 166-174, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/engevista/article/view/9015>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- SILVEIRA, André Luiz R. da.; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. Pastoreio em cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*): uma alternativa à flutuação estacional no assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás. **Revista Cadernos de Agroecologia**, Recife, PE: Associação Brasileira de Agroecologia, v. 8, n. 1, p. 19-30, 2013. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/15340/9071>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SÍLVIO, Túlio. Plano de racionamento de água é aprovado e prevê rodízio na Grande Goiânia se vazão do Rio Meia Ponte seguir caindo. **G1 GO**, Goiânia, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/08/28/plano-de-rationamento-de-agua-e-aprovado-e-preve-rodizio-na-grande-goiania-se-vazao-do-rio-meia-ponte-seguir-caindo.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SIMON, Carolina R. O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 193-215, 2020. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6730>. Acesso em: 23 abr. 2020.

SOUSA, Flávio A. Identificação das zonas de recarga e caracterização dos sistemas freáticos de Iporá – GO. **Geoambiente Online**, Jataí, GO, n. 33, p. 22-44, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/geoambiente>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SOUZA FILHO, Carlos F. Marés de. **A função social da terra**. Curitiba: Arte e Letra, 2021. p. 252.

SOUZA JUNIOR, Edimar dos Santos de. **Comunidades que Sustentam a Agricultura no Distrito Federal**: histórico, caracterização e impactos. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38819>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SOUZA, Clara L. F. de; OLIVEIRA, Rosane B. de; MUSTAFÉ, Diego N.; NUNES, Keila A. C.; MORAIS, Eliana M. B. de. O Cerrado como o “berço das águas”: potencialidades para a educação geográfica. **Revista Cerrados**, Montes Claros, MG, v. 17, n. 1, p. 86-113, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1021/1065>. Acesso em: 1º dez. 2020.

SOUZA, José G. de. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária. In: MIZUSAKI, Márcia Y.; ROMA, Cláudia M.; VIEIRA, Alexandre B. (org.). **Questão Agrária e práxis social no século XXI**: impasse, desafios e perspectivas. Curitiba: CRV, 2021. p. 149-164.

SOUZA, José Gilberto; FULINO, Raquel. A questão do método. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, Edição Especial: I CIGEO-DR, p. 1-15, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 30 dez. 2020.

SOUZA, Lucas B.; LIMA, Pércles S.; SANTOS, Simoni R. Da Teoria dos Geossistemas à Geografia Física Crítica: o que há de novo na busca por abordagens integradoras na ciência geográfica? **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, PB, v. 14, n. 1, p. 122-136, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara>. Acesso em 24 jul. 2020.

SOUZA, Marcelo L. de. Proteção ambiental para quem? a instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, CE, v. 14, n. 4 (número especial), p. 25-44, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0025.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2016. 320 p.

SOUZA, Marcelo L. de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 274-308, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/147381>. Acesso em 15 jun. 2020.

SOUZA, Marcelo L. de. O que é Geografia Ambiental? **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, PR, v. 1, n. 1, p. 14-37, 2019a. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684/14249>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SOUZA, Marcelo L. de. **Ambientes e territórios**: uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2019b.

SOUZA, Marcelo L. de. Articulando ambiente, território e lugar: a luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, PR, v. 2, n. 1, p. 16-64, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/25277>. Acesso em 10 ago. 2021.

SOUZA, Paulo C. de; HESPANHOL, Antonio N. Bairros rurais e resistência: a formação das comunidades rurais no Oeste Paulista. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia. v. 5, n. 10, p. 168-193, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11956>. Acesso em: 12 set. 2020.

SPECIAN, Valdir; PAIVA, Danilla G.; ROCHA, Thiago. Percepção climática: as chuvas e tempo para os moradores de Arenópolis – Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 2016, São Luís – MA. **Anais...** VIII Encontro Nacional de Geógrafos – A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia, 2016, São Luís: UFMA, 2016. p. 56 – 67. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467934898_ARQUIVO_trabalho_completo_eng_valdir.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

SPECIAN, Valdir; SOARES, Fernando Uhlmann; SILVA, Sabrina C. Remanescentes de Cerrados, povos, tradições e a ameaça das barragens de PCHs. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, SP, p. 193-204, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SPECIAN, Valdir e CHAVEIRO, Eguimar F. Resistência Socioambiental: outra dimensão da atividade camponesa. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, Edição Especial: I CIGEO-DR, p. 89 – 104, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SPECIAN, Valdir; VECCHIA, Francisco A. da Silva. Distribuição da frequência mensal da precipitação para região Oeste de Goiás: comparação entre dois postos pluviométricos. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, v. 8, n. 1, p. 200-214, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/view/22126>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SPECIAN, Valdir; SOARES, Fernando U.; Silva, Sabrina C. Remanescentes de Cerrados, Povos, Tradições e a Ameaça das Barragens de PCHs. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 17: 193-204, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/14263>. Acesso em: 13/08/2021

STRASSBURG, Bernardo; BROOKS, Thomas; FELTRAN-BARBIERI, Rafael; CROUZEILLES, Renato. Moment of truth for the Cerrado hotspot. **Nature Ecology & Evolution**, v. 1, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315549179_Moment_of_truth_for_the_Cerrado_hotspot. Acesso em: 10 dez. 2021.

STRAUCH, Guilherme F. E. A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 51, p. 205-230, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6023>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. Tempos longos... Tempos curtos... Na análise da natureza. **Geografares**, Vitória, ES, n. 3, p. 159-163, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1125>. Acesso em: 1º abr. 2020.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes; Paula, Cristiano Q. de. Geografia e questão ambiental, da teoria à prática. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, Francisco Beltrão, PR, v. 1, n. 1, p. 79-102, 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22686>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: UFG, 2002. p. 11-46.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação sistêmica do trabalho no agro-hidronegócio. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e.16020, p. 1-20, 2017. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/2082>. Acesso em: 18 out. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O agro-hidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92-122, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/638>. Acesso em: 12 set. 2020.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma “cruzada” contra a fome e o agro-hidronegócio: nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, Presidente, SP, v. 9, n. 1, p. 8-34, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637>. Acesso em: 2 jan. 2021.

TORGA, Miguel. **Diário**: vols. XIII a XVI. Lisboa: Dom Quixote. 2017. p. 24. Disponível em: <https://silo.tips/download/torga-diario-vols-xiii-a-xvi>. Acesso em: 11 set. 2021.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE (Supren), 1977.

ULRIKE, Marie Meinhof. **From protest to resistance**. Berlim: Konkret (n. 5). Disponível em: https://ghdi.ghi-dc.org/sub_document.cfm?document_id=895. Acesso em: 1º abr. 2020.

USD/BRL Dados Históricos. **INVESTING.COM**. Disponível em: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data>. Acesso em: 15 dez. 2021.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDbCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt>. Acesso em: 1º nov. 2021.

VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

VARGAS NETTO, Sebastião L. F. **A mística da resistência: cultura, história e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. São Paulo, 2007. 390 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-112052/pt-br.php>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VERDUM, Roberto. Experiência interdisciplinar: a apropriação social da natureza em Canguçu (RS). **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**. Francisco Beltrão, PR, v. 1, n. 1, p. 103-127, 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22687>. Acesso em: 18 jan. 2021.

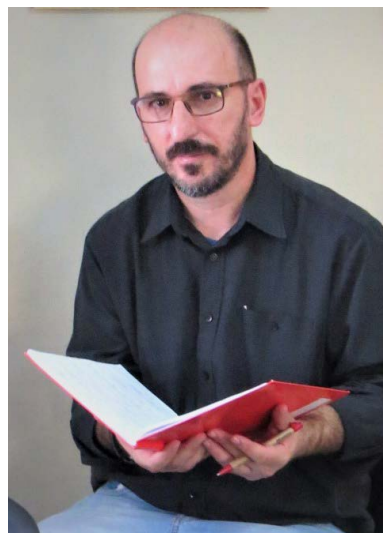
XAVIER, Leonardo P.; MAYER, Paulo H.; ANDRIOLI, Antônio I. O materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, v. 23, n. 53, p. 238-262, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6684>. Acesso em: 23 abr. 2020.

XAVIER, Michelle T. Unidades de Conservação: reflexões sobre a falácia do desenvolvimento sustentável. **O social em questão**. Rio de Janeiro, ano XXI, n. 40, p. 161-184, 2018. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 196.

ZINET, Caio. Nos últimos 11 anos, 277 escolas rurais foram fechadas por mês no Brasil. **Centro de Referências em Educação Integral**. 2015. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/noticias/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-brasil/>. Acesso em: 5 maio 2020.

Sobre o autor



VALDIR SPECIAN – Professor de Geografia, formado pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Nasceu e passou sua infância na periferia de Mauá-SP, em um bairro cheio de ladeiras que cortam os morros daquela região e são recortados pelo Rio Tamanduateí e seus afluentes. As paisagens dessa cidade da Grande São Paulo e as condições socioeconômicas das décadas de 1970 e 1980 moldaram o geógrafo e escritor. Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Jataí e atualmente é professor de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá. É membro do Grupo de Estudos Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira; Professor do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos; Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – IHGG e Sócio do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado – Icebe.
E-mai: valdir.specian@ueg.br

SOBRE O LIVRO

Formato: 16x23 cm
Tipologia: Minion Pro
Número de Páginas: 220
Suporte do livro: E-book

Todos os direitos reservados.



EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área – CEP: 75. 132-903
Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO
www.ueg.br/editora | e-mail: editora@ueg.br

Valdir Specian não neutraliza o conhecimento face ao que se denomina rigor do método afastado da leitura política do território. Ao contrário: consta no rigor do método e no longo alcance da teoria que procede a leitura da realidade, o chamamento para a luta mediatizada por candura e lucidez.

Contra qualquer indiferença, mesmo sabendo que os camponeses de Goiás desenvolveram – e desenvolvem – esperanças mediante resistências socioambientais, sabe que não basta. Este livro é um dedo corajoso na ferida do Cerrado brasileiro e um grito contra a indiferença. É também a certificação que, a despeito dos problemas socioambientais que repercutem em todas as escalas da terra atualmente, há gente, grupos e Movimentos que elaboram resistências.

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais
da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG.

